



INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

**SOBRE TROPEÇAR, GAGUEJAR, PARTICIPAR: INTENCIONALIDADES E
EXPERIMENTAÇÕES NUMA PESQUISA AVALIATIVA EM SAÚDE**

ALICE GRASIELA CARDOSO REZENDE CHAVES

Porto Alegre - RS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

**SOBRE TROPEÇAR, GAGUEJAR, PARTICIPAR: INTENCIONALIDADES E
EXPERIMENTAÇÕES NUMA PESQUISA AVALIATIVA EM SAÚDE**

**ALICE GRASIELA CARDOSO
REZENDE CHAVES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

*Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Mainieri
Paulon*

Porto Alegre - RS

2014

Alice Grasiela Cardoso Rezende Chaves

**SOBRE TROPEÇAR, GAGUEJAR, PARTICIPAR: INTENCIONALIDADES E
EXPERIMENTAÇÕES NUMA PESQUISA AVALIATIVA EM SAÚDE**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional, apresentada na data de 09 de abril de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Simone Mainieri Paulon (UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Cleci Maraschin (UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Liliana da Escóssia Melo (UFS)

Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira (UFF)

Para “aqueles que têm uma seta e quatro letras de amor”.

(BOCA DE CANTOR; GALVÃO, 1972).

AGRADECIMENTOS

Num certo país das maravilhas, há uma Alice imersa numa pluralidade de sentidos, cores, sabores, seres e desejos que tornam essa região um lugar de intensidades indescritíveis. Neste domínio, de tempos em tempos, pausa-se o ritmo a fim de que nos apercebamos dos afetos que em nós circulam. E em algumas ocasiões faz-se necessário agradecer...

À Mariza, minha mãe, gordinha querida do meu coração, que acredita, mais do que eu, do que sou capaz e assim vai me impulsionando a ousar e a apostar na ideia de que o que importa é estar feliz.

Aos queridos amigos Michele e Dago, pelos encontros sempre potentes e pela riqueza que é compartilhar a vida com vocês. Toda essa empreitada começou nas nossas animadas conversas atravessadas pela magia de acreditar que se pode viver e amar demais.

À CAPES pela bolsa de estudos, através da qual pude mudar para Porto Alegre e adentrar no país do mestrado.

À minha orientadora Simone Paulon com quem experimentei o ônus e o bônus de não pintar de bege o habitar na Academia. Com suas cores, vieram, também, o destemor do enfrentamento do inusitado e a alegria de não “enfiar a cabeça na areia das coisas celestes”. Obrigada pela aposta, parceria e por me conduzir para além do que já sou!

À minha amiga-rimã, Carolinda. Por me ajudar a “voar fora da asa” e fazer do existir uma ininterrupta poesia musicada. Com você a expressão *Il faut danser la vie* teve ainda mais sentido. Não dançamos somente o mestrado, mas a vida!

À Renata que, renascida em meio a Flores, tornou-se minha companheira na árdua, mas linda e alegre tarefa de desemoldurar o existir.

Aos amigos Guilherme e Diego (Gui e Di). Com vocês meu cotidiano vem sendo regado pelo humor através do qual passamos a interrogar aquilo que já não tem mais sentido, abrindo possibilidades outras de se posicionar com o mundo.

Ao Intervires pelo tanto de afeto experienciado e de aprendizados que vão pra além do enunciável. Incluo nessa esfera os amigos Pedro e Paulinha que tornaram a caminhada ainda mais animada.

À Débora que, assim como o Coelho, fez a Alice transitar por lindos, tumultuados e intensos buracos-mundos, confrontando-a com a multiplicidade do existir.

À PatiLinda, pela parceria de todas as horas, até naquelas em que não estás presente. Sua suavidade e doçura me acompanham pela vida e fazem a minha Porto Alegre ainda mais alegre.

À Gasu, a melhor vó do mundo e às minhas tias fadas madrinhas Telma e Jau que estão sempre com suas varinhas de condão a postos pra me ajudar a realizar os meus desejos. Sem vocês a vida não seria tão possível.

À Rafa, Dezito, Renato e Júlia. Em tempos dissertativos, nada como contar com o banquinho na praça da pós-modernidade e nele saborear e compartilhar a vida.

Aos parceiros pesquisadores dos comitês Catarina e Paulista. Foi muito bom tê-los como companheiros dessa inquietante e produtiva experiência.

À Cleci Maraschin, Liliana da Escóssia e Eduardo Passos pelas importantes e valiosas contribuições na banca de qualificação.

Enfim, é necessário agradecer para nunca esquecer que:

*Pode ser
que a gente se acostume a ficar só.
Tente!
Só que eu duvido muito.
Quando a gente fica junto,
o coração desfaz o nó.
(Oswaldo Montenegro).*

RESUMO

Experimentar um processo de pesquisa avaliativa e participativa põe em relevo uma série de termos que ganham destaque pelo efeito de estranheza que vão produzindo na equipe de pesquisadores e demais participantes de uma pesquisa: potencial heterogêneo; instâncias participativas; reposicionamento dos envolvidos no processo da investigação; construção coletiva do processo da pesquisa. Todos estes termos provocam movimentos que tentam escapar daquilo que nos faz tomar como universal, necessário ou obrigatório no campo das pesquisas de metodologia qualitativa em saúde. Nesse sentido, um projeto de pesquisa multicêntrica sobre o processo de formação de apoiadores em Humanização do SUS, configurou-se como um locus eminente para acompanhar a produção desses movimentos, no qual a prática da participação, por ser considerada o método de produção do mencionado processo investigativo, deveria ser produzida. Desse modo, o presente trabalho diz respeito a uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo acompanhar a experiência de participar de uma investigação avaliativa e participativa em saúde, tratando-se, então, de uma pesquisa sobre uma outra pesquisa. Para tanto, dentre os procedimentos metodológicos utilizados estão os registros em diário de campo, além de grupos focais e de enunciação. Em consonância com o referencial teórico-metodológico lançado mão nesta investigação de mestrado, o uso de tais ferramentas possibilitou movimentos de análises coletivas dos dados produzidos. Tais análises apontaram na direção de que, levando-se em consideração o fato de que pesquisador e pesquisado não são tomados a priori, a experimentação de uma metodologia avaliativa de quarta geração e participativa, trouxe consigo uma série de desafios, incluindo um processo desinstitucionalizante da própria função de pesquisador. E assim, aos tropeços e gaguejos, à medida que foi se constituindo, a dimensão participativa da pesquisa multicêntrica indagou a instituição pesquisa uma vez que a participação operou como um potente dispositivo que fez ver e falar aquilo que se encontrava sobreposto sob as camadas do instituído, possibilitando aberturas para a invenção de modos outros de pesquisar.

Palavras-chaves: Pesquisa, Avaliação e Participação.

ABSTRACT

Try a process of evaluation and participatory research highlights a number of terms that are highlighted by the effect of strangeness going on producing team of researchers and other participants in a survey: heterogenetic potential; participatory bodies; repositioning involved in the process of research; collective construction of the research process . All these terms cause movements that attempt to escape from what makes us take as universal , necessary or required in the field of qualitative research methodology in health. In this sense, a multicenter research project on the process of formation of supporters in Humanization of SUS was configured as an eminent locus to monitor the production of these movements , in which the practice of participation, it is considered the method of production of the mentioned investigative process , should be produced. Thus, the present work concerns a Master thesis aimed to monitor the experience of attending an evaluative and participatory health research, treating yourself, then a search on another search. To do so, from the methodological procedures used are the records in a field diary, as well as focal groups and enunciation. In line with the theoretical and methodological framework launched hand in this research masters, the use of such tools possible movements of collective analysis of the data produced. Such analyzes pointed toward that , taking into account the fact that researcher and a priori are not taken, the trial of an evaluative methodology and participatory fourth generation , brought with it a number of challenges , including a process of desinstitucionalizante own search function. And so, stumbling and stammering, as it was constituted, the participatory dimension of multicenter survey asked the institution research once participation has operated as a potent device that did see and speak what was in superimposed layers under the established, allowing openings for the invention of other modes of search.

Keywords: Research, Evaluation, Participation.

LISTA DE SIGLAS

CAP – Comitê Ampliado de Pesquisa

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

FORMSUS – Formulário SUS

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GIP – Grupo de Interesse da Pesquisa

PI – Plano de Intervenção

PNH – Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS

PROADI-SUS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SP – São Paulo

SUS – Sistema Único de Saúde

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

UP – Unidade de Produção

Sumário

| | |
|--|------------|
| MEU CAMPO DE PESQUISA É UMA PESQUISA..... | 12 |
| I Ato. | 12 |
| 1. ENTRE A MONTAGEM DE CENÁRIOS..... | 21 |
| 1.1 II Ato. Ou: A composição de um outro cenário investigativo. | 32 |
| 2. O ENREDO..... | 35 |
| 2.1. Estado, Movimento Sanitário e a emergência da saúde como bem de consumo. | 35 |
| 2.2. Emergência e expansão da pesquisa avaliativa em saúde..... | 38 |
| 2.3. Acionando a participação nas pesquisas. | 49 |
| 3. EM CENA: EXPERIMENTAÇÕES DE UMA PESQUISADORA (SOBRE?)IMPLICADA. | 52 |
| 3.1 O dispositivo “caderninho da Alice”..... | 54 |
| 3.2 Entre focos e enunciados..... | 56 |
| 3.3 Notas de uma pesquisadora (sobre?)implificada. | 64 |
| 4. ENCENANDO: A PARTICIPAÇÃO QUE TROPEÇA..... | 69 |
| 4.1 O pesquisador clássico em nós. Sobre segredos, <i>expertises</i> e profanações. ... | 71 |
| 5. ENCENANDO: A PARTICIPAÇÃO QUE GAGUEJA..... | 83 |
| 5.1 A <i>fórceps</i>: O impositivo da participação..... | 85 |
| 5.2 O efeito-espasmo de uma participação gaguejante. | 94 |
| 5.3 Participação: um dispositivo gago..... | 97 |
| RECOMENDAÇÕES DE UMA PESQUISADORA-ATRIZ..... | 100 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 103 |
| ANEXO I..... | 112 |
| ANEXO II..... | 114 |
| ANEXO III..... | 115 |
| ANEXO IV | 117 |
| ANEXO V..... | 118 |

Uma prática de pesquisa é um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar; uma forma de interrogar, de suscitar acontecimentos, de exercitar a capacidade de resistência e de submissão ao controle; uma maneira de fazer amigas/os e cultivar inimigas/os; de merecer ter tal vontade de verdade e não outra(s); de nos enfrentar com aqueles procedimentos de saber e com tais mecanismos de poder; de estarmos inseridas/os em particulares processos de subjetivação e individuação. Portanto, uma prática de pesquisa é implicada em nossa própria vida (CORAZZA, 2002, p. 124).

MEU CAMPO DE PESQUISA É UMA PESQUISA

I Ato.

O cenário é uma pesquisa multicêntrica que tem como objetivo principal a proposição de avaliar os processos de formação de apoiadores institucionais e seus efeitos na produção de saúde, nos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O roteiro consiste em realizar uma pesquisa-intervenção a partir de uma orientação metodológica que tem como base uma avaliação participativa. Ou seja, consta como intencionalidade a superação da simples identificação do ponto de vista dos pesquisados, avançando em direção a uma participação definida como a efetiva inserção dos mesmos em ações mais complexas, propositivas e, por que não dizer, protagonistas no processo da pesquisa.

Em cena, um elenco composto por vários pesquisadores-atores: bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, coordenadores-doutores, pós-doutores, consultores do Ministério da Saúde e uma observadora-atriz que segue à espreita dos acontecimentos-cena.

É janeiro de 2012. Em meio a ensaios-reuniões semanais, todos se preparam para o primeiro ato intitulado “I Oficina de Formação em Metodologias Participativas”. Ele acontecerá dali a poucas semanas. Além de configurar-se como o evento de lançamento da pesquisa multicêntrica, trata-se não só de um momento de formação como também de uma espécie de alinhamento teórico-metodológico entre o elenco de pesquisadores. Nos scripts de cada um, textos relativos às pesquisas avaliativas, metodologias participativas e temas afins. Será a primeira vez que todo o elenco atuará em conjunto.

Abrem-se as cortinas. Em cena, estão vários personagens: um software de análise qualitativa chamado Atlas.ti; a PNH; apoio/apoiadores; avaliação de quarta geração; potencial heterogenético; lateralidade entre avaliados e avaliadores; grupos de interesse; produção coletiva da pesquisa; transversalidade; instâncias participativas, disposições humanizadoras, muito afã inclusivo...

O ritmo das atuações é frenético. A observadora-atriz sente-se atordoada, são muitas falas, pactuações, movimentos, contextualizações, conceitos. Ela traz consigo um caderninho onde anota tudo sem pestanejar, sente que ao se distrair, ainda que por um segundo, pode perder o fio da meada, correndo o risco de não mais acompanhar aquele complexo enredo que se desenrola. Mais observadora que atriz, no palco, entra muda e sai calada.

Pois bem! O primeiro ato fora concluído. Ainda assim, algumas questões insistem em não sair de cena:

- *O que significa PNH e quais os sentidos que essa sigla carrega? O que são mesmo os tais apoiadores institucionais e por que avaliar os efeitos produzidos em seus processos de formação?*
- *De que se trata esse processo investigativo multicêntrico? Quais conjunturas justificariam a execução de uma pesquisa avaliativa participativa?*
- *Como, de fato, é experimentado o exercício da participação num processo de pesquisa participativa?*

Tais indagações reverberavam no corpo da observadora-atriz, provocavam-lhe uma sensação de desassossego. Perturbações... Talvez ela ainda não tivesse se dado conta de que com aquelas indagações, já estaria no encalço dos processos que estavam sendo desencadeados nela e na pesquisa multicêntrica. Possivelmente, ainda não tinha a percepção de já ter começado uma espécie de cartografia do que vinha sendo produzido no habitar daquele território. Por outro lado, já suspeitava de que “a dúvida, quando transformada em problema, quando articulada, é criação e produção de pensamento, é mergulho na experiência porque é com o corpo que uma questão se faz” (POZZANA, 2012, p. 335). À medida que a ação de conhecer é sempre guiada pelo corpo daquele que percebe, vive e experimenta uma situação, é com ele que se acompanha processos.

A cena descrita apresenta a minha entrada na equipe de pesquisadores da referida pesquisa multicêntrica, incluindo as inquietações às quais fui confrontada quando aceitei participar desse processo investigativo que, a propósito, coincide com o

início do meu mestrado. Vale ainda registrar que as indagações acima expostas agregaram elementos disparadores de um movimento cartográfico que conspirou para a invenção de um outro problema de pesquisa que embalou a construção do presente trabalho cuja experimentação da participação tornou-se seu fio condutor.

Entretanto, de início, é preciso frisar que parto da premissa de que um problema de pesquisa não existe em si mesmo, não está à espera de ser descoberto pelo olhar e ação investigativos do pesquisador. Em vez disso, um problema de pesquisa é engendrado. Como diria Manoel de Barros (2010, p. 345): “tudo que não invento é falso”. E tal invenção inicia quando colocamos sob suspeita todo e qualquer entendimento consensual, as concepções tacitamente compartilhadas, às quais estamos acostumados.

Tal posicionamento estaria ainda ancorado na noção de que, ao tomarmos desejo como “o conjunto de afetos que se transformam e circulam em um agenciamento de simbiose, definido pelo co-funcionamento de suas partes heterogêneas” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 57), o nosso interesse pelas coisas seria marcado pela afetividade (VEYNE, 2008). Criamos, assim, aquilo que nos instiga a investigar.

Partindo-se dessa perspectiva, a constituição de uma questão a ser investigada ocorre quando indagamos se aquele elemento com que nos deparamos no mundo “é assim tão *natural*¹ nas significações que lhe são próprias”, quando colocamos em dúvida os sentidos cristalizados, apaziguados, detentores do estatuto de verdade. Ocorre por meio de micro movimentos de rebeldia e insubmissão com o que está instituído e aceito (CORAZZA, 2002, p. 118). Enfim, ocorre por “manifestações de não conformidade com o instituído” (BARROS; BARROS, 2013, p. 376).

Assim, inventamos um problema de pesquisa,

[...] deslocando-nos da moradia confortável das palavras e das frases, para chegar aos enunciados. O que funciona é exercitar a suspeição sobre a própria formação histórica que nos constitui e constitui, e interrogá-la sobre se tudo o que dizemos é tudo o que pode ser dito, bem como, se aquilo que vemos é tudo o que se pode ver (CORAZZA, 2002, p. 119).

¹ Grifo da autora.

Nesse sentido, pode-se atribuir ao processo de invenção de uma questão a ser investigada a dimensão do intempestivo, que nos faz “desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico” (FOUCAULT, 2008, p. 13-14). Trata-se de um engendramento que se realiza a partir “da emergência de uma diferença desestabilizadora das formas vigentes, a qual nos separa do que somos e nos coloca uma exigência de criação” (ROLNIK, 1995, p. 2). Partindo-se desses entendimentos, localizo-me num domínio no qual o modo de pesquisar não se separa de um plano de criação.

Nesses termos, ao entrar em contato com as orientações metodológicas da pesquisa multicêntrica acerca da formação de apoiadores institucionais da humanização, fui acometida por uma espécie de encantamento e, ao mesmo tempo por uma inquietação acerca do tema da participação. Este insurgiu-se no palco dos acontecimentos, produzindo perturbações, irrompendo como linha-condutora, desintegrando os regimes de entendimento vigentes. Dessa maneira, fora provocado um movimento instigante de busca pelos sentidos conferidos à participação em tempos de democracia midiática, como também pelo modo como o *participar* constitui-se numa prática e não apenas numa intencionalidade, numa retórica vazia, numa prescrição metodológica. Esse mesmo movimento de busca invocou a adoção de um olhar estrangeiro, um olhar flutuante para as coisas em meu entorno, num inquietante convite ao desmantelamento do já-sabido: por que mesmo desenvolver uma pesquisa com metodologia participativa? Como e por que incluir na equipe de pesquisadores os apoiadores formados nos cursos em avaliação?

A esse respeito, no 5º mês de execução da pesquisa multicêntrica, um incômodo foi gerado entre nós pesquisadores a partir da constatação de que àquela altura ainda não havíamos constituído instâncias de participação. Ou seja, não tínhamos criado espaços de interlocuções efetivos com os apoiadores que participaram dos processos de formação em avaliação. Esse elemento disparador aguçou o meu interesse pela experimentação da participação em pesquisas avaliativas em saúde, ao apontar a emergência de uma diferença desestabilizadora, colocando sob suspeita a aparente homeostase em que se desenvolvia a investigação multicêntrica.

A identificação de tamanha fragilidade na estrutura de um projeto que, desde a sua concepção, fora planejado por todos que nele se envolveram para incluir os

apoiadores, sinalizou a nossa dificuldade em fazer operar a dimensão participativa, configurando a pesquisa multicêntrica como um instigante campo a ser investigado.

Nessa direção, toda a movimentação ocasionada pela experimentação da função pesquisadora, através do cotidiano constituído em reuniões, capacitações, leituras, oficinas metodológicas, foi transformando aquelas inquietações iniciais, expostas anteriormente, em indagações que passaram a atuar como objetivos-guias condutores de um outro processo investigativo distinto da pesquisa multicêntrica, que culminou nesta pesquisa de mestrado. Foram eles:

*Quais as instâncias de participação dessa pesquisa multicêntrica e de que modo elas propiciaram o exercício participativo?

*O que tornou tão difícil experimentarmos *de fato* a participação numa pesquisa cuja aposta metodológica incidia na dimensão participativa como seu método de produção?

*No habitar do paradoxo constituído através do cenário da sociedade de controle, em tempos de democracia midiática e na aposta da prática da participação como um dispositivo de mudanças, é possível produzir sentidos anti-hegemônicos para a prática da participação?

Vale frisar que a mencionada pesquisa multicêntrica encontra-se em fase de finalização e, no transcorrer desse processo investigativo, o tema da participação e suas mais diversas formas de experimentação foram despertando debates e suscitando desconfortos que interferiram no presente processo investigativo.

Nesse sentido, como já mencionando, a pesquisa sobre o processo de formação de apoiadores configurou-se como um locus eminente para acompanhar a produção desses movimentos, no qual a prática da participação, por ser considerada o método de produção do processo investigativo, deveria ser produzida. E as questões-guia colocadas acima dizem respeito aos modos nos quais esse caráter participativo foi se realizando e quais sentidos de participação foram sendo produzidos.

Após alguns ensaios, estreou, então, esta pesquisa de mestrado² que acompanhou a experiência de participar de um processo investigativo participativo. Trata-se de uma pesquisa sobre uma pesquisa, cujo objetivo geral consistiu em cartografar o que se realizou como experiência de participação, entre uma intencionalidade – a proposta de uma pesquisa participativa – e a efetivação de um processo de pesquisa avaliativa em saúde.

Nesta linha, esta investigação de mestrado refere-se ao desejo de pesquisar, mas também a uma pesquisa desejante implicada, entre outras, com a instituição³ pesquisa. À sua temática, encontra-se articulado um trabalho do desejo de pesquisadora de, concomitantemente, produzir com e sobre os desejos investigativos de outros sujeitos, também pesquisadores, envolvidos com a pesquisa multicêntrica.

Assim, passei de observadora-atriz para pesquisadora-atriz. Não que a função de pesquisadora já não estivesse sendo engendrada antes. Mas, com a criação dos objetivos-guia, tomava corpo um outro processo investigativo que atravessava a pesquisa multicêntrica e junto com ele formava-se também o corpo de pesquisadora. Um corpo concebido, para além de definições biologicistas, “como uma interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afectado por muito mais elementos” (LATOUR, 2007, p. 39). Ou, em outras palavras, uma concepção, na qual:

[...] o corpo é definido pelos afetos, pelos encontros que se têm com entidades humanas e não humanas. O corpo é definido pelas paixões de que é capaz. O corpo não é ancoragem de algo superior – uma alma imortal, o universal, ou o pensamento – mas uma trajetória dinâmica na qual nós aprendemos a nos tornar sensíveis àquilo de que o mundo é feito. É preciso falar do corpo no mundo, sem desconectá-lo daquilo que o constitui (POZZANA, 2013, p. 332).

² A partir deste ponto, a pesquisa intitulada “Formação em Humanização do SUS: Avaliação dos efeitos dos processos de formação de apoiadores institucionais na produção de saúde nos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo” passará a ser denominada de “pesquisa ou projeto multicêntrico” e a pesquisa sobre a experiência de participação como “a presente pesquisa” ou “pesquisa de mestrado”.

³ Tomo emprestado o conceito originário da Análise Institucional, no qual as instituições são definidas como as “relações e campos de forças instituídos e produzidos como naturais que se opõem a outros campos de forças instituintes”. Em outras palavras, toda instituição é produzida num campo de tensão entre movimentos instituintes e instituídos (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 37). Nesse sentido, não se trata de um conceito descritivo, através do qual designamos coisas passíveis de serem visivelmente sólidas ou concretas, mas um artifício por meio do qual podemos compreender o que se passa numa casa, hospital, escola, fábrica (LOURAU, 1993) ou, como no caso em questão, num processo de pesquisa.

Tomando como base tais concepções, posso dizer que o meu corpo, diferentemente do que apregoa a tradição racionalista e cartesiana que o separam da ação do conhecer, configurou-se, eminentemente, como minha ferramenta de pesquisa.

Isto porque é com o corpo que o pesquisador age, percebe, sente, movimenta-se, conhece, enfim é confrontado com os afetos circulantes por onde transita. É na abertura atenta e sensível de seu corpo ao que acontece na iminência dos encontros, que ele acompanha a produção de “práticas que dão acesso ao plano de onde emergem sujeito, objeto, campo, pesquisador, pesquisados, questões, textos, desvios e mundos” (POZZANA, 2013, p. 328).

Nesta direção, a partir do entendimento de que sujeito e objeto são co-engendrados no ato de pesquisar, a aposta deste trabalho incide na premissa de que tal processo constitui-se não *no*, mas *com* o campo de pesquisa. Por meio dos diferentes encontros aos quais se permite viver com seres humanos e não humanos, o pesquisador vai desenvolvendo habilidades. Como por exemplo, a capacidade de não somente transitar entre micromundos, mas também a de estranhá-los com vistas à desconstrução dos *a priori*, para não tomar como dado e evidente aquilo com que se depara. Nessa linha argumentativa, investigar consiste num ininterrupto processo de formação, na medida em que o pesquisador está sempre a engendrar-se, a produzir-se em conjunto com os demais elementos com que se encontra no ato de pesquisar.

Levando-se em consideração tais apontamentos, através da experimentação do cotidiano da pesquisa multicêntrica, especialmente dos percalços de sua dimensão participativa, foi sendo constituído o corpo da pesquisadora-atriz. Com esse corpo passei a habitar o campo da presente pesquisa – a investigação multicêntrica, articulando-me aos diferentes fragmentos das cenas vivenciadas, compondo junto com aquele campo as configurações daquela paisagem. Fiquei ainda mais atenta à dimensão da participação, agora não mais à espreita, mas atuando em composição com os acontecimentos e dispositivos que irrompiam o cotidiano do processo de pesquisa multicêntrica.

A prática da participação e todas as suas querelas era um processo em curso que atravessava todo o grupo de pesquisadores, manifestado através de nossas falas, posicionamentos, incômodos e inquietações. Desse modo, foi preciso desenhar a rede de

forças que circulavam no cotidiano da pesquisa multicêntrica. Principalmente, aquelas que atravessavam, afetavam e constituíam, a nós, os atores envolvidos e que se encontravam conectadas com a experimentação da prática da participação.

A esse respeito, faz-se necessário registrar que, assim como os demais pesquisadores envolvidos na pesquisa multicêntrica, eu também experimentei os modos como a dimensão participativa foi sendo constituída. Nesse viés, eu compus o grupo-sujeito da minha própria pesquisa.

Face a essa constatação, coloquei o corpo pesquisadora-atriz disponível aos encontros, como uma interface aberta às afetações produzidas juntamente com os demais atores, sem perder de vista que numa cartografia “não há nada em cima – céus da transcendência –, nem embaixo – brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando por expressão” (ROLNIK, 2011, p. 66).

Por fim, convém ressaltar que os olhares lançados sobre as experiências vividas e apresentadas neste trabalho, não têm a pretensão de estabelecer relações de causa e efeito nem mesmo produzir efeitos de verdade. São oriundos de uma pesquisadora implicada com as diversas instituições que atravessaram o presente campo investigativo e que, por essa razão, deixou-se interrogar com o que foi se deparando nos encontros produzidos. Vale registrar que são olhares criados em composição, dentre outros elementos, com os registros do diário de campo. E,

[...] essa forma de escrita pessoal é restrita ao presente. Mesmo com uma pequena defasagem, escrevemos sempre no momento, onde vivemos ou onde pensamos. Não se trata de uma escrita feita após o impacto dos acontecimentos, mas estando ainda sob o efeito de tal impacto. Aceitamos, portanto a espontaneidade, eventualmente a força dos sentimentos, a parcialidade de um julgamento, em resumo, a falta de distanciamento (HESS; WEIGAND, 2006, p. 18).

Enfim, são olhares de uma pesquisadora ainda sob o efeito de estranhamento e desterritorialização⁴ de um processo de pesquisa, bem como da própria função de pesquisadora. Ou seja, olhares de uma pesquisadora em processo de experimentação...

⁴ Pensando a noção de território não só como espaço geográfico, mas também existencial, como espaço de estabilidade e organização, a desterritorialização é caracterizada pela saída do território de ideias e concepções já sedimentadas, numa operação de linha e fuga, gerando uma ação de desordem, de fragmentação e abertura para a busca de novos modos de subjetividade, novos saberes, menos instituídos (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

1. ENTRE A MONTAGEM DE CENÁRIOS

Antes que a pesquisa da pesquisa entre em cartaz, é preciso acompanhar o modo como se deu a montagem de seu cenário, a fim de não nos perdermos em seu enredo. Para tanto, inicialmente, faz-se necessário nos apropriarmos não só do roteiro e *script* da investigação multicêntrica, como também de seu cenário e personagens. Assim, um palco mais amplo se descortina e a ampulheta do tempo retrocede alguns anos.

Estamos em 2003, dessa vez são outros personagens que contracenam, a protagonista é a crise no âmbito da saúde pública brasileira e o palco o Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as figuras cênicas estão, as imensas filas à espera de atendimentos, marcação de exames, procedimentos, internações; a deterioração das relações, ambientes e condições em que se encontram os trabalhadores da saúde; tratamentos dissonantes em relação aos aspectos e hábitos culturais dos usuários e que muitas vezes os isolam de suas redes sócio familiares dentre outras. Ao longo dos anos esses personagens foram se tornando ainda mais complexos e problemáticos e tal jogo dramático passa a compor o espetáculo denominado de “os desafios da mudança dos modelos de atenção e gestão das práticas de saúde”.

Nesse contexto, surge a Política Nacional de Humanização (PNH). Com um papel diferenciado na trama, ela se propõe como objetivo acionar processos de mudanças através da produção de novas práticas por parte dos trabalhadores, gestores e usuários, com vistas à qualificação dos processos de gestão e atenção em saúde e à superação de problemas e desafios do cotidiano do trabalho em saúde. Nessa perspectiva, tal personagem é composta por algumas características que estão traduzidas em seu *script* na forma de princípios e diretrizes, a partir dos quais sua atuação deve estar pautada.

São eles, a valorização dos diferentes sujeitos trabalhadores, gestores e usuários dos serviços de saúde; o fomento da autonomia e do protagonismo desses sujeitos; a ampliação do grau de corresponsabilidade na produção de saúde e de sujeitos; estabelecimento de vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão; mapeamento e interação com as demandas sociais, coletivas e subjetivas de saúde; proposta de um trabalho coletivo para que o SUS seja mais acolhedor, mais ágil e mais

resolutivo; a indissociabilidade entre atenção e gestão⁵. E, por fim, o compromisso com a articulação dos processos de formação com os serviços e práticas de saúde (BRASIL, 2010).

Nessa direção, para que a PNH possa pôr em ação todos esses requisitos, premissas e orientações, é preciso incluir na cena usuários, trabalhadores e gestores, de modo que todos eles construam entre si relações nas quais possam protagonizar com autonomia e corresponsabilidade os processos de produção de saúde. Faz-se necessário também incluir os analisadores sociais, os fenômenos que provocam desestabilizações nas práticas tradicionais de atenção e gestão em saúde, colocando tais práticas em análise. É preciso, ainda, incluir o coletivo de trabalhadores de saúde seja como movimento social organizado, seja enquanto desempenham suas funções através de trabalhos grupais. Uma vez que a PNH faz operar suas diretrizes e princípios através da inclusão dessas três dimensões, pode-se afirmar que ela atua por meio do método da tríplice inclusão, propondo em vez de uma prescrição *do que* deve ser feito, o *como* fazer para produzir processos de mudanças (BRASIL, 2010).

Vale mencionar que a PNH possui um papel transversal nessa trama, ou seja, seus princípios e diretrizes devem atravessar das diferentes ações em saúde às mais diversas instâncias gestoras do SUS. Por essa razão, ao invés de programa, ela é criada como política, pois tem como incumbência contagiar os demais sujeitos-atores em suas práticas nos processos de produção de saúde. A ideia é que ela saia de cena tão logo todos os demais, programas e políticas, tenham incorporado as características de sua personagem.

Isto é, ao passo em que a PNH vai operando mudanças nos modos de atenção e gestão em saúde, ela vai se dissolvendo, vai deixando de existir como política à medida que seus princípios e diretrizes disseminam-se, e ela passa a configurar-se como um modo de fazer nos diferentes programas e até mesmo nas demais políticas (PASSOS, 2012).

⁵ A esse respeito, PASCHE e PASSOS (2010, p.16) analisam que: “[...] um dos desafios enfrentados no cotidiano das práticas de saúde reside exatamente nos modos verticalizados de gestão e na dissociação entre modelos de atenção (modos de cuidar) e modelos de gestão (modos de gerir). Tal separação tem ratificado práticas que concebem a gestão como reduzida à administração do sistema de saúde e centrada na figura do gestor. Desse modo há aqueles que planejam e pensam a ordenação do sistema de saúde (os gestores) e aqueles que executam e operacionalizam os planejamentos formulados por outrem. De um lado os que planejam/pensam e, de outro, os que fazem/cuidam”. Ao conceber a indissociabilidade entre atenção e gestão, a PNH propõe a superação de tal dicotomia, o rompimento de tal separação.

Para tanto, tal política tem apostado na metodologia do apoio institucional como sua estratégia eminente na mobilização de diferentes atores com vistas à construção de processos de transformações. Nesse sentido, o apoiador tem como função central não só disparar, mas acompanhar processos de mudanças. Tamanha tarefa é posta em prática, ao passo em que aquele que exerce a função apoio coloca-se ao lado daqueles que estão sendo apoiados – profissionais e usuários do serviço de saúde.

Em decorrência da disseminação que a *função apoio* vem conquistando nas políticas de saúde pública, convém assinalar a polissemia que incide no conceito *apoio*, apontando para a existência de diversos entendimentos e proposições sobre o termo. A definição escolhida para compor o presente trabalho, sem expor seus pormenores e especificidades que fugiriam de nosso foco, parte do conceito adotado nos projetos-base dos cursos avaliados, tal como consta na apresentação dos cadernos temáticos HumanizaSUS:

Apoiar equipes é intervir com elas em processos de trabalho, não transmitindo supostos saberes prontos, mas em uma relação de solidariedade e cumplicidade com os agentes das práticas. Apoiar é produzir analisadores sociais e modos de lidar com a emergência de situações problemáticas das equipes para sair da culpa e da impotência frente à complexidade dos desafios do cotidiano da saúde. Apoiar é construir rodas para o exercício da análise, cujo efeito primeiro é a ampliação da grupalidade entre aqueles que estão em situação de trabalho (PASCHE; PASSOS, 2010, p. 9).

É importante assinalar que não se trata apenas de uma consultoria ou mesmo assessoria, nas quais o apoiador, fundamentado em seu suposto saber já pronto e externo ao grupo ao qual apoia, opinaria sobre o trabalho, através de um parecer, sugerindo quais ações deveriam ser tomadas. Em vez disso, trata-se de um *fazer com*. Aquele que apoia passa a integrar o grupo, não para denunciar suas dificuldades ou vulnerabilidades, mas para, junto com seus componentes e a partir da viabilização de processos de análise, operar mudanças nos modos de funcionamento do próprio grupo, dos processos de trabalho e na maneira como as ações e estratégias de produção de saúde são ofertadas (HECKERT; NEVES, 2010).

Mais detalhadamente, em sua função, o apoiador estimula a criação de espaços nos quais haja um aumento do nível comunicacional entre os sujeitos. Propicia meios através dos quais os processos de trabalho e as dinâmicas de relações de poder, afetos, práticas e significações que atravessam o cotidiano do trabalho em saúde, sejam colocadas em análise por todos aqueles envolvidos no serviço. Fomenta a construção

compartilhada de objetivos, bem como a pactuação do modo para executá-los. Compõem com os gestores, trabalhadores e usuários, grupos de trabalho no intuito de pôr em questão os problemas organizacionais e os ranços institucionais com vistas à abertura de novos sentidos e à produção de práticas inéditas (BRASIL, 2010; VASCONCELOS; MORSCHEL, 2009). Em outros termos, apoiar equipes significa intervir com elas em processos de trabalho. Portanto, a função apoio ocorre em ato, ou seja, ela é um mergulho intensivo na experiência⁶ (PASSOS, 2012).

Por meio dessas ações, o apoiador busca não somente a invenção de novos modos de atenção e gestão em saúde, mas a produção de sujeitos mais autônomos, protagonistas e corresponsáveis que busquem novos modos de operar e produzir nas organizações. Nesse viés, o exercício da função apoio incide em regiões fronteiriças, como clínica e política, cuidado e gestão, dimensões que interferem mutuamente nas atuações do apoiador e nos processos de produção de saúde (BRASIL, 2010).

Nesses termos, a função apoio institucional tem estado sob os holofotes nas propostas da PNH, desempenhando um papel de destaque nesse enredo, uma vez que pode ser considerada a tecnologia de operacionalização por excelência dessa Política. Além disso, ela reúne uma gama de recursos que torna possível lidar com os processos de saúde e suas interconexões com as diversas dimensões das instituições e serviços, bem como com as necessidades imediatas dos sujeitos envolvidos, possibilitando movimentos de desestabilização e inovações nas práticas de saúde.

O ano agora é o de 2006. A partir de então, entram em cena processos de formação em humanização do SUS, que vêm sendo estruturados com o intuito de multiplicar de forma ágil o número de agentes engajados no movimento em prol da humanização no SUS. E desse modo, possibilitar que os princípios e diretrizes da PNH sejam capilarizados, por meio da construção de redes interconectadas de apoiadores institucionais imbuídos do propósito de provocar processos de mudanças nas práticas de gestão e atenção em saúde.

Vale assinalar que a oferta de formação da PNH propõe iniciativas distintas das ações educativas comumente denominadas de capacitação, treinamento ou reciclagem. Isto porque estas estratégias pedagógicas estão atreladas à concepção de que há “um

⁶ Assim como a PNH, a figura do apoiador também deve deixar de existir à medida que os demais personagens forem sendo contaminados com suas características. A partir de então, a função apoio passa a ser exercida por todos e qualquer um e aquele que antes desempenhava o papel de “o apoiador” torna-se mais um no elenco, como qualquer outro (PASSOS, 2012).

modo certo de se fazer” e neste viés a questão que se coloca é quais os requisitos indispensáveis para que os operadores de saúde ajam da maneira correta. Desse modo, tais personagens pedagógicas atuam de modo prescritivo e seus papéis estão relacionados à transmissão de informações através das quais os supostos “descapacitados” possam adquirir as capacidades necessárias ao desempenho de suas funções.

Em contraposição, a PNH respalda-se na concepção de que o panorama problemático observado no cenário da saúde pública brasileira não decorre somente de falhas individuais, mas são, sobretudo, fenômenos que expressam determinados modos de se conceber e de se organizar o trabalho em saúde. Portanto, os processos de formação devem estar em consonância com o propósito de provocar alterações nas condições e processos de trabalho em saúde. Para tanto, as iniciativas pedagógicas precisam propor a superação da mera transmissão de conhecimentos e ter como ideia condutora a concepção de que não existe um modo correto a ser executado nem sujeitos desumanizados que precisam ser remodelados. O que há são modos que, considerando a especificidade de cada realidade, instituição, serviço e equipe de saúde, devem ser questionados, colocados em análise e (re)-inventados, a partir de premissas éticas, políticas e clínicas (PASCHE; PASSOS, 2010).

Nessa direção, os processos de formação propostos pela PNH são concebidos

[...] em sua potência de produzir aberturas a novas sensibilidades, dizibilidades e visibilidades que expressam a multivetorização nos quais estão envolvidas as práticas concretas de cuidado e gestão em saúde. Essas práticas se materializam na relação entre os sujeitos envolvidos na e com a construção do cuidado, nos modos de acolher, de gerir, de fazer a escuta, de compartilharem saberes e diferentes modos de estar nos verbos da vida (viver, trabalhar, sentir e perceber o mundo) (HECKERT; NEVES, 2010, p. 17).

Partindo-se dessa perspectiva, podemos afirmar que a formação está relacionada à produção de realidades, de mundos e de sujeitos, enfim à constituição de modos de existência. Isto quer dizer que aos atores dessa peça-estratégia é designada a ação de colocar-se junto às equipes de saúde a fim de que possam, em conjunto, problematizar os contextos institucionais, produzir alterações nos regimes de percepção e nos modos de lidar com os conflitos, ampliar processos de análise e modificar atitudes no cuidar e no gerir nas práticas de produção de saúde. Não se trata de apontar modelos político-pedagógicos abstratos e desconectados do cotidiano dos processos de trabalho, mas de

tomar esses últimos, em toda sua multiplicidade, impasses e desafios, como um vetor crucial na composição dos processos de formação. Em outras palavras, formar e provocar processos de mudanças são indissociáveis (PASCHÉ; PASSOS, 2010; HECKERT; NEVES, 2010).

Nesse sentido, a formação estaria intrinsecamente relacionada à intervenção, uma vez que intervir significa quebrar, provocar rachaduras nos padrões habituais do pensar, do sentir e do perceber, abrindo janelas de possibilidades distintas das ideias pré-concebidas (LOPES; DIEHL, 2012). Desse modo, um processo de formação consiste em produzir desvios, desnaturalizar posições, criar um campo de tensão que engendre problematizações nos modos já instituídos de experimentar o mundo.

Assim, a compreensão acima exposta se expressa na oferta da PNH de uma política de formação-intervenção, na qual produção de conhecimento, interferência nas práticas de atenção e gestão, produção de saúde e de sujeitos encontram-se articuladas de modo indissociável. Tal oferta propõe que processos de formação sejam disparados e que se constituam num campo de tensão entre problematização e ação, que se produzam por entre as formas dadas e que evoquem a invenção de outros modos de atenção e gestão, de outros mundos e sujeitos (HECKERT; NEVES, 2010). Dito de outra forma, num processo de formação, tão importante quanto a experimentação dos princípios teórico-metodológicos é a criação de movimentos de intervenção que possibilitem aos trabalhadores em saúde a invenção de estratégias de enfrentamento dos desafios que se apresentam no cotidiano dos serviços.

Convém mencionar que, do mesmo modo que os diferentes sujeitos – usuários, trabalhadores e gestores – são incluídos no elenco dos processos de produção de saúde, tal inclusão também deve ocorrer nos processos de formação. Isto significa estarmos atentos e lançarmo-nos à complexidade das relações que se estabelecem entre os gestores, trabalhadores e usuários dos serviços de saúde. E, desse modo, deixarmo-nos conduzir, na construção de um processo de formação, por uma escolha teórico-metodológica que viabilize um campo de interlocuções entre os mais distintos e singulares saberes envolvidos.

É importante destacar que os processos de formação de apoiadores têm sido alvo de consideráveis investimentos e vêm sendo experimentados nos palcos de diversos

Estados brasileiros, compondo o que tem sido designada por uma política de formação da PNH, na perspectiva teórico-metodológica da formação-intervenção.

A primeira experimentação desse processo de formação ocorreu entre os meses de abril e dezembro do ano de 2006 e foi denominada de Curso de Formação de Apoiadores para a Política Nacional de Humanização da Gestão e da Atenção à Saúde, realizado através de uma parceria entre o Ministério da Saúde, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a FIOCRUZ. Teve como proposta disparar movimentos de intervenções nos processos de trabalho em saúde, mais especificamente na dinâmica da produção da tríade saúde-doença-atenção, bem como intervir nos problemas de gestão que se apresentavam nos serviços de grande parte do território nacional. Para atingir tamanha abrangência geográfica, o curso ocorreu em quatro macrorregiões – Norte/Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul –, nas quais foram distribuídas catorze Unidades de Produção (UPs)⁷ (BRASIL, 2010).

Vale frisar que, levando em consideração o fomento da autonomia, da corresponsabilização e do protagonismo dos sujeitos envolvidos não só nas práticas de produção de saúde, mas também nos processos de formação, o modo de organização e funcionamento do referido curso foi pactuado conjuntamente com os apoiadores em formação de todo país. Nesse sentido, foi tomado como eixo estruturante do curso as experiências concretas dos sujeitos, vivenciadas no cotidiano de trabalho dos serviços nos quais os apoiadores desempenhavam suas funções. Ou seja, os elementos disparadores do processo de formação eram extraídos das vivências, conflitos e dilemas enfrentados pelos profissionais de saúde.

Dessa maneira, o curso foi delineado a partir da construção de fundamentos teórico-metodológicos que possibilitassem a invenção de estratégias de intervenção nos contextos institucionais dos serviços de saúde, por parte dos apoiadores em formação. Ao longo do curso, caberia a cada profissional a elaboração de um plano de intervenção (PI), no qual constaria o mapeamento das demandas do sistema ou serviço onde o

⁷ De acordo com Campos (1998, p. 156), tais unidades consistem em uma “(...) composição multiprofissional e englobam todos os envolvidos com a produção de um certo resultado ou de um certo produto claramente identificável”. Mais especificamente, são configurações de agrupamento, compostas por profissionais com diferentes formações e que possuem em comum o objetivo de disparar intervenções, por meio de práticas de gestão compartilhada dos processos de trabalho, nos respectivos locais em que atuam (MELLO; BOTTEGA, 2009; PAVAN et al, 2010).

apoiador atuaria; a escolha de um dos dispositivos da PNH, através do qual o profissional direcionaria sua intervenção e por fim, o modo como se deu a pactuação e a execução de suas ações. Desde então, outros processos de formação vêm sendo experimentados, mantendo-se o mesmo eixo estruturante (PAVAN et al, 2010).

A partir do exposto, entende-se que o cotidiano dos serviços de saúde configura-se como uma espécie de guia na construção de processos de formação com vistas a desencadear movimentos de mudanças nas práticas de saúde e nos sujeitos nelas envolvidos. Para tanto, faz-se necessário provocar linhas de fuga àqueles caminhos previamente prescritos em cursos convencionais, a fim de que a formação possibilite a criação de modos de ação e não formas modelares. Ou seja, para que não se instalem práticas homogeneizadoras que desconectam sujeitos, pesquisa, intervenção, formação, atenção e gestão.

Em face dessa conjuntura, a PNH passa a lançar foco nos processos de formação já instituídos, no modo como estão se dando as experiências que têm apostado em ações que se desenrolam atreladas aos processos de trabalho. Nessa direção, o próprio Ministério da Saúde tem percebido a necessidade de se avaliar o amplo e complexo arranjo no qual a política de formação da PNH vem se estruturando, assim como suas metodologias de ensino e gestão e os resultados que têm sido produzidos. E assim, a exemplo da pesquisa multicêntrica anteriormente mencionada, inicia-se um período de produção acadêmica de avaliações acerca da função apoio e processos de formação, que até então não podiam existir por não haver tempo hábil para isto (PAULON; PASCHE; RIGHI, 2014).

É nesse contexto que, entre os anos de 2010 e 2011, surge a proposta de que fossem avaliados processos de formação cujos cursos haviam sido finalizados recentemente, entre os anos de 2008 e 2009. Tal critério contemplaria os processos de formação que ocorreram nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

E assim é iniciada a montagem da pesquisa multicêntrica. Ela é intitulada *Formação em Humanização do SUS: Avaliação dos efeitos dos processos de formação de apoiadores institucionais na produção de saúde nos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo*. Insta registrar que tal processo investigativo ainda se encontra em cartaz, contudo em fase de finalização. Os dados expostos a seguir foram extraídos do projeto-script da mencionada pesquisa-cenário.

Trata-se de uma pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS) em parceria com o Hospital Moinhos de Vento, além do CNPq. E, por envolver três diferentes palco-territórios, está sendo desenvolvida a partir da articulação entre três universidades, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/ASSIS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estando a coordenação geral a cargo dessa última. Além das universidades, as três Secretarias de Estado dos respectivos territórios têm contribuído com o desenvolvimento da pesquisa, cedendo servidores envolvidos com o processo avaliativo e custeando deslocamentos dos mesmos para participação de reuniões.

Vale frisar que foi realizado 01 processo de formação-intervenção de apoiadores institucionais em São Paulo, 01 em Santa Catarina e 02 no Rio Grande do Sul. Entretanto, apenas a segunda edição do curso realizado neste último território foi incluída na avaliação, por ter ocorrido num período mais coincidente com os cursos dos demais Estados. Nesses termos, tais processos contemplaram ao total a formação-intervenção de 319 trabalhadores e gestores do SUS. Dentre eles, 103 no Rio Grande do Sul, 152 em São Paulo e 64 em Santa Catarina. Os apoiadores estiveram distribuídos em 111 municípios: 52 no Rio Grande do Sul, 35 em São Paulo e 24 em Santa Catarina⁸.

Face à extensão territorial e complexidade do campo que tem sido investigado, foi necessária a criação de três comitês de pesquisa cuja composição do elenco abrange não somente as equipes de pesquisadores da área, seus respectivos coordenadores, bolsistas de mestrado, doutorado e de iniciação científica, mas todos aqueles envolvidos nos processos de formação. A saber, coordenadores dos cursos em avaliação; coordenador da pesquisa na universidade parceira, representantes das secretarias de saúde também parceiras na realização dos cursos; apoiadores pedagógicos ou formadores e apoiadores formados.

Cada comitê possui encontros semanais e foi nomeado segundo o território no qual foi constituído – Paulista, Catarina e o Gaudério, do qual faço parte. Além desses encontros, há ainda reuniões sistemáticas virtuais através da ferramenta Skype e presenciais por meio das oficinas metodológicas sediadas numa das universidades

⁸ A matriz explicativa dos processos de formação, com a estrutura dos mencionados cursos encontra-se no Anexo I.

parceiras e que por envolver as três equipes são denominadas de oficinas nacionais ou de comitê nacional. Nesses encontros discute-se o cotidiano do processo investigativo, incluindo a realização de seminários temáticos acerca dos referenciais teórico-metodológicos, pactuação quanto aos procedimentos utilizados e discussões sobre eventuais dificuldades e necessidades de alterações na condução e execução das etapas da pesquisa.

Cabe mencionar que as etapas da referida investigação foram organizadas em três momentos: colheita de dados; sistematização, análise e validação das informações levantadas e, por fim, divulgação dos resultados. A etapa de colheita de dados foi subdividida também em três partes: pesquisa documental; aplicação de questionário eletrônico e realização de grupos focais. Com exceção destes últimos, na ocasião da elaboração do presente trabalho, todas já haviam sido concluídas.

No que se refere à pesquisa documental, foi feito um levantamento dos 317 planos de intervenção⁹ elaborados pelos apoiadores formados nos três territórios. Teve-se como finalidade elencar e identificar questões analisadoras que permitiram a construção de eixos analíticos e indicadores para que pudessem ser avaliados os efeitos dos processos de formação-intervenção nas dimensões analíticas criadas na fase de confecção do projeto da pesquisa, denominadas de produção de si; produção de práticas e produção de redes¹⁰.

Quanto à aplicação do questionário, foram elaboradas trinta e oito questões que exigiam respostas abertas e fechadas e que tratavam das três dimensões analíticas acima mencionadas. As perguntas faziam também referência aos processos de formação-intervenção e à atual conjuntura em que se encontravam os apoiadores, no intuito de contemplar os aspectos de processualidade experimentados desde a finalização dos cursos até o momento presente. Para a aplicação dos questionários foi utilizada a plataforma FORMSUS do Ministério da Saúde, que viabilizou a gestão autônoma do processo informatizado dessa etapa da colheita de dados, possibilitando a organização e sistematização quantitativa das informações geradas.

⁹ Assim como nos processos de formação-intervenção anteriores, uma das principais ferramentas dos cursos em avaliação foi a proposta da elaboração de planos de intervenção.

¹⁰ Para melhor visualização da matriz analítica, consultar Anexo II.

Com relação ao tratamento qualitativo dos dados referentes à pesquisa documental e à aplicação dos questionários, foi utilizado o software Atlas.ti, a partir do qual foi possível organizar e sistematizar as informações, tendo como base a matriz analítica disposta no Anexo II. Vale mencionar que o processo de sistematização e análise dos dados foi ocorrendo de modo transversal à etapa de colheita de dados, ou seja, à medida que os dados iam sendo produzidos.

No que diz respeito aos grupos focais, a execução desses foi dividida em dois momentos. No primeiro, foi questionado aos participantes, o que havia ficado da experimentação do processo de formação-intervenção e como tal vivência estaria articulada às práticas que eles desenvolviam atualmente. No segundo momento, o material produzido no processo de sistematização e análise dos dados oriundos da pesquisa documental e expressos sob a forma de sentenças, foi apresentado aos apoiadores presentes. A partir de então, foi gerada uma discussão acompanhada de uma análise coletiva, possibilitando a interferência¹¹ por parte dos apoiadores sob aquele material.

Vale ainda registrar que, o número previsto de grupos focais diferiu em cada Estado, em decorrência do modo singular que os processo de formação-intervenção ocorreram nos 03 territórios. No Rio grande do Sul foram realizados 08 e, até a elaboração desta dissertação, essa etapa ainda não havia sido finalizada nos Estados de Santa Catarina e São Paulo.

A etapa de sistematização e análise dos dados produzidos será finalizada em março de 2014 e a divulgação dos resultados está prevista para maio do mesmo ano.

Convém assinalar que, em consonância com os princípios e diretrizes constituintes da PNH, a pesquisa multicêntrica teve como objetivo geral a criação de um processo avaliativo no qual fosse possível conhecer os efeitos provocados pelos processos de formação-intervenção de apoiadores institucionais em humanização, sem negligenciar os contextos dinâmicos e heterogêneos dos três territórios.

¹¹ Convém assinalar que o entendimento do termo interferência diz respeito não às “interseções geométricas (morfologicamente traçáveis) de linhas-fronteiras. [Mas] as ações, os acontecimentos, as forças que criam, modificam e desfazem as formas, à procura de uma transversalidade, de um equilíbrio que não é o equilíbrio homeostático da teoria dos sistemas, mas o de uma capacidade de autonomia (sempre posta em questão)” (LOURAU, 2004c, p. 181).

Nesse sentido, buscou-se avaliar também as diferentes e complexas dimensões de transformações na produção dos serviços, relacionadas à experimentação dos processos de formação em questão. Por exemplo, se os sujeitos envolvidos tornaram-se mais protagonistas; se houve a produção de novas práticas e o estabelecimento de interconexões nas redes produtoras de saúde. Para tanto, foram criadas as dimensões analíticas, citadas acima, articuladas a categorias temáticas¹², na tentativa de acompanhar os movimentos de produção que por ventura foram e têm sido provocados, entre outros fatores, pela experimentação dos cursos em avaliação¹³.

Além disso, de acordo com as premissas da PNH, o movimento de provocar mudanças nos serviços de saúde ocorre de modo indissociado da produção de sujeitos e essa produção está intrinsecamente vinculada à construção de um plano diferenciado de subjetivação, necessariamente coletivo.

Nesses termos, foi necessário lançar mão de uma *práxis avaliativa* que possibilitasse acompanhar, explorar e avaliar os encontros e seus efeitos entre os diferentes sujeitos envolvidos com a formação em saúde. Tratou-se de uma avaliação de abordagem participativa na qual as funções de avaliadores que, tradicionalmente, eram designadas a especialistas, por vezes identificados às instituições acadêmicas, por outras aos gestores, foram exercidas de um modo mais abrangente. Em outras palavras, estávamos imersos em uma perspectiva metodológica que tinha como intencionalidade o deslocamento da posição dos sujeitos envolvidos de meros fornecedores de dados para uma posição de lateralidade em relação aos demais atores, passando a partir disso, a interferir e compor com atuações mais protagonistas, o processo investigativo. Em suma, uma metodologia que em vez de avaliar *sobre*, avaliaria *com* os apoiadores que participaram dos processos de formação-intervenção.

1.1 II Ato. Ou: A composição de um outro cenário investigativo

¹² Ver Anexo II.

¹³ Convém destacar que a criação de tais dimensões analíticas, demanda constituída para confecção do projeto, foi baseada na leitura preliminar dos documentos produzidos pelos cursos, principalmente dos planos de intervenção elaborados pelos apoiadores em formação, bem como nas análises fruto das experiências de formação que os próprios apoiadores, formadores e coordenadores dos cursos inseridos no grupo coordenador que a pesquisa multicêntrica tinha naquela ocasião.

Incluir as pessoas como participantes ao invés de sujeitos de pesquisa, significa que essas pessoas terão um protagonismo em diferentes momentos da pesquisa. Nessas vinte e duas etapas previstas, quando é que os apoiadores vão participar?

Era o 5º mês de execução da investigação multicêntrica, mais especificamente, tratava-se da 2ª oficina nacional¹⁴. A interpelação descrita acima veio do consultor da pesquisa multicêntrica, Eduardo Passos. Ele indagava os participantes quanto à dimensão participativa, questionando onde estariam os apoiadores formados no processo em avaliação. Ou seja, ao se tratar de um processo investigativo em que não avaliaríamos *sobre*, mas *com* os apoiadores, em que momento eles seriam incluídos? Em meio à pactuação das 22 etapas da pesquisa, até aquele momento, não havíamos mencionado quando os apoiadores participariam do processo. Em seguida, Eduardo provocou o grupo questionando acerca das estratégias que seriam utilizadas para produzir o protagonismo dos apoiadores e quanto ao modo como eles seriam convidados a participar da investigação avaliativa de seu próprio processo de formação.

A partir de então, instalou-se no grupo uma atmosfera inquieta, entremeada de questionamentos, dúvidas e desconfortos. A sensação era a de que pôr em prática a dimensão participativa preconizada pela metodologia da pesquisa não seria um exercício tão simples como nos parecia enquanto ensaiávamos para entrar em cena. Levando em consideração a previsão orçamentária, a abrangência do território e o fato de que os apoiadores estariam distribuídos em mais de cem municípios, como eles estariam compondo a equipe da pesquisa? Como eles participariam *de fato* das etapas desse processo avaliativo?

Pesquisa avaliativa, participativa e interventiva: como sustentar e fazer operar todos esses predicados? As discussões dessa oficina apontaram para a constatação de que a exigência de diversidade na composição dos grupos de pesquisa e a maneira como haviam sido organizadas as etapas metodológicas haviam aberto “furos” no orçamento, no tempo de execução das etapas e no caráter participativo da investigação. Como

¹⁴ Assim como na primeira oficina, o elenco foi composto não só pelos pesquisadores dos três comitês, como também por consultores do Ministério da Saúde com a função de estabelecer interlocuções acerca do tema metodologias avaliativas e participativas de pesquisa em saúde. Nesta ocasião, participaram Liane Righi, consultora do RS; Eduardo Passos, ex-consultor da PNH do RJ e atual consultor da pesquisa multicêntrica e Liliana da Escóssia, na época consultora da PNH da região Nordeste.

resíduo daquela oficina, ficamos com a impressão de que teríamos que (re)inventar, a cada momento, estratégias para operacionalizar aqueles predicados da pesquisa.

Instigada e ainda sob efeito das discussões daquele encontro, fiquei às voltas com algumas indagações que daí emergiram, insistiam e persistiam: Como incluir a participação de outros atores? Existiria alguma ferramenta que garantisse a participação?

Desse modo, como numa espécie de dança frenética, chocando-se entre si, tais indagações fizeram par com outros questionamentos...

Por que articular práticas de participação a métodos de pesquisa e produção do conhecimento? Em que consistiria o reposicionamento dos envolvidos no processo de uma investigação? O que significaria a lateralidade entre avaliados e avaliadores e a construção coletiva do processo da pesquisa? E por que isso tem sido tão discutido?

Essas questões funcionaram como uma espécie de movimento-guia, atraindo a minha atenção para o tema da participação como método de produção da pesquisa avaliativa em saúde. Ao mesmo tempo, elas emitiam um sinal de alerta à medida que evocavam cautela ao que se referia ao tema da participação e da avaliação em saúde, a fim de que tais práticas avaliativas não fossem, como poderia advertir Veyne (2008), naturalizadas, tomadas como óbvias, como objetos dados que ali sempre estiveram.

Nessa direção, foi preciso tracejar quais aspectos histórico-sócio-econômicos têm se agenciado, fazendo emergir as condições que têm composto uma espécie de arranjo-cenário, ocasionando no Brasil, a emergência e expansão das pesquisas avaliativas participativas.

2. O ENREDO

Assim como foi necessário acompanhar a montagem dos cenários tanto da investigação multicêntrica quanto da presente pesquisa de mestrado, convém, a partir de agora, acessarmos o enredo composto pelos elementos que não só justificaram a realização de uma pesquisa avaliativa dos já referidos processos de formação, como também viabilizaram as condições de possibilidade para a invenção do presente processo investigativo.

2.1. Estado, Movimento Sanitário e a emergência da saúde como bem de consumo

A partir da década de 1980, as políticas internacionais passaram a seguir uma tendência hegemônica de reformas político-sociais, dentre as quais tiveram papel de destaque a forte redução das funções do Estado de provedor direto de serviços, acompanhada pela transferência destas competências a organizações civis lucrativas ou não. Tal orientação direcionou as políticas dos governos a um processo progressivo de privatizações e a uma considerável diminuição de investimentos em diversos setores, em especial na saúde pública. Nessas circunstâncias, os sistemas de saúde entraram em crise e os gestores dessa esfera, nos mais diversos países, confrontaram-se com a desafiante tarefa de administrar os serviços em meio ao crescente arrefecimento de recursos disponíveis para o âmbito da saúde e a um aumento das desigualdades e precarização das condições de vida das populações (FLEURY, 2009; CONTANDRIOPOULOS, 2006).

Nessa perspectiva, se por um lado a condição do Estado mínimo se consolidava a passos largos, por outro, crescia e reforçava-se um outro atributo, a saber, a sua função reguladora. Isto porque, diante do cenário que se constituía, a racionalização de despesas configurou-se como uma espécie de imperativo pela busca de eficiência na qual custo mínimo e maior produtividade passaram, a partir de então, ao estatuto de metas a serem alcançadas. Desse modo, o papel regulador do Estado tem sido exercido através de ações de cunho avaliativo dirigidas, especialmente, aos gastos da máquina estatal (SILVA; FORMIGLI, 1994).

Nessa mesma década, o Brasil enfrentava uma grave crise financeira face, entre outros fatores, ao desfavorável panorama internacional acima descrito. Por conta do predomínio da lógica da acumulação do capital financeiro, das altas taxas de juros e da interrupção de créditos internacionais, as economias de países menos desenvolvidos, como o Brasil, sofreram efeitos danosos como o aumento da dívida externa e a aceleração do processo inflacionário, acarretando assim, investimentos cada vez mais escassos na melhoria das condições de vida da população. Além disso, em tempos de regime autoritário, vivíamos um período de efervescência democrática. Um intenso processo de reordenamento das políticas sociais no qual as exigências por respostas mais efetivas às demandas cotidianas de sobrevivência tais como moradia, saneamento básico, transporte, saúde constituíam campos de embates e de reivindicações que acabaram criando espaços políticos de manifestações, articulações e exigência de direitos frente ao Estado (YASUI, 2010; FLEURY, 2009).

Esse processo provocou efeitos e desdobramentos em diversas esferas, engendrando, por exemplo, a Reforma Sanitária, movimento que teve como linha condutora não só a transformação das condições de saúde da população, mas também a luta contra a ditadura. De acordo com os militantes desse movimento, a saúde seria produzida pela complexidade de fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e não somente pelos biológicos. Portanto, “transformar a saúde é transformar a sociedade que a produz enquanto processo social” (YASUI, 2010, p. 30). Nesses termos:

A Reforma Sanitária se colocava, assim, fundamentalmente como um processo político, entendido como possibilidade emancipatória na construção da *polis*, da esfera pública, dos bens comuns. Era um processo que levava à produção intelectual crítica, práticas e ações alternativas ao modelo hegemônico, militância cotidiana, ocupação de espaços institucionais, articulações com outros setores da sociedade, ocupação de espaços no interior do aparato estatal, avanços e recuos. Um processo político, colocando em cena e em pauta a relação entre Estado e sociedade civil. A Reforma Sanitária se constituiu tensionando criticamente os termos dessa relação (idem, p. 30-31).

Vale registrar, ainda, que o Movimento Sanitário foi norteado por três princípios: o ético-normativo que insere a saúde como parte integrante dos direitos humanos; o científico que concebe a determinação social como um fator constitutivo do processo de saúde-doença e o sanitário que assume a saúde como um direito universal inerente à cidadania em qualquer sociedade democrática (FLEURY, 2009).

Nesse emaranhado de condições, fatores e variáveis, observamos a convergência para o processo de construção do Sistema Único de Saúde – SUS. Aprovado na Constituição de 1988, trata-se do sistema público de saúde brasileiro no qual a saúde é concebida como um direito de todos e dever do Estado. É regulado pela lei 8.080/1990, por meio da qual o atendimento público em saúde é operacionalizado. A partir de seu advento, toda a população brasileira passou a ter direito à saúde de forma universal e gratuita, devendo esta última ser promovida e garantida pelos três entes federativos: União, Estados e Municípios, incluindo o Distrito federal (BRASIL, 1990).

Entretanto, faz-se necessário retomar que o contexto em que foram se constituindo a Reforma Sanitária e a criação do SUS é marcado por dilemas e contradições, uma vez que, todo esse processo ocorreu num período em que presenciamos o fortalecimento do projeto neoliberal. Este é caracterizado pela diminuição dos investimentos em benefícios sociais, bem como pelo aumento das exigências para alcançá-los e pela introdução de mecanismos da economia de mercado, como a competição gerenciada, na organização dos serviços sociais. Dito de outra forma, em decorrência da forte redução da presença do Estado tanto na economia quanto nas políticas sociais, gerou-se um processo de privatizações estatais no qual as funções de provedor de alguns serviços, incluindo os concernentes à saúde, foram sendo transferidas a organizações da iniciativa privada (FLEURY, 2009).

Isso acarretou efeitos como a explosão da oferta de seguros sociais nos âmbitos da saúde e da aposentadoria, ocasionando com isso a co-existência de sistemas de seguros privados para aqueles que podem pagar e de um sistema público para os menos abastados, mas ao qual os assegurados acabam recorrendo em várias situações (FLEURY, 2009).

Nessa conjuntura, em contradição aos princípios que balizaram o processo de construção do SUS, a saúde passa a ser considerada como um bem de consumo e como tal necessita ser avaliada a fim de que possa estar em consonância com os modos de produção, circulação e distribuição referentes a todos e quaisquer objetos a serem consumidos (PASSOS et al, 2008-a).

Acrescente-se a isso o fato de que, diante da crescente tensão gerada a partir da precarização das condições de vida da população e do imperativo de controle dos gastos públicos, incluindo aqueles com a saúde, foi criada a necessidade de se produzir novos conhecimentos e técnicas voltados para um atendimento mais eficaz no que se refere às

demandas dessa população. Nesse sentido, forjou-se a ideia de que qualquer ação desempenhada no setor da saúde deveria estar baseada em evidências comprovadas, em conhecimentos científicos sólidos e qualquer decisão necessitaria ser acompanhada de avaliações sistemáticas. Essas últimas passaram a ser incorporadas ao cotidiano das organizações de saúde, compondo todo processo de planejamento e gestão das políticas e programas. Desse modo, foi preciso articular três áreas distintas: pesquisa, avaliação e tomada de decisão. Ressalte-se ainda que tais áreas estão interligadas e não sobrepostas (CONTANDRIOPOULOS, 2006).

2.2. Emergência e expansão da pesquisa avaliativa em saúde

No panorama de crescente demanda democratizante aqui descrito, a pesquisa avaliativa emerge como peça estratégica no tocante à administração dos serviços públicos, uma vez que oferece os instrumentos necessários, mais comumente conhecidos como procedimentos científicos, para que o Estado possa exercer seu papel regulador.

Convém assinalar que, seja no que se refere à garantia da universalidade do acesso, da integralidade do cuidado e da equidade das ofertas no âmbito do SUS, seja na regulação dos serviços em saúde relativa aos prestadores privados, essa função reguladora do Estado tem cada vez mais requerido avaliações, incluindo as pesquisas de cunho avaliativo. Estas por sua vez visam, em sua grande maioria e em consonância com as diretrizes do projeto neoliberal, a maximização da eficácia e a obtenção da eficiência na utilização dos recursos dos programas avaliados ou em avaliação (HARTZ, 1999; FURTADO, 2001).

Talvez a originalidade do processo de construção de um novo desenho democrático do Estado brasileiro consista no coengendramento e na coexistência de diretrizes e princípios tão díspares advindos tanto do projeto neoliberal quanto de movimentos sociais como o da Reforma Sanitária.

É nesse arranjo-cenário que, no Brasil, tornou-se necessária a constituição de uma política de avaliação das práticas de saúde no SUS, articulada à construção de uma cultura mais democrática nos serviços, ocasionando a emergência e expansão das pesquisas avaliativas.

Neste contexto, cabe perguntarmos-nos: Mas o que significa avaliar? Do que estamos falando ao nos referirmos a ações avaliativas? Que efeitos ético-políticos têm os processos avaliativos quando postos em prática?

De acordo com Furtado (2001), há uma dificuldade em definirmos o que seja avaliação em decorrência da profusão de conceitos que são criados frequentemente, resultando numa extensa diversidade não só ao que se refere à nomenclatura, como também aos âmbitos epistemológico e metodológico. Por outro lado, a despeito dessa constatação, alguns autores consideram haver consenso quanto ao fato de que avaliar significa emitir juízo de valor sobre uma intervenção, um serviço, um programa, enfim sobre o objeto alvo da ação avaliativa.

Seguindo essa linha consensual e desconsiderando todo o pluralismo de terminologias e de ordem epistemológica que atravessa o campo da avaliação, alguns autores (GUBA; LINCOLN, 2011; FURTADO, 2001) delineiam, a partir de um percurso histórico, uma divisão em quatro gerações com relação ao tema. Antes de descrevê-las, faz-se necessário ressaltar que tal divisão não corresponde a uma proposta progressista ou mesmo evolutiva, na qual uma geração ao surgir suplantaria a anterior. Em vez disso, a proposição dessa divisão tem caráter essencialmente didático, pois as gerações coexistem ancoradas nos mais diferentes eixos metodológicos. Tal proposta nos auxilia a acompanhar os movimentos que se agenciaram na composição da cena acerca da temática do campo das pesquisas avaliativas.

A primeira geração concebe a avaliação como mensuração de desempenho; a segunda caracteriza-se não apenas em medir, mas também em descrever o processo no intuito de identificar como uma determinada atividade alcança ou não seus resultados. Na terceira geração, inclui-se o julgamento, ou seja, além de mensurar e descrever, estabelece-se os méritos do programa avaliado, tomando como base referências externas (FURTADO, 2001).

De acordo com os autores supracitados, existiriam três graves problemas e limitações comuns concernentes às gerações descritas acima. Seriam eles, a supremacia do paradigma positivista no qual se descarta o contexto, prioriza-se métodos quantitativos e acredita-se na neutralidade da atuação do avaliador e numa verdade única e absoluta; a tendência à hegemonia da ótica gerencial nos processos avaliativos e por fim, a incapacidade em considerar a diversidade de atores e projetos envolvidos em torno de qualquer programa.

As limitações residiriam no fato de que, levando-se em conta que a realidade corresponde a uma inacabável construção envolvendo os atores que dela participam, é através da consideração de variadas perspectivas que podemos nos aproximar melhor daquilo que convencionamos chamar de “fatos”, ou seja, das situações que vivenciamos e significamos (VEYNE, 2008). Em outros termos,

[...] os resultados da avaliação não são descrições do “modo como as coisas de fato são” ou “de fato funcionam” ou de algum estado de coisas “verdadeiro”. Na realidade, eles representam construções significativas que atores específicos ou vários grupos de atores formam para “atribuir sentido” às situações nas quais eles se encontram. Os resultados não são “fatos” em um sentido definitivo. Na realidade, eles são *criados* literalmente por meio de um processo interativo [...]. Desse processo surgem uma ou mais *construções* que *são* as realidades daquele caso (GUBA, LINCOLN, 2011, p. 14).

Partindo-se dessa perspectiva, a avaliação de quarta geração surge como resposta a alguns daqueles problemas. Baseando-se no argumento de que avaliar significa, em última instância, emitir juízo de valor e que as normas e critérios usados para realizar um julgamento são influenciados pelos grupos que o definem, necessárias se fazem a ampliação e a diversificação dos eixos em torno dos quais os julgamentos seriam emitidos. Dessa forma, seria possível contemplar os mais diferentes posicionamentos dos envolvidos no processo avaliativo, procurando evitar a tendência em priorizar alguns julgamentos em detrimento de outros (FURTADO, 2001; PASSOS et al, 2008-a).

Transpondo tais apontamentos para o contexto da pesquisa multicêntrica, significa que não somente os pesquisadores avaliam os processos de formação, mas também os próprios apoiadores, formadores e atores envolvidos com o processo de produção de saúde nos territórios onde os cursos ocorreram. Todos eles são convidados a participar desse processo avaliativo, trazendo suas impressões, ideias, sensações, indagações, proposições. Enfim, são convocados a emitir seus posicionamentos quanto aos cursos em avaliação.

Ou seja, é preciso que haja a inclusão de diferentes e até divergentes juízos de valores emitidos pelos distintos integrantes dos grupos envolvidos na avaliação. Estes são denominados de *stakeholders* ou grupos de interesse, compostos por aqueles que:

[...] quer queiram, quer não, algumas vezes são atraídos para uma avaliação porque têm algum interesse em jogo [...]. Estão incluídos nesse grupo os representantes ou agentes que idealizam, atuam, gerenciam, financiam,

supervisionam ou, de outra forma, contribuem para o desenvolvimento, a instituição e a utilização do sujeito-objeto da avaliação; os supostos beneficiários (normalmente chamados de “público-alvo”), que tiram proveito ou devem tirar proveito do sujeito-objeto da avaliação, e os beneficiários secundários que tenham alguma relação com eles (GUBA; LINCOLN, 2011, p. 20 e 21).

Em suma, um grupo de interesse é composto por aqueles que se interessam pelo desempenho, produto ou efeito do objeto da avaliação, aqueles que se encontram de algum modo envolvidos ou potencialmente afetados pelo programa avaliado e/ou por eventuais consequências do processo avaliativo (FURTADO, 2001).

A esse respeito, no intuito de ampliar o eixo de emissão dos julgamentos referente à constituição do plano avaliativo da pesquisa multicêntrica, além dos três comitês estaduais, foram criadas mais duas novas instâncias. Uma delas é o Comitê Ampliado de Pesquisa – CAP. Foi criado a partir da ideia de que a função gestora da pesquisa poderia ser exercida por um grupo que se reuniria mensalmente e seria composto não somente por pesquisadores acadêmicos, mas também por integrantes das Secretarias Estaduais de Saúde, coordenadores, formadores e apoiadores dos cursos em avaliação, assim como por gestores municipais, estaduais e da PNH.

A outra instância corresponde ao Grupo de Interesse da Pesquisa – GIP. Foi composto levando-se em conta não só a necessidade da criação de instâncias através das quais fosse possível a inclusão e atuação do grupo de interesse da pesquisa multicêntrica, como também da dificuldade operacional dessa inclusão dos mais de trezentos sujeitos, entre apoiadores e formadores dos cursos em avaliação, distribuídos em mais de cem municípios.

Na elaboração da proposta, tal grupo foi designado como uma espécie de “conselho de estranhamento”. Seria formado por três apoiadores e um formador de cada estado, configurando-se assim como um grupo com composição nacional. Os doze integrantes, a princípio, não participariam do cotidiano da investigação junto aos demais pesquisadores, a fim de que fosse preservado um certo distanciamento que possibilitaria um olhar estranhador, ou seja, não contaminado pelos acordos tácitos e análises sistemáticas produzidas, semanalmente, nos comitês de pesquisa. Nessas circunstâncias, eles seriam chamados, exclusivamente, em momentos estratégicos da pesquisa a serem definidos em cronograma previamente pactuado. Desse modo, poderiam *exercer na*

radicalidade a função de estranhamento e crítica do processo da pesquisa. Além disso, o GIP seria composto por eleição nos eventos disparadores¹⁵ em cada Estado.

Tal proposta¹⁶ foi colocada para apreciação entre os comitês e, após exaustivas discussões, aprovada na reunião virtual nacional.

Com o roteiro em mente e *script* decorado, ao final do evento disparador no Rio Grande do Sul, fizemos a proposição da composição do GIP a todos os apoiadores e formadoras presentes. Ao lançarmos a proposta do GIP, esclarecemos que por se tratar de uma pesquisa avaliativa participativa, a função dos apoiadores envolvidos não estaria circunscrita ao fornecimento de informações. Em vez disso, eles teriam uma atuação mais ativa e protagonista no processo investigativo, participando de etapas que iriam desde a elaboração de objetivos, definição e construção de instrumentos de produção de dados até a análise desses últimos.

Os apoiadores e formadoras receberam a proposta com bastante entusiasmo, interessando-se por mais detalhes acerca da pesquisa e pelas formas possíveis para participar do GIP. A ideia inicial era a de que as vagas referentes ao GIP do território do Rio Grande do Sul fossem ocupadas por meio de uma eleição. Entretanto, como a maioria dos apoiadores presentes expressou o desejo de compor o grupo de interesse da pesquisa, excedendo o número de vagas, não houve votação, mas um movimento de negociação entre os próprios apoiadores, no qual eles pactuaram entre si como e quais deles ocupariam as vagas. Além disso, levando em consideração o atribulado cotidiano de trabalho em que estavam inseridos, eles também decidiram pela criação da função de suplente, no intuito de suprir a ausência de alguém em casos de impossibilidade de exercício daquela função. Desse modo, o GIP no território gaudério foi composto por quatro apoiadoras e duas formadoras, sendo que uma apoiadora e uma formadora ocupariam a função de suplente.

¹⁵ Tendo em vista a dimensão de intervenção da pesquisa, estes eventos tinham como objetivo o fortalecimento da rede estadual de saúde, com vistas a uma maior articulação das ações em curso e ao planejamento de estratégias para potencializar as atividades de apoio institucional que vêm sendo realizadas nos três territórios. Teriam como público alvo os mais diversos atores na produção de saúde, especialmente os apoiadores e os formadores dos cursos em avaliação. Pois, na ocasião também seria apresentada a pesquisa avaliativa dos processos de formação-intervenção, da qual os apoiadores formados seriam não só informados acerca da sua realização, como também chamados a participar.

¹⁶ O texto com a proposta que fora divulgada e aprovada entre os comitês, encontra-se no Anexo III.

O mesmo não ocorreu na composição do GIP nos demais territórios, pois foi constatado, na 5ª oficina nacional ocorrida em abril de 2013, que somente o território do RS conseguiu eleger os apoiadores que ocupariam esta função. Na ocasião, ponderamos que, em decorrência das diferentes características regionais – desde dificuldades orçamentárias e geográficas que impediram a realização do evento disparador em SP ou a sobrecarga de atividades e baixa participação de apoiadores no evento disparador ocorrido em SC – não caberia insistirmos numa composição do GIP com integrantes destes territórios e decidimos que as integrantes do GIP gaudério corresponderiam ao grupo de interesse da pesquisa.

O grupo de 4 apoiadoras e 2 tutoras do RS, passou, então, a compor o GIP da pesquisa multicêntrica e esteve presente, a partir de então, nas oficinas nacionais e em algumas das atividades de reuniões virtuais previstas na fase de análise de dados, que, à propósito, ainda se encontravam em curso até a elaboração do presente trabalho. Desse modo, tais integrantes passaram, também, a compor o grupo de sujeitos-pesquisadores da investigação multicêntrica.

Vale assinalar que a execução dos procedimentos acima descritos, característicos de uma avaliação de quarta geração, possibilita um processo avaliativo inclusivo e participativo. Tais procedimentos têm como objetivos fundamentais pôr em relevo as diferentes percepções e questionamentos dos envolvidos no processo, capacitar e desenvolver habilidades desses últimos na condução de suas atribuições e criar espaços de negociação propícios para a construção comum de mudanças (FURTADO, 2001).

Isto quer dizer que, além de promover uma avaliação dos cursos de formação de apoiadores institucionais com vistas a melhorias nas redes de produção de saúde, a pesquisa multicêntrica também consiste num processo de formação de avaliadores-pesquisadores, incluindo não só os integrantes do comitê ampliado de pesquisa, como também os do grupo de interesse. Ou seja, os apoiadores incluídos no grupo de interesse também são considerados pesquisadores e, assim como os demais envolvidos, estão em processo de formação desta função.

Nessas circunstâncias, uma avaliação pode proporcionar intervenções que vão além do simples fornecimento de dados para o julgamento e tomada de decisões em torno de algo a ser avaliado. Isto porque, na medida em que se busca o compartilhamento de diferentes valores, um processo avaliativo pode possibilitar que

esses valores sejam alterados, provocando a instauração de processos de mudanças (FURTADO, 2001; PASSOS et al, 2008-b). Por exemplo, por meio da participação dos atores envolvidos na pesquisa multicêntrica, almeja-se, dentre outros objetivos, reativar ou fomentar o protagonismo dos apoiadores que ao arejarem suas práticas possam criar possibilidades outras de intervir e produzir saúde nos territórios onde eles atuam.

Sobre este aspecto, lançando mão da noção de dispositivo, proposta por Deleuze (1996), podemos conceber a avaliação como um emaranhado de linhas heterogêneas que se movimentam, que seguem em direções sem coordenadas constantes, que se entrecruzam e se misturam, resultando em outras através de variações ou agenciamentos, que tracejam processos que estão sempre em desequilíbrio.

E para configurar-se como um dispositivo de mudanças com possibilidades de intervenção na renovação de serviços e programas, não basta que um processo avaliativo inclua os mais distintos julgamentos dos integrantes dos grupos de interesse. É preciso também possibilitar a construção de estratégias que viabilizem que os envolvidos possam operar transformações através de processos de subjetivação¹⁷ (PASSOS et al, 2008-a).

Em outros termos, a partir dessas considerações, avaliar passa a significar, não somente emitir um juízo de valor sobre uma intervenção ou um de seus componentes, mas acessar o potencial heterogênico, definido por Guattari (2000) como a possibilidade da produção de diferença caracterizada pela abertura a processos de diferenciação, singularizantes e irreversíveis. Tal abertura seria acionada pela inclusão dos distintos posicionamentos, julgamentos e valores, num movimento em que mudanças são disparadas e novos agenciamentos são produzidos (PASSOS, 2008-b).

É importante registrar que para gerar processos heterogênicos, para possibilitar que diferenças e divergências possam engendrar tensões e problematizações necessárias à transformação do sistema em avaliação, essa inclusão não deve se restringir apenas a uma composição heterogênea dos grupos de interesse. Mas, sobretudo, deve-se levar em conta o modo como os diferentes componentes do processo avaliativo estão dispostos (ALVAREZ et al, 2008). Isto porque, seja nas instituições de saúde, seja nas instituições acadêmicas, existe um padrão comunicacional vigente, marcado por dois eixos de

¹⁷ Tais processos consistem em operações nas quais, a partir de agenciamentos de estratos heterogêneos dos elementos que os circundam e do mundo em que habitam, indivíduos se constituem como sujeitos, como efeito emergente de uma rede de co-engendramento (DELEUZE; PARNET, 1998).

organização da comunicação. Um deles seria o eixo da verticalidade no qual os diferentes se relacionam de maneira hierárquica e o outro é o da horizontalidade onde a comunicação entre os iguais ocorreria de modo corporativo (BARROS; PASSOS, 2012).

Na maioria dos casos, as avaliações têm privilegiado o eixo da verticalidade no qual cabe a alguns atores o fornecimento de informações e a outros as funções de planejar, decidir e avaliar o que aqueles realizam. Assim, reproduz-se uma lógica de dominação e fragmentação dos processos de trabalho, vivenciados nos serviços.

Por outro lado, se tomamos o eixo da horizontalidade como o modo mais indicado na condução das ações avaliativas, criamos uma falsa ideia de que todos estariam ocupando as mesmas posições e seriam iguais, equiparados num plano no qual as diferenças, por conta do corporativismo, não produziram tensão nem problematizações nos processos avaliativos (PASSOS et al, 2008-a).

Ou seja, a inclusão dos apoiadores no processo de produção da pesquisa multicêntrica não nos interessa se não houver a desconstrução das relações hierárquicas que, por exemplo, se estabelecem em cursos de formação entre professor-aluno; entre gestores e trabalhadores ou aquelas que se constituem entre aqueles que sabem (pesquisadores) e aqueles que informam (pesquisados). Entretanto, não se pode desconsiderar que a posição que o GIP ocupa na pesquisa é diferenciada dos demais pesquisadores e que a sua inclusão não indica que as diferenças entre as apoiadoras e os pesquisadores acadêmicos sejam desconsideradas ou mesmo minimizadas.

Nessas circunstâncias, a fim de que se possa romper com a verticalidade da avaliação, sem que se recorra à ilusão de uma unidade na qual todos são considerados iguais, negligenciando as singularidades dos diversos atores, a inclusão dos componentes heterogêneos deve contemplar o reposicionamento de cada um dos sujeitos ou setores incluídos, a fim de que se possa acessar o potencial heterogêneo no processo avaliativo (PASSOS et al, 2008-a).

Desse modo, não cabe consultar os integrantes do grupo de interesse quanto ao que deve ser feito ou perguntar se o que produzimos, na pesquisa multicêntrica, estava correto ou não. Pois, a inclusão do GIP não equivale a convidá-lo a validar os procedimentos e os resultados da investigação. Em vez disso, é necessário que seus integrantes estejam incluídos em atividades de planejamento, execução, análises e

elaboração dos produtos da pesquisa, atuando em conjunto com os demais pesquisadores.

Para tanto é preciso alterar o padrão comunicacional marcado pelos dois eixos, vertical e horizontal, por meio de um terceiro, de uma diagonal, de um eixo transversal que possa produzir o embaralhamento dos códigos da hierarquia e do corporativismo. Ou seja, é preciso transversalizar, colocar lado a lado os diferentes, desatar as diferenças de seus lugares dados, produzir um desarranjo nas combinações binárias no qual possa ser possibilitada aos envolvidos no processo, uma posição de lateralidade (BARROS; PASSOS, 2012).

Até quando vamos ficar na posição de alunos? Quem convoca quem para os grupos focais? Os formadores que convocam seus alunos? Ou os participantes da pesquisa que convocam? Ou você chama de cima pra baixo? Ou de lado a lado? Tal indagação foi feita por Angela Melo, apoiadora integrante do grupo de interesse da pesquisa multicêntrica, referindo-se ao modo como eram feitas as abordagens de convite às etapas da pesquisa, juntos aos apoiadores.

A partir desse exemplo, percebemos que gerar processos heterogênicos indica na direção da transversalização das ações avaliativas, através do aumento do nível de comunicação intra e intergrupos. Podemos dizer que o comentário exposto acima é um dos exemplos dos efeitos da equivocação dos códigos binários pesquisador-pesquisado, possivelmente provocada pela inclusão das apoiadoras e abertura do padrão comunicacional no contexto da pesquisa multicêntrica. A componente do GIP, por se encontrar numa posição de lateralidade com os demais pesquisadores, questiona não só alguns procedimentos como também as relações hierárquicas estabelecidas na pesquisa multicêntrica. A partir de então, produz-se uma desestabilização das relações binárias que borra os contornos identitários, fazendo emergir uma zona híbrida. Com isso, viabiliza-se a abertura para a constituição de um plano comum onde as heterogeneidades são colocadas numa posição de lateralidade, subvertendo-se a oposição entre aqueles que pensam e aqueles que fazem, provocando assim uma tensão problematizadora propícia à diferenciação do processo que se encontra em avaliação (PASSOS et al, 2008-a).

Mas hoje de manhã eu falei quando ELES [apoiadores] forem, eu logo me dei conta, né? Porque é isso, o lugar ainda é tão... né, sem território, assim, porque eu sou apoiadora, mas daqui a pouco eu tava no lugar de pesquisadora, falando quando ELES

forem... (Comentário de Gianine Sandri, apoiadora integrante do grupo de interesse, ao referir-se às sensações que a função de apoiadora-pesquisadora lhe trazia).

Nessas circunstâncias, tomar a avaliação como um dispositivo é apostar numa prática que aciona processos de mudança de posições, é considerar que os processos avaliativos atualizam relações de saber-poder, viabilizando que estas relações sejam submetidas a um processo de diferenciação, ao modificarem posições subjetivas (FOUCAULT, 2010-a; PASSOS et al, 2008-b).

Isso não quer dizer que o pesquisar não corresponda mais à ação de um sujeito sobre um objeto, do pesquisador sobre um campo. Ao invés disso, parte-se do entendimento de que sujeito e objeto não são posições previamente estabelecidas, mas engendram-se no ato de conhecer, não havendo nenhuma anterioridade nisso. Sujeito e objeto se constituem no mesmo momento, são co-produzidos no mesmo processo de investigação (PASSOS; BARROS, 2000).

Partindo-se dessa perspectiva, por meio do deslocamento da ação de pesquisar *sobre* para a ação de pesquisar *com*, a relação dualística entre sujeito e objeto, entre pesquisador e pesquisado, passa a não fazer mais sentido e vai sendo diluída, restando, ao invés disso, participantes da pesquisa, distintos, é verdade, mas que não se dissociam¹⁸.

Nessas condições, a dimensão participativa da pesquisa avaliativa configura-se no fato de que, estando numa posição de lateralidade nos processos de investigação, todos os envolvidos (não somente os avaliadores/pesquisadores) são convocados a se apropriar das diferentes etapas da produção da pesquisa: desde a construção da demanda do processo investigativo, seu planejamento, discussão acerca dos aportes metodológicos, escolha dos instrumentos de produção de dados, até análise desses últimos (FURTADO, 2001) e produções científicas posteriores. Dessa forma, os atores da investigação deixam de ser tomados como fontes de informação para pesquisa e passam a se constituir em cogestores, assumindo uma atitude mais protagonista no processo avaliativo (PASSOS et al, 2008-b).

A esse respeito, Guba e Lincoln (2011, p. 17) acrescentam que:

¹⁸ Quanto a esse aspecto, ao discorrerem acerca de séries distintas, mas inseparáveis, Deleuze e Guattari (2004, p. 90) ressaltam que: “Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós – mas sempre uma pressupondo a outra”.

[...] os grupos de interesse e outras pessoas que venham a participar da avaliação são acolhidos como parceiros equitativos em todos os aspectos do projeto, da implementação, da interpretação e da ação que resulta da avaliação – isto é, eles recebem uma medida exata de *paridade e controle político*. Isso significa também que os participantes humanos têm o privilégio de compartilhar suas construções e de trabalhar em direção a uma construção *conjunta*, consensual e mais fundamental e esclarecida – eles recebem uma medida exata de *paridade conceitual*.

Por isso podemos dizer que após a composição do grupo de interesse da pesquisa multicêntrica, a fim de que houvesse o acolhimento de seus integrantes como parceiros equitativos, foi realizada uma espécie de reunião-ensaio. O roteiro do encontro foi pautado por algumas ações consideradas indispensáveis para tal intento, como: a apresentação da metodologia da pesquisa multicêntrica, bem como do estágio de desenvolvimento em que ela se encontrava; a explicitação das funções do grupo de interesse; a preparação do grupo para a próxima oficina nacional, por meio do fornecimento de informações e da experimentação das práticas de trabalho que seriam executadas no mencionado evento. E, por fim, a pactuação junto às apoiadoras acerca da sistemática e do modo de funcionamento do GIP naquele ano.

Ainda nessa ocasião, foram discutidas questões como a necessidade quanto ao sigilo e preservação da identidade dos autores dos documentos da pesquisa, como por exemplo, os PIs e questionários. Foi esclarecido que aquele espaço configurava-se como um *locus* da pesquisa multicêntrica e que todos ali, inclusive elas, atuavam no papel de pesquisador com todas as suas exigências e posicionamentos ético-políticos.

Também foram utilizadas algumas outras estratégias que, ao viabilizarem a circulação de informações, contribuíram para a abertura do padrão comunicacional no contexto da pesquisa multicêntrica e, conseqüentemente, para a constituição de sua dimensão participativa. Foram elas: a utilização da ferramenta virtual dropbox¹⁹ como meio de armazenamento de dados e documentos produzidos; a criação do boletim informativo, documento com as sínteses das produções semanais dos comitês; e a realização mensal de reuniões virtuais através do Skype, ocasiões de comunicação periódica entre os comitês de pesquisa.

¹⁹ Trata-se de um serviço de armazenamento e partilha de arquivos. Estes podem ser carregados nos servidores do Dropbox a partir de qualquer dispositivo que possua o seu software e conexão com a internet. Sua utilização permite a visualização sincrônica ou não dos arquivos enviados e/ou modificados, bem como a identificação de quando e quem enviou e/ou alterou tais arquivos. Esta ferramenta auxiliou e qualificou o trabalho da equipe da pesquisa multicêntrica, uma vez que seus pesquisadores encontravam-se trabalhando em diferentes territórios, durante todo o período da investigação.

À medida que lançamos mão desses tipos de procedimentos, “todos os interessados têm mais informações do que antes e passam a ocupar uma posição mais adequada para avaliar, compreender e determinar de que forma essas informações devem ser utilizadas” (GUBA; LINCOLN, 2011, p. 157).

2.3. Acionando a participação nas pesquisas

Para que não se perca de vista o caráter participativo no desenrolar das pesquisas avaliativas é preciso atentar para a análise de algumas dimensões. São elas, o controle de decisões técnicas; a diversidade e as relações de poder entre os integrantes dos grupos de interesse; a plasticidade do processo de gestão da pesquisa e o nível de participação. Tais dimensões podem ser melhor identificadas a partir das seguintes questões: como estão se dando as decisões técnicas na pesquisa? A diversidade dos grupos de interesse está sendo contemplada? No tocante às relações de poder, como se configuram as articulações entre os diferentes participantes? Qual o grau de flexibilidade da gestão da pesquisa no que se refere à inclusão de imprevistas interferências no decorrer das ações investigativas? Como tem ocorrido o envolvimento dos participantes nas diferentes etapas da pesquisa? Tais indagações servem como uma espécie de bússola a fim de que sejam viabilizadas instâncias em que a participação possa ser produzida (WEAVER; COUSINS, 2004).

Um outro aspecto que confere às pesquisas avaliativas o caráter participativo é ter como princípio norteador a garantia de uma polifonia, ou seja, viabilizar estratégias de discussões e negociações, nas quais os mais distintos participantes possam se sentir convocados a expressar seus posicionamentos, indagações, sugestões, sem que haja a sobreposição de uns sobre os outros (ALVAREZ et al, 2008).

Isso acarreta na inclusão das dimensões de processualidade e de multiplicidade da pesquisa avaliativa de cunho participativo, caracterizadas pelo movimento de abertura àquilo que não estava previsto, às bifurcações e desvios no percurso, por contemplar, entre outros fatores, a diversidade de atores envolvidos e atuantes no processo investigativo. Desse modo, as metas a serem alcançadas são construídas ao longo do andamento da avaliação participativa, viabilizando que os rumos da pesquisa

possam ser alterados e que o processo possa se configurar como efetivamente participativo²⁰ (idem, 2008).

Em linhas gerais, ao articular pesquisa, avaliação e participação, procura-se evitar a reprodução de lógicas de dominação, a partir da desmontagem da estrutura hierárquica na qual avaliador e avaliado, pesquisado e pesquisador estão verticalmente dispostos, através de práticas transversais, borrando-se assim os contornos das posições entre sujeito e objeto de conhecimento, entre quem conhece e quem é conhecido. Para tanto, a diretriz utilizada é a do acolhimento da diferença, possibilitando a participação dos atores envolvidos no processo, com distintas características e funções para que se possa produzir processos heterogenéticos, efeitos de perturbação prenes de possibilidades de mudança, de alterar o *status quo*.

É no enredo narrado acima, no qual a avaliação tornou-se um campo complexo que sofre interferências de atravessamentos econômicos, administrativos e políticos, que a instauração de pesquisas avaliativas participativas pretende constituir-se como alternativa ao modelo hegemônico de avaliação. E a partir desse apanhado acerca desta temática, percebe-se como a participação assume a função de um importante dispositivo de transformações e inovações não somente nos serviços de saúde, como também no campo das pesquisas qualitativas.

Porém, adotar uma metodologia participativa não significa que a participação esteja garantida, ou seja, não é dado que se participe. Tal proposição foi constatada, como já mencionado, logo nos primeiros meses de execução da pesquisa multicêntrica, quando nos demos conta da nossa dificuldade em colocarmos em prática o que preconizavam as orientações metodológicas de uma investigação participativa.

Além disso, como lidar com um outro – um diferente dentro da pesquisa – a fim de que ele possa *efetivamente* participar e interferir? Como dar passagem à imprevisibilidade, abrir possibilidades de alterações nos caminhos já tracejados – requisitos desse tipo de metodologia? Como é constituída e operacionalizada a dimensão participativa de um processo investigativo?

²⁰ Convém mencionar que, por conta dos contornos dados ao presente trabalho, não se pretende inventariar ou descrever os diferentes tipos de metodologias participativas, como por exemplo, a observação participante; a pesquisa-ação e a pesquisa-intervenção. Para este propósito ver: ROCHA; AGUIAR (2003); BRANDÃO (1987); BARBIER (1985); PAULON (2005) e COSTA (2007).

Surgiu, então, o interesse em acompanhar as experimentações do exercício da participação numa pesquisa participativa. Assim, produziu-se o desejo de pesquisar uma pesquisa na qual a participação configura-se como o seu método de produção.

3. EM CENA: EXPERIMENTAÇÕES DE UMA PESQUISADORA (SOBRE?)IMPLICADA

O processo metodológico é o de alquimia mesmo, resultando daí, uma bricolagem diferenciada, estratégica e subvertedora das misturas homogêneas típicas da modernidade (CORAZZA 2002, p. 122).

Como pesquisar uma pesquisa? Como inventar um processo investigativo por dentro de um outro no qual também nos encontramos implicados? Neste capítulo, encontra-se em cartaz como foi construída a montagem do desenho metodológico da presente pesquisa.

De antemão, foi preciso um mergulho nas intensidades, no qual a escolha dos procedimentos metodológicos foi definida por uma imersão na experiência da investigação multicêntrica. Longe de um padrão fixo de utilização de tais procedimentos, o modo de produção de dados foi guiado pelo próprio problema e por suas modulações ocorridas no transcorrer da presente investigação.

Antes de prosseguir, cabe aqui um breve assinalamento quanto ao uso do termo produção de dados. Após algumas leituras, conversas com alguns interlocutores e experimentações, ouvir e utilizar as expressões coleta e/ou colheita de dados passou a me causar uma sensação de incômodo e estranheza, pela dimensão de inadequação que elas evocavam. Por outro lado, o termo produção de dados provocava ressonâncias mais potentes.

Pode-se dizer que tais sensações teriam profícua relação com o que fora denominado por Kastrup (2010) de política cognitiva, ou seja, com o modo a partir do qual concebemos e estabelecemos conexões com o conhecimento, com o mundo e consigo mesmo.

A política cognitiva tradicionalmente adotada é aquela que encontra base na ideia de que a teoria descreve ou mesmo opera a descoberta do mundo ao nosso redor. Desse modo, poder-se dizer que as formulações teóricas representam ou refletem a realidade, estando aí implícita a concepção de que há uma espécie de “real” que antecede às formulações designadas a explicá-lo (BUJES, 2007).

Nesses termos:

A abordagem clássica da ciência, pautada numa política cognitiva representacional, pressupõe sujeito e objeto como polos prévios ao processo do conhecer e busca leis e princípios invariantes; supõe que científico é aquilo que pode ser reproduzido com os mesmos resultados e garantido por um observador isento ao objeto de estudo. Nessa perspectiva, a experiência do pesquisador está excluída (POZZANA, 2012, p. 327).

A premissa estruturante de tais posicionamentos é a de que os dados já estão no mundo, existem a despeito da atuação do pesquisador. A este cabe a função de descobri-los e, a partir de então, coletá-los, colhê-los, através de sua ação de pesquisar *sobre* o mundo. “Nesse caso, o conhecimento científico fala sobre a realidade e não com ela” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 272).

Em contraposição a essa abordagem, partindo-se de uma outra política cognitiva, alguns autores assinalam que, “desde que uma teoria penetra em um determinado ponto, ela se choca com a impossibilidade de ter a menor consequência prática sem que se produza uma explosão” (FOUCAULT, 2006, p. 71, 72).

Dito de outra forma, ao descrever um fenômeno, a teoria também o constitui, à medida que ela institui os regimes discursivos e de visibilidade sobre ele, instaurando os modos possíveis de vê-lo e de falar ao seu respeito²¹. Desse modo, o conhecimento é produzido por meio de um processo de invenção, cujos resultados seriam os produtos dos discursos que são emitidos sobre ele. E as teorias formuladas não correspondem, de maneira inquestionável, aos fenômenos com que nos deparamos no mundo, elas são apenas um dentre tantos outros modos possíveis de nos referirmos a eles (BUJES, 2007).

Nesse sentido, a produção do conhecimento corresponde a um “processo que não está entre um sujeito e um mundo a ser descoberto, mas produz sujeito e mundo. [...] Sujeito e mundo são inventados no processo investigativo, marcados pelo inacabamento e pela experimentação” (POZZANA, 2012, p. 332).

Partindo-se dessas considerações, a aposta do presente trabalho incide na noção de que, em vez de representação da realidade, o conhecimento é inventado, num

²¹ Deleuze (2010, p. 124) afirma que “é preciso pegar as coisas para extrair delas as visibilidades. E a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem no contato da luz com as coisas. Do mesmo modo é preciso rachar as palavras ou as frases para delas extrair os enunciados. E o enunciável numa época é o regime da linguagem, e as variações inerentes pelas quais ele não cessa de passar, saltando de um sistema homogêneo a outro”.

movimento em que o saber engendra-se em conjunto com o agente da ação do conhecer. E, nessa perspectiva,

[...] os objetos do mundo social em sua constituição, que nos acostumamos a ver como naturais, não estiveram aí desde sempre, imutáveis, pairando num limbo, à espera que viéssemos resgatá-los e falar sobre eles [...]. Não basta que deles tomemos consciência – tais objetos não preexistem em si mesmos; é necessário, para que eles “surjam”, que sejam inventados, engendrados, a partir de um complexo feixe de relações (BUJES, 2007, p. 25).

Em face de tais assinalamentos, considero que em vez de colhidos ou coletados, os dados são produzidos, criados, construídos. Afinal, “se há dado, este se constitui *na* experiência e não pode ser concebido antes do ato de experimentar” (PASSOS; EIRADO, 2010, p. 126).

3.1 O dispositivo “caderninho da Alice”

Sempre tive o antigo hábito de fazer escrevinhações. Trata-se de uma tentativa, às vezes frustrada, às vezes bem sucedida, de dar contorno, a partir do desenho das letras, às intensidades, inquietações, desassossegos e afetos que experimento.

Por conta desse hábito, percebi que a apreensão e escuta das cenas e discursos, dos fluxos circulantes, das pontas do processo da pesquisa multicêntrica em andamento, relacionados ao tema da participação, já vinham sendo feitas por meio de registros no diário de campo (no caderninho).

Tais registros correspondiam a uma maneira de captar, no dia-a-dia, não só as minhas percepções, as experiências vividas e os diálogos com os outros envolvidos no processo investigativo do projeto multicêntrico. Também foram registradas “as sobras” das ideias que nele ocorriam, como frases soltas aparentemente desconectadas do contexto em que foram enunciadas. Além dos encontros e observações marginais, engendrados em regiões fronteiriças, produzidos nos intervalos de reuniões, oficinas e eventos, que também constituíram o campo do presente processo investigativo.

Enfim, o que se passou, o que se viu, o que se percebeu, o que se concebeu, o que se deixou afetar naquele percurso investigativo foi constituindo o meu diário de campo.

É importante assinalar que, tais registros tiveram a função de dispositivo, não propriamente para apresentar dados nem mesmo resultados finais. Mas, operaram como disparadores de desdobramentos desta pesquisa de mestrado. Em outras palavras, os registros no diário discorreram sobre a vivência do campo e, desse modo, indicaram vestígios não só de como a pesquisa multicêntrica vinha ocorrendo, como também o modo como o presente processo investigativo foi sendo produzido.

Nessas circunstâncias, o diário de campo configurou-se como um potente instrumento de produção de dados do coletivo de pesquisadores – especialmente aquele a que estive mais diretamente ligada no cotidiano do campo da pesquisa, qual seja do Comitê Gaudério. A partir de algum momento que não sei precisar, meu diário de campo de pesquisadora passou a ser, constantemente, “requisitado” em reuniões de análise de dados, em oficinas do comitê nacional e muito corriqueiramente em momentos de escrita do comitê Gaudério para sistematizar informações produzidas em campo. “*Vamos ver o que diz o caderninho da Alice sobre isso...*”, era uma expressão quase usual em nossos encontros quando chegávamos a algum impasse metodológico. Hess e Weigand (2006, p. 17) já haviam assinalado que “o objetivo do diário é de guardar uma memória, para si mesmo ou para os outros, de um pensamento que se forma ao cotidiano na sucessão das observações e das reflexões”. Assim, aquilo que, até um momento de minha trajetória de pesquisadora, parecia apenas uma extensão de uma prática pessoal diarística, foi-se configurando como um instrumento de meu grupo de pesquisa e instaurando a dimensão coletiva transindividual.

Sobre este aspecto:

Há uma processualidade na própria escrita. Um processo aparentemente individual ganha uma dimensão claramente coletiva quando o texto traz à cena falas e diálogos que emergem nas sessões ou visitas ao campo. Quando há uma equipe que trabalha junto, após ser elaborado por um membro, o relato é apresentado ao grupo em reuniões, ganhando a contribuição dos demais participantes (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 71).

Nesse viés, os dados produzidos com a escrita do diário de campo incluíram dimensões e aspectos relativos tanto à pesquisadora quanto aos demais participantes do presente processo investigativo. A partir da escrita diarística, engendrou-se uma conjuntura na qual se criou um plano em que as posições de pesquisadora e pesquisados se dissolveram como entidades definitivas e pré-constituídas. Acompanhamos, nesse

processo, a co-emergência do objeto e do sujeito da pesquisa que se apresentaram em sua provisoriedade (BARROS; PASSOS, 2010; HESS; WEIGAND, 2006).

Acrescente-se a isso o fato de que por me constituir não só como pesquisadora, mas também como sujeito da presente investigação, foi preciso um ininterrupto movimento de ir e vir entre essas funções. Nessa perspectiva, foi possível ainda, através da escrita do diário e do uso que ele passou a ter junto ao grupo de pesquisa, pôr em análise, conjuntamente com os demais envolvidos, as relações estabelecidas com as diversas instituições que atravessavam o campo investigativo. Ou seja, analisar as posições em que me encontrava e quais relações de saber-poder foram constituídas no jogo de interesses e forças presentes na superfície de inscrição desta pesquisa de mestrado. Enfim, foi possível pôr em análise as implicações que mantive com e na própria pesquisa (PAULON, 2005; MONCEAU, 2008).

É necessário frisar que a implicação não diz respeito à noção de comprometimento, motivação ou relação pessoal com o campo de pesquisa/intervenção, ao contrário, explorar a implicação é falar das instituições que nos atravessam. Atravessamento que [...] vai muito além da nossa percepção subjetiva, da nossa história individual e dos julgamentos de valor destinados a medir a participação e o engajamento em determinada situação. A implicação denuncia que aquilo que a instituição deflagra em nós é sempre efeito de uma produção coletiva, de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças que estão imbricados nessa relação (ROMAGNOLI, 2014, p. 47).

Em outros termos, a escrita diarística foi um instrumento valioso para fazer da análise de implicação um processo intermitente ao longo de toda a investigação. Tal condição contribuiu, sobremaneira, para o acompanhamento do que vinha sendo produzido ao longo da presente pesquisa, ao pôr em evidência atravessamentos que não estariam tão facilmente visíveis. “Afinal, o que a gente vê não é onde a gente está e de onde a gente está não dá pra gente se ver”, como afirmou Maraschin²².

3.2 Entre focos e enunciados

²² Comentário feito por Cleci Maraschin, na ocasião, professora da disciplina Metodologia de Pesquisa I do PPG de Psicologia Social e Institucional/UFRGS, ao referir-se à necessidade da análise de implicação, quando apresentei meu tema de pesquisa.

“Se a escolha metodológica [...] fica na dependência das questões formuladas” (CORAZZA, 2002, p. 122-123), se a metodologia deve ser construída no processo de investigação e de acordo com as necessidades colocadas pelas perguntas elaboradas, por que não experimentar a metodologia participativa também na presente pesquisa?

Na busca por procedimentos metodológicos nos quais pesquisados e pesquisadora protagonizassem, conjuntamente, a produção de dados da presente investigação, mais uma questão se fez presente: quem seriam os sujeitos-participantes²³ dessa investigação?

Se o objetivo era investigar o que se realizava como experiência de participação, num processo de pesquisa avaliativa em saúde, seria conveniente acompanhar os movimentos da equipe de pesquisadores da investigação multicêntrica. Especialmente, em ocasiões nas quais os pesquisadores acadêmicos contracenassem com as pesquisadoras integrantes do GIP. A partir dessas considerações, aqueles e estas passaram a constituir o grupo dos sujeitos-participantes da presente pesquisa. E, como as oficinas nacionais eram ocasiões em que a maioria, senão todos os participantes da investigação multicêntrica encontravam-se presentes, tais eventos configuraram-se como momentos estratégicos para as experimentações destinadas à investigação acerca da dimensão participativa.

Levando-se em conta que a busca pelo procedimento metodológico tinha como intuito não apenas produzir mais dados, mas provocar movimentos de análises juntos aos sujeitos-participantes, duas ferramentas mostraram-se estratégicas: o grupo focal e o grupo de enunciação.

A primeira assim se configurou por caracterizar-se em encontros grupais entre pessoas que compartilham interesses em comum, nos quais os dados vão sendo produzidos no decorrer de um processo de interação em que os comentários de uns podem suscitar diferentes posicionamentos em outros (MIRANDA et al, 2008; DAL'IGNA, 2012).

²³ Tendo em vista o impositivo metodológico de um pesquisar *com* e não *sobre*, expresso pela atitude de colocar lado a lado os sujeitos envolvidos com o alvo da investigação, o termo sujeitos-participantes traduziu-se como designação mais condizente com as experimentações produzidas na presente investigação.

Nesse sentido, a 5ª oficina nacional transformou-se no palco ideal para a entrada em cena de tal procedimento, na medida em que, naquela ocasião, as apoiadoras integrantes do GIP estreariam sua participação junto ao comitê nacional da pesquisa multicêntrica. Vale registrar que o grupo focal foi realizado no intervalo da programação do evento, teve a duração de aproximadamente 01 hora e contou com a participação de 10 pesquisadores, dentre eles: 04 integrantes do GIP, 01 do comitê Catarina, 03 do comitê Paulista e 03 do comitê Gaudério.

Aos participantes do referido grupo, foram feitas cinco questões, na mesma sequência em que se encontram abaixo dispostas:

- 1) Antes, qual o entendimento que vocês tinham sobre pesquisa participativa? E hoje, como pesquisadores dessa pesquisa, qual o entendimento de vocês?
- 2) Como vocês avaliam essa pesquisa do ponto de vista da sua dimensão participativa?
- 3) Como tem se dado a participação de vocês?
- 4) Vocês consideram que a participação de vocês interfere no processo investigativo? De que modo? Poderiam dar um exemplo?
- 5) No contexto dessa pesquisa, dê um exemplo de um momento em que te experimentastes como participante de um processo participativo.

Através da realização de tal grupo foi possível verificar o modo como os participantes construíam suas opiniões, avaliavam as experiências, definiam uma questão problemática e expressavam a articulação entre sentimentos e sensações com determinado fenômeno. Além disso, foi possível, ainda, perceber como conflitos e controvérsias vinham à tona e eram resolvidos pelo grupo, viabilizando também uma análise do modo como as relações interpessoais iam se constituindo quando em contato com o tema em discussão.

As falas de cada participante foram sendo formuladas em composição com as dos demais integrantes do grupo, não na direção de um consenso ou de uma uniformidade nas opiniões expressas. Mas, mantinham entre si uma espécie de correlação. Fosse para contrapor, confirmar, questionar ou acrescentar algo, os comentários emitidos possuíam uma interdependência com falas precedentes. Isso não só permitiu como também contribuiu para a produção compartilhada de análises dos conteúdos evocados por meio das questões propostas.

Na ocasião da 6ª oficina um outro procedimento entrou em cena. Dessa vez, o protagonista foi o grupo de enunciação. Sua realização foi inspirada na estratégia proposta pelos analistas institucionais (LOURAU, 1993), denominada de restituição. Tal técnica consiste em se centrar numa tarefa de análise coletiva da situação presente, em função das diversas implicações de cada um com e na pesquisa. Não significa confissão privada ou pública, mas um movimento para retomar os acontecimentos, em geral excluídos, deixados à sombra, comumente silenciados, sem perder de vista que:

A restituição não é um gesto caridoso, gentil; é uma atividade intrínseca à pesquisa, um feedback tão importante quanto os dados contidos em artigos de revistas e livros científicos ou especializados. [...] Se a população estudada recebe essa restituição, pode se apropriar de uma parte do status do pesquisador. Se tornar uma espécie de "pesquisador-coletivo", sem a necessidade de diplomas ou anos de estudos superiores, e produzir novas restituições [...]. Isso seria, efetivamente, a socialização da pesquisa (LOURAU, 1993, p. 56).

Coimbra e Nascimento (2007) acrescentam que se trata de um dispositivo socialítico, através do qual se põe em análise as implicações e sobreimplicações²⁴ de todos os participantes de um trabalho. Nesse sentido, desnaturaliza-se o lugar sagrado do especialista, à medida que este deixa de ser considerado imune aos efeitos da análise e isento das ações de interferência no campo em que se encontra. Desse modo, a utilização de tal dispositivo contribui para a desconstrução da concepção positivista de neutralidade científica, realçando o aspecto político de toda e qualquer prática.

Face às descrições acima, esta ferramenta parecia estratégica na medida em que tornaria possível a experimentação de uma metodologia participativa na qual pesquisados e pesquisadora estariam lado a lado no processo da investigação, investidos da função de analisar os dados que haviam sido produzidos por eles mesmos.

Por outro lado, sua designação causava um certo incômodo, tanto em mim quanto em alguns outros sujeitos-participantes do elenco da presente pesquisa. O que havia sido perdido para que agora fosse restituído? Haveria mesmo algo a ser devolvido, restaurado?

²⁴ Consiste numa "dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas" (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 30).

Ou tratar-se-ia de um movimento de produção coletiva da pesquisa, que se daria no plano de imanência, no qual não existiria um a priori que devesse ser apresentado, mas dispositivos analisadores que ao serem enunciados provocariam o agenciamento coletivo de outras enunciações?

Na composição entre este último questionamento e a proposição de Lourau (1993, p. 52), na qual ele afirma que, numa restituição “deve-se enunciar²⁵ ‘coisas’, e não denunciar outrem”, passei a utilizar em lugar do termo Restituição, a expressão Enunciação.

Assim como na realização do grupo focal, o grupo de enunciação também ocorreu num intervalo de uma oficina nacional e teve a duração de, aproximadamente 01 hora. Nessa ocasião, desejaram participar 14 pesquisadores: 03 do GIP, 05 do comitê Gaudério, 04 do comitê Catarina e 02 do Paulista.

De início, os participantes foram convidados a realizar uma análise coletiva do que já havia sido produzido no presente processo investigativo. Em seguida, foram apresentados ao grupo, enunciados que traziam em sua formulação a dimensão polifônica com que os dados foram sendo produzidos²⁶. A esse respeito, os participantes foram informados de que a composição das sentenças incluiu o encadeamento de falas dos participantes expressas no grupo focal; trechos do meu diário de campo; questionamentos e inquietações que expus ao comitê nacional da pesquisa através do envio de e-mail; e frases captadas/capturadas em conversas entre pesquisadores no cotidiano da pesquisa e fragmentos da memória de reunião virtual nacional.

A ideia era que a análise ocorresse a partir da enunciação de alguns analisadores que fizeram aparecer, de maneira contundente, questões relativas à dimensão participativa da pesquisa multicêntrica e que lançaram um foco de luz em aspectos que, ao que parecia, estariam colocados à sombra. Nesse sentido, o critério utilizado para selecionar os dados a serem enunciados foi o de que eles se

²⁵ Grifo meu.

²⁶ Cabe ressaltar que a noção de enunciado adotada nesta dissertação está em consonância com a proposição de Foucault (2008, p. 31-32), na qual é indicado que: “Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. [...] é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação”.

configurassem como analisadores, ou seja, que fizessem questões, que pudessem “*fazer surgir, com mais força, uma análise*” (LOURAU, 1993, p. 35). Enfim, que pudessem provocar conversações, diálogos entre o que cada um vinha experimentando a partir do lugar no qual exercia sua função na pesquisa multicêntrica e o tema da participação. Desse modo, em suas formulações, as sentenças já traziam uma dimensão de análise do que fora produzido até então. Seguem abaixo os enunciados:

- ❖ Não (querer) participar é também um modo de participação.
- ❖ “Talvez o grande problema seja o fato da participação que surge a posteriori e de cima pra baixo. Quem discute essa questão é um grupo muito restrito. A demanda por participação não surge dos sujeitos, mas da academia”. Tal demanda surge quase como uma prescrição relativa ao modo como uma pesquisa deve ser. “Uma parte do grupo construiu essa demanda. Houve uma construção de um grupo que pensou a participação nesse formato, de um grupo que se encontraria em momentos estratégicos, mas o GIP não estava naquele momento”.
- ❖ A que se deve a escolha da participação do GIP em momentos estratégicos? Até então quem têm decidido quais seriam esses momentos são os pesquisadores acadêmicos. O GIP ainda não participou dessa decisão. Por que mantermos sob o controle dos pesquisadores acadêmicos, o exercício da participação do GIP, controlando sob quais condições e os momentos exatos dos movimentos de estranhamento que o GIP deve produzir?
- ❖ Participação Pontual (quase que por espasmos) x Participação Processual: O GIP é composto em agosto/2012, se reúne em janeiro/2013 e atua com os demais participantes, compondo o grupo em abril/2013.
- ❖ O GIP não está inscrito nos grupos de análise. Na memória da reunião virtual do mês de setembro, ficou registrado que o processo de análise seria restrito aos comitês, mas que o GIP seria convidado para a próxima oficina para ver o produto dessa discussão.
- ❖ Não é dado que o pesquisador acadêmico participa. A depender do modo como ele se coloca no campo, ele pode ficar restrito à realização de tarefas, cumprimentos de prazos e à mera reprodução de práticas, dissociado dos sentidos que sua prática engendra. É mais fácil participar nos pequenos espaços.
- ❖ Há algum dado que chame a atenção de vocês, algum analisador que vocês gostariam de anunciar/enunciar?

Os enunciados foram projetados numa tela na qual iam sendo expostos um a um, à medida que a discussão ia se desenrolando, na mesma ordem em que foram apresentados acima.

Ao passo em que as sentenças eram expostas, os participantes teciam comentários, posicionamentos, indagações e faziam correlações com suas experiências no cotidiano da pesquisa multicêntrica. As discussões foram se desenvolvendo de modo semelhante ao que ocorrera no grupo focal, no qual as falas dos participantes eram elaboradas e expressas numa espécie de interdependência de falas anteriores.

É importante destacar que, através do processo de análise coletiva, ocorrido nos grupos focal e de enunciação, foi possível pôr em questão, junto com os sujeitos-participantes, a relevância da presente pesquisa, a partir da avaliação da pertinência de seus objetivos-guia e dos dados, até então, produzidos. Tal direcionamento esteve afinado com a concepção de que:

Um pesquisador inarticulado é aquele que vai a campo para confirmar o que já sabia, para coletar o que procurava, para aplicar uma teoria. [...] O pesquisador articulado vai a campo e move-se com ele para aprender, há um cultivo mútuo entre ele e aquilo que se faz presente no campo. Aqui o manejo da investigação se faz inseparável do manejo convocado em campo. Não há nada de interessante em um sujeito “sozinho”, um sujeito é interessante quando ressoa com outros, é colocado em ação por novas entidades cujas diferenças foram corporificadas (POZZANA, 2013, p. 333).

Sobre este aspecto, através das discussões provocadas pelas questões e enunciados, os participantes dos referidos grupos tomaram o tema da dimensão participativa, não como consignas a que deveriam responder, mas como algo que lhes dizia respeito, que compunha as suas vivências no cotidiano da pesquisa multicêntrica. Tratava-se de um tema que pertencia a todos e exclusivamente a nenhum. Um tema comum na medida em que a experiência de participação numa pesquisa avaliativa não se configurava como propriedade particular ou interesse privado de um pesquisador, mas como uma experiência pública já que vivida como pertencimento de qualquer um.

À medida que os integrantes daqueles grupos enunciavam suas percepções, questionamentos, suposições e análises, borram-se os limites pré-estabelecidos entre participantes e pesquisadora, entre os diferentes saberes ali expressos. Desse modo, foi

possível observar a criação de uma zona de indiscernibilidade através de uma aproximação entre o que fora vivido tanto por mim, quanto pelos demais pesquisadores. Aquilo que era enunciado já não pertencia exclusivamente aos pesquisadores acadêmicos, aos pesquisadores integrantes do GIP ou mesmo à pesquisadora interessada pelo tema da participação. O que era enunciado dizia respeito à complexidade e à dimensão de heterogeneidade concernentes à questão investigada. Era, como Kastrup e Passos (2013) poderiam supor, a dimensão de coletivo extrapolando as fronteiras preestabelecidas na divisão dos saberes e dos lugares ocupados pelos participantes da pesquisa. Nesse contexto vale assinalar que,

[...] coletivo, aqui, não pode ser reduzido a uma soma de indivíduos ou ao resultado do contrato que fazem entre si. É a rede de composição potencialmente ilimitada de seres tomados na proliferação das forças de produção de realidade. Lembramos mais uma vez que no plano de produção, plano coletivo das forças, lidamos com o que não é de propriedade de alguém ou de uma comunidade. No coletivo não há, portanto, propriedade particular, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas. É aí que entendemos se dar a pesquisa cartográfica: experimentação no plano coletivo, construção do comum, experimentação pública (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 270).

Assim, a partir de uma abertura do padrão comunicacional, experimentada por aquele coletivo implicado no processo da investigação multicêntrica, a realização daqueles grupos fez emergir com mais força a dimensão participativa da pesquisa como um interesse comum. Nessa direção, pode-se ainda acrescentar que:

O interesse em uma pesquisa é mútuo, ele concerne tanto a pesquisadores quanto a pesquisados. Por isso se pode afirmar que a pesquisa é intervenção: porque ela gera articulação. Ao se articularem em um dispositivo de pesquisa, os participantes geram um reposicionamento de fronteiras. Tal articulação é, simultaneamente, a participação na pesquisa e a descrição desse reposicionamento. Ou seja, articular-se é participar ativamente na produção de conhecimento: a pesquisa é tanto mais articulada quanto mais participativa (BARROS; BARROS, 2013, p. 381).

Uma outra dimensão que emergiu com a realização dos grupos acima mencionados refere-se ao fato de que, apesar de eu ter proposto a realização de tais instrumentos, organizado os dados a serem apresentados e de que estivesse sob o meu controle a exposição dos mesmos, também me coloquei na condição de participante que iria analisar com os ali presentes os enunciados expostos. “O analista não mais se situa

no exterior dos grupos, coletividades ou organizações [...], mas como alguém implicado na rede de instituições que lhe dá a palavra” (HESS, 2004, p. 23).

Os grupos focal e de enunciação consistiram em procedimentos de análise e, guardados os aspectos heterogêneos e as singularidades dos lugares e funções que cada um exercia, eu era mais um dentre os demais integrantes. Não me furtava em fazer comentários e correlações. Sempre anunciava de que lugar estava falando, do lugar de uma pesquisadora acadêmica integrante do grupo nacional que se interessava e se inquietava pelo tema da experimentação das práticas de participação. Que estava submersa num outro processo investigativo relativo à produção de uma dissertação de mestrado acadêmico acerca desse tema.

Desse modo, foi possível colocar em análise as implicações com aqueles procedimentos e temática, deixando emergir interesses e posições de saber-poder. As funções e relações que se estabeleciam ali entre os participantes puderam, a partir de um plano de imanência, constituir-se e/ou desconstruíse. A responsável pelo tema da participação, a “chata da participação”, a mestranda que está investigando o tema. Estes emblemas iam se diluindo na medida em que ali outras funções eram assumidas, como por exemplo, mais uma pesquisadora inquieta com a dimensão da participação, “uma a mais” naquele grupo.

Entretanto, ao encarnar o papel de uma pesquisadora implicada, é preciso estar sempre atenta aos riscos da sobreimplicação.

3.3 Notas de uma pesquisadora (sobre?) implicada

Mesmo quando esquece, o analista é sempre, pelo simples fato de sua presença, um elemento do campo (LOURAU, 2004a, p. 83).

No processo de escrita sobre o que fora experimentado na presente investigação, mais especificamente ao que se refere aos grupos focal e de enunciação, fui confrontada com a constatação de que, nessas duas ocasiões, eu não havia consultado os participantes acerca do desejo de terem ou não seus nomes divulgados no presente trabalho. Apesar de considerá-los sujeitos-parceiros do presente processo investigativo e

de convidá-los a produzir e analisar de modo coletivo os dados da pesquisa, não coloquei em discussão a famigerada “ética”²⁷ da confidencialidade, não pus em negociação a questão do anonimato. Logo a pesquisadora que tanto se inquietou com um processo de anonimização que fora recomendado na pesquisa multicêntrica, o qual propunha a supressão de dados de identificação dos apoiadores em documentos. Logo ela que atazanou os ouvidos dos demais pesquisadores quanto à incongruência de tal procedimento numa pesquisa de metodologia participativa, “esqueceu” de negociar com os sujeitos-participantes de sua pesquisa de mestrado!

De imediato surgiu a ideia de enviar um email aos que haviam participado dos mencionados grupos, no intuito de consultá-los acerca da divulgação de seus nomes neste trabalho. Seria simples! Por se tratarem de companheiros de grupo de pesquisa, eles tinham lido os mesmos textos que eu e debatido comigo acerca da questão do anonimato. Desse modo, eu imaginava que eles não se incomodariam com aquela consulta, ainda que feita tardiamente e, até mesmo, concordariam em ter seus nomes identificados. Com o envio do e-mail não só o incômodo gerado por aquele “esquecimento” seria apaziguado, como também estaria garantida a consonância entre a execução dos procedimentos metodológicos e as orientações teóricas adotadas na presente investigação.

Contudo, a possibilidade de lançar mão daquela “solução” remeteu-me a uma crítica feita por Lourau (1993, p. 73), na qual ele afirma que o fato da “vivência mais íntima do pesquisador se encontrar em contradição com seu texto institucional, ou com as suas posições públicas, é algo muito incômodo” e traz desconfortos insuportáveis à instituição pesquisa. Então, para que se preservem os segredos da produção intelectual, ou seja, o que realmente acontece na vivência de campo, como se fez a

²⁷ Tratar-se-ia mesmo de uma questão ética? De acordo com a proposição deleuziana, “a moral se apresenta como um conjunto de regras coercitivas de um tipo especial, que consiste em julgar ações e intenções referindo-as a valores transcendentos (é certo, é errado...), [e] a ética [...] um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica” (DELEUZE, 2010, p.129-130). Nesses termos, a ética se dá no plano dos encontros, de imanência, ela é singular, suas regras avaliam o que está a favor da vida. Por outro lado, a moral é identitária, opera por meio do julgamento, criando o pré-dito, a cartilha, o já pronto para que a gente entre na norma (COIMBRA, 2013). Baseada nessas formulações, coloco em questão a denominação “comitês de ética em pesquisa”, uma vez que tais instâncias funcionam na lógica de comitês morais. A título ilustrativo, dentre outras determinações, elas consideram o sigilo quanto à identificação dos envolvidos num processo de pesquisa um *a priori*, uma lei inquestionável, requisito indispensável em todo e qualquer Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E qualquer movimento na direção da abertura desse entendimento, pode ter efeitos de ordem impeditiva quanto à execução de processos investigativos que não obedeçam tal norma.

investigação, “é preciso salvar a imagem não contraditória do pesquisador e, conseqüentemente, da pesquisa. É preciso negar a contradição existente nele, em nós e em todos”.

Negar aquela contradição e salvar a imagem de pesquisadora avaliativa participativa significaria neutralizar a potência do analisador que ali se apresentava, desconsiderando que é sempre ele que dirige a análise (LOURAU, 2004b).

Sobre esta premissa, corroboramos a proposição de Coimbra (1995, p. 64-65) que, inspirada por conceitos das intervenções socioanalíticas, afirma que analisador “é aquele elemento que, introduzindo diversos tipos de contradição na lógica da organização, enuncia as suas determinações. [...] É o elemento de uma situação que, negando de uma forma ou de outra o instituído, faz com que ele fale”. A autora ainda acrescenta que “os analisadores não vêm ao nosso encontro somente nos momentos e lugares em que somos instituídos especialistas da Análise Institucional, mas ao longo dos nossos dias e noites brancos ou negros”.

Desse modo, desconsiderar aquele lapso seria desperdiçar a possibilidade de pôr em análise aquilo que o analisador introduzira, subtraindo-me de seus efeitos. Nesse sentido:

Aquilo que habitualmente se considera escória das ciências – os inconvenientes e limites ao ponto de vista neutralista – deve ser, pelo contrário, colocado no centro da investigação. O importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto que “ele mesmo se dá” (segundo a fórmula do idealismo matemático), mas sim tudo o que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional (LOURAU, 2004b, p. 85).

Partindo-se dessa perspectiva, era preciso trazer para o campo de análise aquele lapso juntamente com os elementos que comumente tomamos como negativos, como erros, desvios. Ou seja, sentimentos, percepções, ações e acontecimentos considerados como vetores impeditivos para que uma pesquisa seja bem sucedida (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007).

Assim o fiz! Nesse movimento, a emergência daquele “esquecimento” trouxe algumas indagações: Será que, como ventríloqua²⁸, fiz falar a instituição pesquisa positivista ancorada nos ideais de pureza, neutralidade e objetividade, conferindo aos

²⁸ “Quantos indivíduos ventríloquos não falam senão porque as instituições falam por intermédio deles, porque as têm, literalmente, ‘sobre a pele’!” (LOURAU, 2004a, p. 55).

sujeitos-participantes a condição de objetos convencionais de uma investigação? Quais relações eu estabelecia com a instituição pesquisa, incluindo questões como a elaboração da escrita acadêmica, e com as outras instituições que atravessavam aquele grupo de pesquisadores?

Mais importante que alcançar as respostas a tais indagações, foi o movimento de problematização instaurado por elas. Através dessas perguntas, foi possível tornar visíveis as diferentes forças circulantes naquele plano de atuação, abrindo possibilidades de desarticulação de práticas e discursos instituídos, na direção da produção de outros *dizeres e fazeres*, mais arejados.

Com aquelas indagações, estavam ali apresentados alguns dos inúmeros desafios de se experimentar o pesquisar *com* e não *sobre*, de um outro modo de habitar e atuar no campo acadêmico. Um deles seria recusar os presumidos, os pressupostos. Ou seja, experimentar um processo de pesquisa avaliativa participativa não significa que estejamos imunes às forças do modo instituído de pesquisar, como por exemplo, dos cânones positivistas de neutralidade, objetividade e pureza, ainda tão entranhados em nossas práticas.

Ainda por meio das indagações acima dispostas, foi possível não somente pôr em análise os pertencimentos institucionais, os vínculos políticos, profissionais, históricos e até mesmo os afetivo-libidinais, como também o modo como estabelecimento de conexões entre eles e a instituição pesquisa.

O útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação – sempre presente em nossas adesões e rechaços, referências e não-referências, participações e não-participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais... –, mas a análise dessa implicação (LOURAU, 2004d, p. 190).

E, nesse movimento de análise, foi possível ainda identificar a minha sobreimplicação provocada pela proximidade do grupo com o qual realizava a pesquisa.

Sobre esse aspecto, em decorrência do fato dos sujeitos da presente investigação serem pesquisadores adeptos aos princípios da pesquisa participativa, tendo lido e discutido acerca da questão do anonimato e da possibilidade de abertura aos processos de negociação quanto à divulgação dos dados dos envolvidos, não me atentei para a

necessidade de consultá-los a esse respeito. “*O grupo era tão que nem eu, que eu não precisava abrir a discussão*”. Era um outro presumido que ali se apresentava, como me alertou minha orientadora em certa ocasião... Ao tomar como referência esse único nível de análise, outras dimensões não puderam ser consideradas, impossibilitando que as multiplicidades se fizessem presentes.

Ainda no decorrer do processo de escrita, comentei, em diferentes momentos, com alguns sujeitos-participantes da presente investigação sobre o que fora narrado acima. Eles argumentaram que ainda haveria tempo para a consulta e que o envio do e-mail não comprometeria a análise do que havia acontecido. Em vez disso, abriria a possibilidade para que eles pudessem se manifestar acerca da proposição.

De início, o envio do e-mail parecia configurar-se como uma espécie de *remendo* no que se refere aos procedimentos metodológicos da presente pesquisa, uma tentativa de consertar aquilo que não havia saído como o esperado. No entanto, ao levar em consideração as colocações acima mencionadas, por que não estabelecer uma conexão entre o que Corazza (2002, p. 106), denomina de “materiais aproveitáveis” e os “resíduos a serem dejetados” da pesquisa, subvertendo a mistura homogênea típica da modernidade? Por que não pôr a contracenar no mesmo palco as contradições, os erros, acertos e desvios?

Então, nesse processo de experimentações, assim como sugerem Deleuze (2010) e Lazzarotto (2012), abandonei o *ou*, a dicotomia, o binarismo, deixando-me conduzir pela convidativa conjunção *e*, que mantém sempre abertas as possibilidades de acolhimento das multiplicidades e enviei o e-mail²⁹ aos participantes dos grupos focal e de enunciação. Todos eles autorizaram a divulgação de seus nomes, conforme registrado no Anexo V.

²⁹ O conteúdo do e-mail encontra-se no anexo IV.

4. ENCENANDO: A PARTICIPAÇÃO QUE TROPEÇA

Diante das múltiplas intensidades vividas no processo de pesquisa, como tecer uma escrita com todo material produzido com o diário de campo, o grupo focal e o de enunciação? Como compor a trama que inundaria a narrativa do que fora vivenciado? Era preciso criar uma escrita-corpo-continente para dar conta daquela sensação oceânica que a produção dos dados provocava.

Com Veyne (2008, p. 41), encontrei outras questões: “Se tudo o que aconteceu é igualmente digno [...], como um fato seria mais importante do que outro?” Como não reduzir tudo “a uma pintura cinzenta de acontecimentos especiais?”. É o mesmo autor que estanca o fluxo indagativo e dá a pista ao afirmar que é preciso que haja escolha, no intuito de se “evitar dispersão de singularidades e uma indiferença em que tudo teria o mesmo valor”. Acrescenta que uma trama é constituída por uma mistura de causas palpáveis, intentos, imprevistos e por um recorte que se faz por conveniência.

Então, escolhi, convenientemente, alguns acontecimentos-cenas³⁰ que irromperam o cotidiano da investigação multicêntrica, criando zonas de instabilidades e provocando rachaduras naquele campo de pesquisa, alterando a sensação de uma aparente homeostase no cotidiano do processo investigativo. Ressalto que muitos outros foram captados. Porém, optei por trazer os que seguem abaixo, por reunirem elementos analisadores significativos quanto ao modo como vimos experimentando a dimensão participativa na pesquisa multicêntrica.

Acontecimento-Cena 1:

Ainda no primeiro semestre de execução, invade o palco da pesquisa multicêntrica um personagem oriundo do comitê Catarina. Seu nome: Tutorial de Anonimização dos Planos de Intervenção (PI). Sua atuação consistia na retirada de fotos que por ventura estivessem dispostas nos PIs, bem como de todos os nomes que

³⁰ Tal expressão está articulada à proposição de Irene Cardoso (1995, p. 55) que inspirada nas análises foucaultianas, define acontecimento “como a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento da sua produção”.

pudessem identificar de algum modo a quem pertencia o documento. O que chamou a atenção dos pesquisadores dos demais comitês não foi o procedimento em si. Afinal, tratava-se de um cuidado já conhecido e exigido pelos comitês de ética em pesquisa, especialmente para fins de divulgação científica. O que causou estranhamento foi a proposição de que tal processo fosse realizado antes mesmo que os pesquisadores manuseassem/codificassem os referidos documentos. Inicialmente, a justificativa dada estava relacionada à possibilidade de constrangimento que poderia ser causado pela presença, nos grupos de pesquisa, de alguns apoiadores que poderiam ser os autores dos PIs a serem analisados ou conhecer seus autores.

Uma vez que a presença de apoiadores nos grupos de pesquisa causaria constrangimento, impondo a anonimização de documentos, em que consistiria, então, a posição de lateralidade entre os atores envolvidos na pesquisa? Adotarmos tal procedimento, sem nem ao menos consultar e negociar com os apoiadores, não seria equivalente a tomá-los como fontes de dados e não como sujeitos participantes daquela investigação? Anonimizar os PIs não acentuaria a relação de oposição entre pesquisador e pesquisado, tomando-os como previamente dados, comprometendo assim a condição de co-emergência de ambos?

Acontecimento-Cena 2:

No segundo ano de execução da investigação multicêntrica, após a estreia da atuação do grupo de interesse da pesquisa, numa oficina nacional, Gianine Sandri, integrante do GIP, enviou ao comitê gaudério um e-mail, solicitando o acesso ao material contido no dropbox, a fim de que pudesse apropriar-se do que já fora produzido até então. Uma cena semelhante já havia acontecido, ainda no primeiro ano de execução, quando os integrantes do referido comitê constataram que a mesma apoiadora estava recebendo os e-mails compartilhados entre os pesquisadores acadêmicos. Àquela época, o fato foi tratado com bastante preocupação pelos pesquisadores acadêmicos que consideraram que tal situação comprometeria a função de estranhamento da participante do GIP em questão.

Nessa segunda ocasião, discutimos exaustivamente o pedido da integrante do grupo de interesse, retomamos o objetivo e definição da proposta do GIP e entendemos

que só deveríamos liberar o acesso nas ocasiões das oficinas nacionais ou em situações que julgássemos estratégicas, para que, desse modo, fosse preservada a possibilidade de estranhamento dos dados por parte das integrantes do GIP.

Tal decisão de que os dados produzidos só poderiam ser liberados em momentos estratégicos, não significaria uma tentativa de mantermos sob o nosso (pesquisadores acadêmicos) controle o exercício da participação? Será que as possibilidades de estranhamento só poderiam ser abertas se controlássemos as condições e os momentos de participação do GIP?

Estávamos sempre às voltas com os desafios de como tornar o exercício da participação algo que ocorresse de maneira processual, ou seja, uma prática que atravessasse todo o percurso investigativo. Em vez disso, essa decisão não seria um modo de fazer as instâncias participativas operarem de um modo pontual?

Em composição com outros dados produzidos nesta investigação, estes acontecimentos-cenas dispararam movimentos de interrogação que desembocaram na constituição de um plano analítico. Neste último, ao agregarmos fragmentos de outras situações vivenciadas, foi sendo possível produzir algumas reflexões acerca das relações que se constituíam no processo da pesquisa multicêntrica e os seus efeitos no modo como vimos experimentando a participação.

4.1 O pesquisador clássico em nós. Sobre segredos, *expertises* e profanações

Inicialmente, faz-se necessário registrar que, dentre outros fatores, os acontecimentos-cenas acima descritos lançam foco naquilo que nos acompanhou durante todo o transcorrer da pesquisa multicêntrica: as nossas dificuldades em fazer operar a dimensão participativa neste processo investigativo. Eles nos convocam a interrogar como esse grupo de pesquisadores engajado com o tema das pesquisas participativas, tendo não só se apropriado do tema, como também aceitado o desafio de produzir uma investigação nesses termos, tenha apresentado tantas resistências em experimentar a prática da participação.

Considero que as pistas para essa questão encontram-se no fato de que os temas do anonimato e do estranhamento apresentavam-se como analisadores do modo como vínhamos nos posicionando na pesquisa, tornando visíveis os atravessamentos da instituição pesquisa em muitos de nossos discursos e posicionamentos. Nesses acontecimento-cenas anunciava-se e pronunciava-se o pesquisador-clássico em nós, que atrelado à concepção positivista de neutralidade científica, insistia em manter os dados produzidos sob controle, em sigilo, em segredo...

Nesse sentido, a análise de nossas implicações com a instituição pesquisa foi fundamental, naquele momento para que revíssemos o posicionamento que vínhamos tomando até ali, em relação a estas demandas participativas e que o caminhar da própria pesquisa nos foi apresentando. Para tanto, fez-se importante trazer ao palco das discussões semanais dos grupos de pesquisa, alguns autores. De início, recorreremos a Vinciane Despret (2011) que oferece um olhar mais abrangente sobre a temática do anonimato, indagando se a exigência deste último deve ser mesmo imposta como incontornável ou inquestionável, ainda que para fins de divulgação de trabalhos em meios científicos.

A autora afirma que, ao suprimir os dados de identificação instaura-se o que denominou de “efeito sem nome”, constituindo-se, desse modo, a posição de “sujeito” de uma pesquisa. Isto porque, cria-se num mesmo gesto, uma espécie de separação entre aquele que deverá assumir o papel de pesquisado e aquele definido como o *expert*; entre aquele que é qualquer um e aquele que sabe e é nomeado. Assim, “a questão do anonimato distribui os *expertises* e constrói, induz ou efetua a assimetria de papéis” (DESPRET, 2011, p. 17).

Ao fazer referência a uma pesquisa que avaliava os efeitos de um programa terapêutico de apoio às famílias de refugiados, na extinta Iugoslávia, a autora supracitada prossegue sua argumentação:

Desenvolvemos toda nossa pesquisa mantendo o anonimato daqueles que interrogamos porque pensamos que isso poderia lhes dar confiança e protegê-los, e eu me coloco agora a questão de saber se fizemos bem. Temos querido proteger aqueles que testemunham, mas penso que deveríamos tê-los deixado escolher, deixando a questão em aberto. Muitos daqueles que eu encontrei nos disseram que o sentimento de perda da dignidade era amplificado pelo fato de que nós os chamávamos todos de “você, os refugiados”, como uma massa anônima marcada por uma identidade que eles não haviam escolhido e na qual eles não podiam se inventar (DESPRET, 2011, p. 19).

A partir dessa experiência, a autora supracitada comenta que se deu conta de que ao empenhar-se na garantia do sigilo quanto à identificação daqueles envolvidos em suas pesquisas, levava apenas em consideração os riscos referentes ao ato da divulgação dos resultados obtidos. Mas não os livrava de um outro risco, aquele que separa, isola, que ao mesmo tempo em que incita a falar, também silencia quem fala, enfim, o risco de roubar a palavra daquele que a pronuncia. Desde então, a autora passou a negociar a questão do anonimato com aqueles a quem interrogava.

Sobre este aspecto podemos também evocar Guba e Lincoln (2011) quando assinalam que, num processo avaliativo de quarta geração que envolva seres humanos, cabe ao avaliador a responsabilidade de respeitar a dignidade, integridade e privacidade dos envolvidos. Por outro lado, ressaltam que tal encargo vai além do que preconiza as criteriosas exigências impostas pelos comitês de ética em pesquisa. Como por exemplo, os termos de consentimento livre e esclarecido acerca dos danos e riscos, bem como da garantia à privacidade e confidencialidade dos participantes da avaliação.

Para os autores, o respeito à dignidade, integridade e privacidade dos envolvidos passa, necessariamente, por um posicionamento político em considerar aqueles que venham a participar de um processo de pesquisa avaliativa como “parceiros equitativos” em todos os seus aspectos e etapas. Isso significa que todos os envolvidos, pesquisados e pesquisadores, exercem o controle das ações, na direção de uma construção conjunta de todo o processo investigativo, incluindo os seus produtos finais. Caso isso não se efetive, os participantes da pesquisa continuarão a serem tratados, não como seres humanos, mas como objetos de estudo ou sujeitos da experimentação (GUBA; LINCOLN, 2011).

Com essa discussão, não pretendo desconsiderar ou mesmo minimizar os riscos que os participantes correm ao terem suas identificações expostas. Sim, eles existem! Em vez disso, a intenção é destacar a opção de escolha desses participantes em abrir mão dessa proteção, deixando de pertencer a uma massa anônima, e tendo em sua palavra (não mais roubada pelo *expert*) a possibilidade de invenção de si.

Uma outra intenção é a de ressaltar a incongruência desse procedimento numa pesquisa cuja metodologia se pretende participativa, na qual os envolvidos encontrar-se-

iam numa posição de lateralidade, e por isso, as decisões concernentes à condução do processo investigativo seriam resultado de um processo de negociação entre os participantes. Nesse sentido, por que não negociar a questão do anonimato com aqueles que são considerados parceiros equitativos do processo da pesquisa? Por que os pesquisadores acadêmicos terão um nome e os demais participantes serão anonimizados, sendo-lhes negada a possibilidade de sequer escolher serem identificados?

Ouso dizer que muito mais do que o sigilo quanto à identificação dos dados dos envolvidos, o que se pretendia salvaguardar era a *expertise*, o controle da pesquisa nas mãos dos pesquisadores acadêmicos. Tal ousadia encontrar-se-ia ancorada nas considerações de Guba e Lincoln (2011, p. 56) quando afirmam que pesquisar com base numa avaliação de quarta geração,

[...] pressupõe uma renúncia ao controle sobre o processo, supondo que os grupos de interesse ou interessados desempenhem funções igualmente definitivas em todos os estágios [...]. Essa perda de controle tem consequências metodológicas e políticas. Por um lado, se os indivíduos que normalmente não são especialistas em questões metodológicas ganharem importância enquanto tomadores de decisões, o exercício de sua prerrogativa pode ameaçar seriamente a adequação técnica do estudo. Além disso, se for concedido a essas pessoas o poder de tomar decisões metodológicas, elas simultaneamente ganharão controle político; a metodologia torna-se objeto de uma disputa decisiva entre grupos politicamente dissidentes.

Nessa direção, é possível dizer que, com a abertura da possibilidade dos apoiadores exercerem o poder de decisão quanto à questão de serem ou não identificados, assume-se a condição de que eles passam a compor de modo mais ativo e autônomo o processo de pesquisa. Assim, é exigido aos pesquisadores acadêmicos que renunciem à posição de detentores do controle do processo investigativo, passando a compartilhá-lo com os demais participantes, incluindo os riscos e conflitos que isso possa gerar. Afinal, numa pesquisa que possui em sua intencionalidade a produção de mudanças através do acesso ao potencial heterogenético, nada mais desejado do que a produção de conflitos.

Nessa mesma linha argumentativa, podemos relacionar a decisão quanto ao acesso das integrantes do GIP aos dados, somente em momentos estratégicos, com a concepção de segredo proposta por Despret (2011). Ancorada na etimologia da palavra

que provém do termo *secretus*, o qual é a forma no particípio passado de *secernere* que significa separar, a autora propõe que o segredo não seria aquilo que organiza o que se mostra e o que se esconde. Mas o que deve ser separado, “*aquilo que se separa*”. Desse modo, o segredo passaria a configurar-se como um dispositivo que tornaria visíveis as hierarquias no processo de pesquisa, que dificilmente seriam confessadas como tais.

E era exatamente esta a circunstância que estávamos vivenciando no momento em que Gianine nos convoca a pensar acerca do nosso posicionamento ético quanto ao exercício da participação, ao nos questionar acerca do acesso aos dados! Momento disruptor, portanto, que se tornou, desde então, dispositivo de alerta a todo grupo de pesquisa que seguia empenhado em incluir os diferentes olhares dos sujeitos interessados nos efeitos da pesquisa multicêntrica.

Valendo-nos de tal definição de segredo, cogitamos que o que se fazia presente, em diversos momentos, era a nossa necessidade em separar o pesquisador acadêmico das integrantes do grupo de interesse da pesquisa. Talvez, por isso a imposição de se anonimizar os PIs; a não liberação do acesso ao material produzido na pesquisa, mantendo-o em “segredo”, e a restrição de que a atuação dos integrantes do GIP só poderia ocorrer em momentos considerados estratégicos e não em todas as etapas da pesquisa.

Tal argumentação encontraria ressonância na ideia de que, a partir da experimentação de uma pesquisa avaliativa participativa, habita-se um domínio cada vez mais marcado pela dissolução das funções aprioristicamente determinadas de pesquisador e de pesquisado. Nessa esfera, é preciso estar aberto aos movimentos de co-emergência dessas posições no aqui e agora de um processo investigativo. Esta condição desconstrói os prescritivos modos de atuar, gerando uma incômoda sensação de não saber, de antemão, o que fazer por se estar entregue às forças imanentes que atravessam o ato de pesquisar.

O segredo, em certa medida, protegeria o pesquisador desse inquietante “não saber o que fazer”, ao separar aqueles que supostamente sabem daqueles que desconhecem, dispondo pesquisadores e pesquisados numa posição hierarquicamente diferenciada. Isto porque ao manter os dados da pesquisa sob o domínio dos pesquisadores acadêmicos, ou seja, em segredo, produz-se uma sensação de aparente garantia de controle legítimo sobre o trabalho.

É provável que essa necessidade de proteção pela via do segredo tenha sido produzida em decorrência do fato de estarmos imersos numa experiência de pesquisa que tem como intenção o desarranjo de combinações binárias entre pesquisador-pesquisado, avaliador-avaliado. Enfim, uma pesquisa na qual se almeja borrar os contornos identitários, embaralhando os códigos da hierarquia. Talvez, por essa razão, nos deparamos, frequentemente, com a nossa resistência em abrir a “caixa preta” da investigação, evitando liberar aos apoiadores, as “preciosas” informações que nos conferiam a condição de *experts*.

Nesse viés, retomando o contexto da pesquisa multicêntrica, passamos a postergar a participação das apoiadoras integrantes do GIP nas oficinas nacionais, sob várias alegações: *A atuação do grupo de interesse só poderá ocorrer quando os três territórios tiverem compostos seus GIPs; Não seria perverso chamar um apoiador num momento para participar sem a apropriação da pesquisa para exercer um estranhamento?; Nós suportaremos o estranhamento, as críticas que apoiadores do GIP trarão? O que faremos depois com essas críticas?; Qual a validade do olhar estranhador do apoiador, se eu como pesquisador também posso estranhar os dados?*

31 .

Vale ressaltar que essas questões eram sempre precedidas pelas expressões: *Tem algo me incomodando; Eu tô sentindo um mal-estar no grupo; Será mesmo necessário outros apoiadores se já temos seus representantes, nos grupos de pesquisa?; Eu preciso falar de algo que tá me incomodando nesta reunião.*

Tais incômodos indagativos foram sendo respondidos e apaziguados no transcorrer da pesquisa multicêntrica. Mas, talvez, muito mais do que perguntas e respostas, o que se manifestava ali era uma necessidade de se proteger dos profanadores daquele processo investigativo. Ou seja, dos sujeitos de pesquisa, definidos por Despret (2011, p. 20) “pela sua posição de profanos em uma experiência”, na medida em que a eles é concedida a possibilidade de contestar a *expertise* dos pesquisadores acadêmicos, ameaçando o controle sobre o trabalho investigativo. Nessas circunstâncias, convém resgatar a definição de profanar, segundo a concepção de Agamben (2007), como a ação de restituir algo tido como sagrado ao uso comum, de abrir a possibilidade para uma

³¹ Estas foram frases emitidas por pesquisadores acadêmicos num encontro nacional que antecedeu a oficina na qual o GIP participaria.

forma especial de uma atitude “livre e distraída”, que ignora a separação entre o sagrado e o comum, aliás, faz dela um uso particular.

Nesses termos, o objetivo de incluir profanadores numa pesquisa é produzir estranhamento, no intuito de se minar o solo dos acordos tácitos, uma vez que esses últimos impedem que ações mais inventivas produzam algo novo, contribuindo para a vigência do *status quo*. Ao chamar um outro, um profano, é preciso explicitar a ele o que fora produzido até então, o que no grupo está subentendido. A partir disso, abre-se a possibilidade de que o olhar *profanador* desse outro crie uma tensão, um conflito, e num movimento de negociação almeja-se acionar o potencial heterogenético provocador de mudanças.

A esse respeito, com a iminência da oficina em que as integrantes do GIP estreariam sua participação, estávamos a um triz da possibilidade de profanação, por parte dos apoiadores, da sacralidade, até então inviolável, daquele processo de pesquisa.

Quais seriam os usos e/ou (des)usos que os apoiadores fariam do que até então fora produzido? Até que ponto suportaríamos as críticas e os gestos distraídos e livres dos cânones cientificistas, vindos dos profanadores? Resistiríamos à condição de “profanados”?

Quando finalmente ocorreu a famigerada oficina, enquanto debatíamos as pautas do evento, um curioso efeito foi produzido: referíamos-nos às apoiadoras como se elas não estivessem ali, tratando-as como uma massa anônima, mantendo-as separadas a uma *certa* distância dos demais pesquisadores. Foi somente a partir de uma frase disparada pelo consultor da pesquisa, que nos demos conta desse efeito que traduzia a nossa dificuldade em incluir profanadores no processo da pesquisa. *Vamos ouvir o GIP!*

Tal frase foi enunciada em algumas outras oficinas nacionais nas quais o GIP encontrava-se presente, causando sempre que aparecia algum desconforto entre os participantes, como expressa esta fala de uma das pesquisadoras:

E também, outra coisa que me incomoda é uma coisa, tipo, agora eu quero ouvir o GIP, né? [risos dos demais] É uma coisa que eu acho que é sintomática, também, tipo assim: agora é o momento. É que diz das duas coisas, tanto, porque, bom, faz tempo que eu não escuto a voz, que que tá acontecendo mesmo? [...] Quanto é a coisa de

agora eu legitimo um momento de [participar], eu dou a palavra, assim. Tem essas duas coisas. (Renata Trepte, pesquisadora do comitê gaudério).

Ao ouvirmos o GIP, foi possível, através das considerações trazidas pelas apoiadoras acerca das pautas discutidas, incluir um outro modo de narrar sobre o que aconteceu e ainda acontecia quanto aos processos de formação-intervenção. Os relatos trazidos pelo grupo de interesse, um grupo considerado “outro”, provocaram um efeito perturbador nas narrativas, até aquele momento, hegemônicas. Ou seja, criou-se um espaço de escape onde o que fora trazido pelas apoiadoras pôde subverter as narrativas vigentes naquele processo de pesquisa. Ali, inaugurou-se uma espécie de efeito-fissura que, produzido pela atuação do GIP, irrompia os regimes de verdade³² até então circulantes naquele processo investigativo.

Vale ressaltar que não era a primeira vez que ouvíamos apoiadores formados nos processos de formação em avaliação, pois, como já mencionado, alguns deles compunham os comitês de pesquisa. A diferença consistia no fato de que os comentários tecidos pelas integrantes do GIP estavam mais “livres e distraídos”, estavam menos impregnados dos acordos tácitos produzidos ao longo do processo investigativo, até então.

Nessa mesma oficina, as questões do controle e dos segredos da pesquisa, travestidas pelos temas do anonimato e do sigilo, voltaram ao palco dos acontecimentos da pesquisa multicêntrica, tornando mais uma vez visíveis e dizíveis a articulação entre a nossa dificuldade em experimentarmos a dimensão participativa e o modo como a instituição pesquisa nos atravessava. No decorrer das discussões, alguns planos de intervenção elaborados por apoiadores foram expostos no debate. Como tais documentos não haviam sido anonimizados, houve a identificação de seus autores. Esse fato causou constrangimento em alguns pesquisadores acadêmicos, pelo fato do GIP, composto por apoiadoras colegas de curso dos que foram identificados, estar presente.

Vale retomar que já havíamos pactuado, junto às integrantes do GIP, a questão do sigilo quanto aos dados de identificação dos apoiadores envolvidos na pesquisa multicêntrica, resguardando os posicionamentos éticos exigidos pela função de

³² “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado” (FOUCAULT, 2006, p. 12).

pesquisador. Além disso, convém registrar que os comitês de pesquisa tinham, desde a sua composição, apoiadores formados nos cursos em avaliação, que atuando como pesquisadores acadêmicos tinham acesso não só aos PIs e questionários, como também a todo material da investigação multicêntrica.

Em face dessas informações, no que dizia respeito ao exercício do rigor e posicionamento ético, o que nos diferenciava (nós, pesquisadores dos comitês de pesquisa) das integrantes do GIP? Seria a nossa suposta e consagrada formação acadêmica?

Tais indagações conduziram a uma outra questão – a formação em pesquisa: como se forma um pesquisador?

Ao apostarmos na concepção de que sujeito e objeto são co-engendrados no ato de pesquisar e se adotamos uma postura conceitual-política que lida com a produção de conhecimento em sua dimensão processual e inventiva e não com uma realidade dada, entendemos que nos tornamos pesquisadores enquanto fazemos pesquisa. Ou seja, na imanência das práticas, a partir das experimentações que acontecem através dos diferentes encontros *no* e *com* o campo de investigação, com seres humanos e não humanos.

Partindo-se dessa perspectiva, reafirmo a ideia de que um pesquisador está sempre em processo de formação. Encontramo-nos na ininterrupta condição de estarmos sempre inacabados, em obras, por fazer-se. Isto porque, tal processo vai sendo constituído no caminho da pesquisa que, por sua vez, “se faz nos efeitos do campo em nós (pesquisadores-cartógrafos) e nos efeitos no campo da nossa presença-intervenção” (POZZANA, 2013, p. 332).

Nesse sentido, o processo de formação se faz na abertura atenta do corpo do pesquisador às múltiplas práticas da pesquisa, práticas compostas por afetos em trânsito, que viabilizam experimentações, oportunizam o desenvolvimento de habilidades, apuram a percepção e a capacidade de discernimento, na lida dos encontros aos quais ele se permite enquanto pesquisa. Formar-se pesquisador é também se colocar numa atitude propícia ao acompanhamento dos efeitos dessas práticas, à medida que estes nos possibilitam o acesso aos modos de produção da pesquisa em curso. Trata-se, portanto, como assinala Pozzana (2013), de uma concepção de formação que não se dá por

aplicação de regras, nem está restrita a um domínio psicopedagógico ou técnico-metodológico.

Entretanto, ressalto que tal posicionamento não minimiza ou ignora a importância dos aportes teórico, da *caixa de ferramenta*, nas palavras de Deleuze (FOUCAULT, 2006), com a qual o pesquisador opera com e no campo. Em vez disso, o que se coloca nessa proposição é que o próprio movimento de adesão teórica é feito do modo como o corpo do pesquisador constitui-se com o campo investigado e com os encontros que ali experimenta.

Partindo-se de tais pressupostos, podemos dizer que na experimentação do processo de pesquisa multicêntrica, tanto as apoiadoras-pesquisadoras integrantes do GIP quanto nós, pesquisadores acadêmicos, estávamos em formação. Talvez, a diferença incidisse no fato de que elas haviam iniciado o processo há menos tempo. Mas, assim como os demais, ao aceitarem compor aquele grupo ampliado de pesquisa, assumiam os riscos, os ganhos, *os trancos e barrancos*, as exigências e as incumbências que comportam a ação do pesquisar *com* e não *sobre*.

Possivelmente, mais uma vez, o que se anunciava por meio da nossa preocupação com a questão do sigilo e do anonimato, era o nosso receio dos efeitos profanadores da atuação das apoiadoras. Ou em outros termos, era o pesquisador-clássico que comparecia à cena.

Um outro vestígio da presença desse personagem foi encontrado quando o tema da política de publicação da pesquisa multicêntrica emergiu numa discussão no grupo de enunciação, entre os sujeitos-participantes da presente investigação.

[...] a questão da política de publicação, a gente ficou uma tarde inteira falando disso, fez um documento gigante e, se eu não me engano, não consta a possibilidade de... do GIP ser inserido, de enfim, de ser autor de artigo. É também essa coisa da academia que atravessa forte de novo, né... (Diego Drescher, pesquisador do comitê gaudério).

Aqui, convém resgatar que a dimensão participativa de uma pesquisa configura-se a partir de uma atitude mais protagonista de todos os seus envolvidos, uma vez que não somente pesquisadores ou avaliadores, mas também os sujeitos da investigação são convocados a se apropriar das diferentes etapas da produção da pesquisa.

Nesses termos, conforme o comentário expresso acima, havíamos “esquecido” de incluir as apoiadoras na fase de elaboração e publicação de artigos referentes à pesquisa. Exatamente numa etapa em que nos é exigido um manejo em articular pensamento, ação e escrita. Ou seja, habilidades comumente conferidas às funções de pesquisadores acadêmicos. Decididamente, esse não era qualquer esquecimento.

Com tal constatação, percebíamos que o modo como experimentávamos a dimensão participativa estava intimamente relacionado à maneira como as relações hierárquicas eram constituídas na pesquisa multicêntrica.

[...] eu acho que em várias das nossas discussões tá implícita essa coisa das relações de poder, né. Em vários momentos, a gente fala da questão de como a academia formula os seus projetos. Como é que a gente faz os convites pros participantes? Como é que a gente olha pra sujeito e objeto? [...] Eu acho que em tudo isso tem relações de poder. [...] Porque eu acho que essas relações de poder, elas vão dando a nota, de que modo são esses, de como são possíveis esses modos de participação, acho que é isso. (Andreia Garcia, pesquisadora do comitê paulista).

Aos pesquisadores acadêmicos seria conferido este saber-poder, a habilidade e legitimidade de produzir e divulgar artigos científicos, em decorrência do fato de eles serem considerados os porta-vozes da ciência, um dos mais poderosos regimes de ordenação do mundo e de instituição da verdade. Nesse sentido, eles seriam tomados como *experts* à medida que dominariam a ordem discursiva que rege o que deve ser dito e o que deve ser calado. “[...] O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la” (FOUCAULT, 2006, p. 70-71).

Contudo, é ainda Foucault (2006, p. 71) que faz o alerta:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso.

Diante do exposto, foi possível perceber que os conteúdos evocados nos acontecimentos-cenas 1 e 2 fizeram-se presentes e nos acompanharam em diferentes etapas ao longo de todo processo da pesquisa multicêntrica. Face aos desafios de fazer operar a dimensão participativa, fomos nos dando conta do quanto a instituição pesquisa positivista impregnava as nossas práticas³³.

Quando conseguíamos fazer operar a dimensão participativa, fosse com a criação do GIP, fosse com a inclusão de suas integrantes em algumas etapas da pesquisa multicêntrica, os ideais positivistas referentes às relações hierárquicas entre pesquisadores e pesquisados, voltavam a tomar corpo, através da expressão de outros incômodos e desassossegos. A sensação era a de que a cada passo, rumo à produção de uma pesquisa avaliativa participativa, tropeçávamos num cânone cientificista que se atravessa em nossas experimentações, tornando a prática da participação um exercício que travava de tempos em tempos, que não seguia num ritmo contínuo. Enfim, que seguia seu rumo aos tropeços.

³³ Faz-se necessário pontuar que não se pretende desmerecer ou mesmo atribuir valor negativo aos modos positivistas de se fazer pesquisa, mas apenas assinalar as suas interferências no modo como exercemos a participação, bem como a dimensão de incongruência que se instaurou frente aos direcionamentos metodológicos pelos quais optamos adotar na pesquisa multicêntrica.

5. ENCENANDO: A PARTICIPAÇÃO QUE GAGUEJA

Gaguejar é quando as palavras perdem seu sentido estabelecido. Quando o que é o fora dos pensamentos, das ideias já estabelecidas, nos invade e nos causa vertigem, gagueira. Abre-se, assim, um espaço de interferência, pelo qual o pensamento não se estanca e flui no que a vida não pode ser contida, equilibrada totalmente; mas, convocada a perseverar numa existência, é arrastada a expandir seus limites, suas possibilidades (BARROS; ZAMBONI, 2012, p. 122-123).

Tal expressão surgiu da sensação de que a prática da participação na pesquisa multicêntrica estaria sempre gaguejando. Não no significado negativo do termo gaguejar que indica a impossibilidade de linguagem. Mas, no domínio do que fora proposto por Deleuze (2010), de uma gagueira criadora expressa por meio de indagações que fizeram calar os *a priori*. E à medida que fez vacilar, ela não impossibilitou que o processo da pesquisa multicêntrica transcorresse, em vez disso foram sendo produzidos novos sentidos, através do questionamento do que estava instituído.

Assim, através de um movimento gago, do travamento de um fluxo contínuo, foram produzidos intervalos na experimentação da dimensão participativa na investigação multicêntrica. A partir de então, abriram-se brechas nas quais, além de nos interrogarmos acerca das nossas implicações com a instituição pesquisa, passamos também a pôr em análise as relações que estabelecíamos com a prática da participação.

Num desses gaguejos, enquanto fazíamos operar a dimensão participativa através da composição do GIP, tropeçamos no questionamento acerca do modo como suas integrantes exerceriam a participação. Elas seriam representantes dos demais apoiadores envolvidos no processo de formação em avaliação? O grupo de interesse só poderia atuar quando os apoiadores de todos os territórios tivessem seus “representantes”? Os apoiadores outorgariam, por meio de um processo eletivo, às integrantes do GIP a incumbência ou poder de defender seus interesses?

Talvez fosse mais uma instituição que se atravessava em nossas práticas: a democracia e os seus desafios em combinar unidade e diversidade, liberdade e integração. Ou seja, possivelmente, o que se apresentava com aquelas questões eram os dilemas da representação e participação política oriundos das culturas democráticas

contemporâneas³⁴. De todo modo, com tais indagações, o que se colocava em questão eram as nossas concepções acerca da participação e a nossa dificuldade em compreendê-la para além da representatividade.

Embora Guba e Lincoln (2011), ao definirem grupo de interesse e suas três classes abrangentes, lancem mão dos termos representantes e agentes, considero o segundo mais condizente com a proposta de uma avaliação de quarta geração na qual a participação configura-se como o método de produção da pesquisa. Ao se estabelecer como intencionalidade o acesso ao potencial heterogénico, por meio da inclusão dos diversos atores envolvidos com o processo avaliativo, no intuito da ampliação dos eixos de emissão de julgamentos, a utilização do termo “representante” traz à tona uma contradição.

Isto porque, a representação nos remete aos *a priori*, a categorias e classes previamente definidas, enquadradas em modelos, padrões, a características particulares de indivíduos e grupos. Por essa razão, afirmar que os grupos de interesse são compostos por representantes dos demais envolvidos significa neutralizar os efeitos das diferenças. E desse modo, evita-se que tais efeitos abalem as identidades vigentes e as formas hierarquicamente dispostas e impostas, dificultando-se a produção de algo novo, de formas outras.

Em vez disso, podemos considerar que a aposta numa pesquisa participativa incide na polifonia que cada ator/agente traz em seus posicionamentos, indagações, afirmações; na concepção de que cada um de nós, como afirmou Rolnik (1995), é atravessado permanentemente por vários outros. Cada ator é o resultado da composição de forças que constituem um dado contexto sócio-político-cultural. Seus modos de sentir, pensar, agir, falar, enfim, de existir, dizem respeito a um processo de produção coletiva. E o seu agir, bem ali, no plano de imanência, no aqui e agora, transborda as instituições que o atravessam e que, como diria Lourau (1993), falam por ele.

Além disso, conforme afirmam Passos e Barros (2010, p. 168),

³⁴ Opto por não aprofundar este aspecto, pois este seria tema suficiente para uma outra dissertação ou desdobramentos posteriores.

O sujeito é ele próprio um agenciamento de enunciação, isto é, ele se constitui num plano de consistência por agenciamentos, ele só existe em face de certas engrenagens, de determinados agenciamentos. O agenciamento de enunciação é, assim, desde sempre coletivo, pois se dá num plano de fluxos heterogêneos e múltiplos que se cruzam incessantemente, possibilitando infinitas montagens.

Partindo-se do exposto acima, podemos considerar que as integrantes do GIP, não atuaram como representantes dos demais apoiadores. Em vez disso, seus discursos e atuações adquiriram valor coletivo, expressaram a dimensão polifônica concernente àqueles atores/agentes, trazendo à tona uma zona de indiscernibilidade na qual, por meio de agenciamentos coletivos de enunciação houve a experiência da produção do comum³⁵. Ou seja, uma experiência coletiva em que a narrativa do que foi vivido, enunciado, protagonizado e emitido por uma singularidade, não se remeteu a um único sujeito, categoria ou grupo identificatório.

5.1 A *forceps*: O impositivo da participação

Nesse exercício gaguejante, ao colocarmos em análise as relações que estabelecíamos com a prática da participação, passamos também a nos interrogar como esta última tornara-se um impositivo instituído não só na pesquisa multicêntrica, como também na contemporaneidade.

Este movimento foi disparado pela constatação, por parte dos pesquisadores acadêmicos, de que havia uma espécie de consigna circulante no cotidiano daquele processo investigativo: alcançar a totalidade da participação dos apoiadores nas atividades e eventos propostos pela pesquisa multicêntrica.

Tratava-se de uma consigna impulsionada pelos desafios de se fazer uma pesquisa avaliativa participativa, mais especificamente o da busca por uma atuação mais protagonista por parte dos sujeitos pesquisados. Para tanto, era preciso que os apoiadores não só tomassem conhecimento da investigação que avaliava os processos

³⁵ Em consonância com o que propõem Kastrup e Passos (2013, p. 267), podemos retomar o conceito de comum no qual ele se define “por sua consistência experiencial e concreta e constitui um desafio a ser permanentemente enfrentado, não sendo jamais conquistado de modo definitivo. Não sendo algo que se possa supor já dado, o comum se produz por procedimentos que vão à jusante da experiência, acompanhando as práticas concretas que comunam, uma vez que realizam partilha de um bem comum e, conseqüentemente, criam o efeito de pertencimento”.

de formação de que tinham participado, como também se engajassem em suas diferentes etapas.

Por essa razão, buscávamos 100% de presença nos evento disparadores, de questionários respondidos, de participação nos grupos focais. Para alcançar tamanha abrangência, não só enviávamos e-mails, como também ligávamos para todos os apoiadores a fim de informá-los e convidá-los a participar dos eventos e procedimentos da pesquisa. Quando não conseguíamos acessá-los por essas vias, deixávamos mensagens em suas páginas nas redes sociais.

Em decorrência do modo persistente como se deram tais abordagens, alguns pesquisadores chegaram a relatar a sensação de estarem invadindo a privacidade dos apoiadores.

Eu acho que a gente tem que deixar a possibilidade de, de repente, essa pessoa não participar, caso ela não queira. Porque eu fico pensando que tem uma linha muito tênue entre a gente tentar garantir demais essa participação e acabar sendo até invasivo (Nayara Fornazieri, pesquisadora do comitê paulista).

E por mais que se tenha essa ideia de participação, de ampliar e de isso ser um tanto quanto revolucionário no jeito de se pesquisar, eu acho que às vezes a gente, não sei, posso tá sendo meio profeta do apocalipse, não sei, fica, eu fico com essa sensação, às vezes, de enfiar a participação goela abaixo, assim, sabe? (Diego Drescher, pesquisador do comitê gaudério).

Com esses enunciados colocávamos em avaliação os modos como estávamos conduzindo e operando a dimensão participativa da pesquisa multicêntrica, em especial, o modo com abordávamos os apoiadores a participar. E, nesse movimento, fomos nos dando conta de que:

O que permite que a participação na pesquisa se faça por meio de um real protagonismo dos sujeitos não é apenas a presença de diversos atores a quem “damos a voz”, mas sim o modo como a participação é conduzida. Uma dificuldade importante nas pesquisas participativas é conseguir o engajamento dos diferentes sujeitos no processo da investigação. Para que haja participação é preciso que haja experiência de pertencimento. Não basta que o pesquisador se proponha a fazer uma pesquisa participativa. É preciso também que os participantes queiram nela se engajar. Sem isso, a participação, no sentido forte do termo, não acontece, restando uma participação mitigada (KASTRUP; BARROS, 2012, p. 271).

[...] eu não sei o quanto a gente fica insistindo nessa questão e não vira uma participação a fórceps (Diego Drescher, pesquisador do comitê gaudério).

Essa expressão já havia sido enunciada em outros momentos no decorrer da pesquisa multicêntrica, e voltou à cena nos grupos focal e de enunciação. A partir dessa sensação de que em alguns momentos experimentávamos o exercício a fórceps da participação, começamos a nos questionar acerca dessa dimensão totalitária relacionada ao impositivo de que é preciso participar.

A gente, geralmente, não questiona isso. Porque assim, parece que participação, eu vejo assim né, como uma coisa tão no campo já do politicamente correto, do óbvio. “Ah, tem que participar! Nossa! Eu tô convidando e o cara não quer vir”. (Tatiana Caetano, pesquisadora do comitê catarina).

Com esse enunciado, Tatiana apontava para a necessidade de se desnaturalizar, pondo em análise, o apelo massivo ao exercício da participação, expresso pelas insistentes investidas direcionadas aos apoiadores. Nessa direção, por inúmeras vezes, algumas perguntas emergiram no contexto das discussões, sendo repetidas vezes enunciada pelos participantes: *de quem é o desejo pela participação? Por que e pra que a gente tem o GIP? Por que e pra que a gente tem uma pesquisa participativa? E pra quem?*

[...] assim como se tem essa pergunta por que e para que, do pesquisador, eu acho que o GIP também se pergunta isso, né? Eu acho que isso tem que aparecer também, eu já me fiz essa pergunta, por que que eu tô ali mesmo? Que que eu tô fazendo aqui? [...] Será que eu precisava tá aqui? Agora, nesse momento? Será que o momento era outro? Será que era em todos os momentos? Enfim, a gente também se questiona. Então, [...] isso não parte só do pesquisador, mas também desse pesquisado, participante, enfim, que fica se perguntando, que lugar é esse que eu tenho nessa pesquisa? (Angela Melo, pesquisadora integrante do GIP).

Talvez esse fosse um modo de, por meio de um reiterado questionamento, tornarmos visível e dizível as condições de possibilidade que produziam na pesquisa, o impositivo da prática da participação. Em outros termos, naquele movimento em que interrogávamos tal impositivo, tentávamos tracejar as relações que constituíam as

configurações produzidas na pesquisa multicêntrica, nas quais nos encontrávamos enredados.

Sobre estes aspectos, Barros e Barros (2013, p. 377) afirmam que:

Essa postura analítica vai questionar a naturalidade dos objetos, dos sujeitos, dos saberes e do próprio processo de pesquisa, assim como as relações que constituem um território e sua pretensa homogeneidade. As forças que constituem as relações pesquisador e campo de pesquisa são privilegiadas, indicando-se a co-emergência desses polos e colocando em discussão as práticas de poder-saber como produtoras de verdades consideradas universais e eternas.

Em consonância com as autoras supracitadas, Stengers (2002) afirma que não se separa a produção de conhecimento da produção de existências. Ao tratar da prática da participação como método de produção de pesquisa em saúde, estamos, necessariamente, nos referindo a práticas que são atravessadas por processos de subjetivação. Práticas muito bem datadas, que nada mais são do que *o que fazem as pessoas*, que, como todas as coisas, emergem de mudanças históricas e que são explicadas pelo que foi o fazer em cada momento histórico (VEYNE, 2008).

Nesses termos, convém fazermos aqui uma breve digressão no intuito de historicizarmos o nosso objeto de interesse – a prática da participação e rastreamos³⁶ como ela passou a configurar-se como uma recomendação com possibilidades tão prodigiosas, situada *no campo do politicamente correto*.

Com o desenvolvimento do capitalismo e refinamento das diretrizes do projeto neoliberal, acompanhados pelo processo de globalização, o século XX é marcado pela crescente desterritorialização do capital, como também de uma parte dos trabalhadores que passam a ser liberados do confinamento territorial quanto à execução de suas atividades laborativas. Isso acarretou mudanças, fazendo emergir um panorama no qual a sociedade disciplinar não foi suplantada e a sociedade de controle progride, não existindo nenhum contorno interrompido entre elas. Em contrapartida, identificamos, nessa situação, um deslocamento dos investimentos na produtividade do corpo como

³⁶ Com base na postura epistemológica da Desconstrução proposta por Derrida (1973), rastrear significa explorar aquilo que torna possível que seja dito determinada coisa, quais as condições de possibilidades para a produção de um fenômeno, de um enunciado, de uma convenção humana. Ou seja, consiste numa espécie de ferramenta propícia à ação de desnaturalizar.

uma das diferenças mais significativas entre os dois tipos de sociedade (PASSETTI, 2003).

A esse respeito, na sociedade disciplinar, exerce-se o controle sobre os indivíduos atuando sobre os corpos em ação, ordenando-os ao longo do tempo e do espaço, com o intuito de retirar deles o máximo possível de docilidade e utilidade. Para tanto, é preciso dispor e distribuir os indivíduos em lugares fechado, como por exemplo, em fábricas, hospitais, manicômios, controlando-os por meio de um sistema de vigilância (MACHADO, 2006).

O investimento é voltado para o corpo são a favor do Estado. Pois, ser vivo significa ser produtivo e como tal, cada corpo deve ser cuidado através do saneamento das cidades, dos serviços de saúde estatais, sendo oferecida a garantia de assistência aos operários. Nessa conjuntura, em prol da potencialização da produtividade, todo ser produtivo deve estar submetido aos cuidados e olhares dos chefes das fábricas, das escolas, da família, do hospital, da cidade etc. Aqueles que não se enquadram ao imperativo da produção e tudo aquilo que atravanca o processo produtivo são considerados como anormais, criminosos, insanos, pobres, miseráveis, devendo receber investimentos da ordem da punição a fim de que seja reabilitado a compor e obedecer aos ditames da produção (PASSETTI, 2003).

Em meados do século XVIII, no intuito de disciplinar o máximo de indivíduos possíveis e por meio do surgimento de tecnologias de saber, como por exemplo, a estatística e as ciências humanas, emerge a noção de população, grupos de indivíduos regidos por leis biológicas. Tais tecnologias passam a ser empreendidas pelos órgãos administrativos do Estado com fins de extração máxima da utilidade da, então denominada, população (FERREIRA, 2009).

A partir dessas condições observamos a constituição da chamada sociedade de controle, na qual o exercício do poder passa a ocorrer de uma maneira mais sutil e imaterial, onde a visibilidade e demarcação constantes daqueles que exercem o poder e daqueles sob os quais o poder incide, deixa de ser primordial (NARDI; SILVA, 2009).
Nessa perspectiva:

Podemos dizer que o controle se produz por meio da incorporação da norma, sustentando-se em modos de dominação dependentes da construção da ideia de uma interioridade única, singular e autônoma do sujeito. Essa ilusão de interioridade produz a invisibilidade dos dispositivos de controle e possibilita

a invasão da norma em todas as esferas da vida (NARDI; SILVA, 2009, p. 146-147).

Acrescente-se a esse contexto o advento de novas tecnologias comunicacionais. A partir de então, o panóptico tão debatido através dos estudos de Foucault (2010-b) sobre as sociedades disciplinares, passa a não mais se configurar como o dispositivo de disciplina predominante. A partir da invenção e do desenvolvimento dos meios midiáticos eletrônicos, como a televisão, os bancos de dados, a internet, não nos encontramos mais num mundo onde um olha para muitos, mas no seu avesso, no qual muitos olham para o um eletrônico. Situamo-nos na era das máquinas cibernéticas, dos computadores, numa sociedade na qual são criados espaços de controle contínuo, em fluxos, onde se comunica intensa e instantaneamente através de mídias e produções de programas em interfaces (PASSETTI, 2003).

Nessas condições, de acordo com o autor supracitado, disciplina e controle de fluxos inteligentes caracterizam a época atual, em que se imagina poder vigiar a todos pelos meios midiáticos eletrônicos. Vivenciamos a chamada democracia midiática traduzida por uma espécie de midiosfera regida por sinopses, em que a televisão, as sondagens, os programas de computador e a internet possuem papel preponderante e na qual todos são convocados a participar.

O investimento do Estado deixa de ser no corpo propriamente dito, na medida em que o interesse passa a ter como alvo o controle contínuo e não mais o confinamento. O corpo deixa de ser configurado como força motriz da produtividade e passa-se a investir em fluxos inteligentes, deixa-se de buscar corpos úteis, dóceis e disciplinados, almejando-se, ao invés disso, cérebros ativos. Nestas circunstâncias, o que se busca é a extração máxima de energias inteligentes que devem estar disponibilizadas para a produção e para a participação política (PASSETTI, 2003).

No cenário biopolítico que aqui se configura, os lugares são, a cada instante, redefinidos por fluxos. O controle, além de contínuo, deve ser restrito e de curta duração. Por essa razão, não se deve ter nada acabado, ao contrário, a sociedade de controle constitui-se por meio da noção de inacabado na qual se necessita, constantemente, de reformas ou de uma retórica de reformas. É preciso reformar o

governo, a legislação eleitoral, trabalhista, ecológica, o sistema penal, os direitos, as administrações em geral (PASSETTI, 2003).

Faz-se necessária, nessa perspectiva, não só a inclusão, mas a produção das mais diversas formas possíveis de saber, cujas verdades se refazem cotidianamente. Isso nos coloca perante um mundo de modulações ininterruptas que nos exige um movimento de formação constante, de controle contínuo, de preenchimento de bancos de dados no qual o produtivo especialista disciplinar e disciplinado perde espaço para o polivalente e atuante. Dispensa-se a especialização e requisitam-se, cada vez mais frequentemente, trabalhadores engajados, inovadores, atuantes, participativos, com “mil e uma habilidades”. Estamos, pois, diante de uma sociedade organizada em redes que são geridas por protocolos e interfaces, que convoca a todos a participarem ativamente do incessante processo pela busca por maior produtividade e integração (PASSETTI, 2003).

Em um contexto assim descrito, a participação corresponde à estratégia por meio da qual se pode extrair ao máximo as energias inteligentes. Logo, é preciso fazer participar, inventar condições para que cada um possa sentir-se atuando e decidindo, seja no interior das políticas de governos, seja em organizações não governamentais ou mesmo na constituição de uma economia eletrônica. Situamo-nos num mundo em que não mais se dociliza os corpos ou se disciplina as forças, mas que se considera cada indivíduo como um agente participante do próprio controle.

É este o modo pelo qual o autor supracitado entende que a produção esteja relacionada à participação. Produzir é participar da criação, do gerenciamento, da reforma ou de um novo arranjo de programas e serviços e suas interfaces numa via eletrônica. É criar dispositivos de invenção de bens materiais e imateriais que possam abranger a adesão de todos.

Na sociedade de controle, regida pela democracia midiática, participa-se de um jeito ou de outro. Caso o sujeito não participe segundo a produção – e neste quesito a sociedade de controle se diferencia da disciplinar –, participa enquanto agente público do Estado democrático. Isto é, participa-se, seja de maneira direta por meio dos programas de produção; seja de maneira indireta por meio de uma democracia midiática. Vale registrar que tal democracia constitui-se e fortalece-se pela participação

de todos, vivos e mortos produtivos³⁷. Pois, mesmo aos que não conseguem produzir, nos moldes ditados pelo capital, são reservados espaços de confinamento onde a prática da participação é cada vez mais estimulada, como nas prisões, guetos, favelas, manicômios, centros de atenção psicossociais etc.

Nesses termos, o estímulo massivo voltado à participação, introduz e reforça, constantemente, o imperativo de que estar vivo significa participar. É participando que um indivíduo mostra que está vivo. Tal convocatória acaba existindo como uma forma de totalitarismo no qual a participação contínua dá sentido ao controle contínuo.

Não foi por acaso, como se pode daí depreender, que nos deparamos com o apelo massivo à participação na pesquisa multicêntrica.

Entretanto, é preciso atentar para o fato de que, apesar da sociedade de controle, por meio de seus dispositivos, capturar rapidamente os processos de subjetivação, incluindo os de resistência, ela não paralisa. Ao invés disso, aciona os sujeitos, produz conexões, ainda que momentâneas e efêmeras. Nessa direção, devemos nos ater ao fato de que os modos de constituição da subjetividade estão condicionados à experimentação, à maneira como vivenciamos os processos. E que o paradoxo que está em jogo – ao mesmo tempo em que se configura como dispositivo de mudança do *status quo*, a participação contribui com aparelhagens de controle – merece ser criteriosamente analisado.

Por exemplo, retomando o contexto da pesquisa multicêntrica, os movimentos de análises coletivas desencadeados pela proposição dos procedimentos metodológicos da presente investigação, provocou em seus participantes, uma desacomodação dos sentidos já instituídos de participação, causando inquietações, dúvidas, provocando articulações com outros conceitos e desconstruções das concepções vigentes e hegemônicas do que seja participação, incluindo o impositivo circulante de que *é preciso participar*.

Desse modo, diante do paradoxo acima mencionado, a aposta volta-se para a noção de que práticas coletivas favorecem movimentos de resistência.

³⁷ Mortos produtivos são aqueles que não quiseram ou não conseguiram/puderam fazer de seus corpos empresas, que trazem à tona a existência de zonas ingovernáveis. São os que não produzem do ponto de vista do capital, mas que precisam produzir de algum modo (PASSETTI, 2003).

Vale resgatar que a concepção de coletivo adotada no presente trabalho é compreendida como a construção de um mundo comum e impessoal, caracterizado pela dimensão de incompletude e que não se encontra circunscrito a lógicas identificatórias ou de sobreposições. Ao invés disso, trata-se de um mundo regido pela lógica do limite, das bordas, das fronteiras, que se situa sobre a linha de encontro entre dois ou vários mundos, pertencentes a todos e a nenhum, contemplando, assim, as dimensões de heterogeneidade, impessoalidade e pluralidade (ESCÓSSIA, 2012).

Nessa perspectiva, a abertura de possibilidades para a produção de novos sentidos para a prática da participação, nos espaços de análise coletiva, teria sido efeito resultante do plano coletivo de forças. Teria sido provocada pelas conexões estabelecidas a partir de dois planos – das formas e das forças – distintos e indissociáveis que construíram entre si relações recíprocas e produtoras de múltiplos entrecruzamentos. Em outras palavras, ao colocarmos em questão os modos como estávamos operando a dimensão participativa da pesquisa multicêntrica, instaurou-se um plano relacional produtor de termos coexistentes com o que ele mesmo engendra, estando no *entre*, entre os termos que estavam em relação. Tratou-se de um plano de coengendramento e de criação da realidade e dos sujeitos, superfície de inscrição situada em espaços de interstícios, na qual as posições de pesquisadores (acadêmicos ou não), os sentidos atribuídos à prática da participação e o próprio processo da pesquisa multicêntrica foram sendo coproduzidos.

Convém, contudo, assinalar que:

[...] as virtualidades de um coletivo transindividual trazem possibilidades, e não garantias, de sua realização. Sabemos que o capitalismo conexcionista e as dinâmicas institucionais decorrentes, podem reabsorver a potência política do coletivo e do comum, dissolvendo-a e fazendo-a trabalhar a seu favor. Esse é o risco sempre iminente. Por isso, trata-se, [...], não de reificar, naturalizar esses conceitos, mas de tomá-los como conceitos-dispositivos contingentes, que respondem de maneira sempre parcial e provisória aos problemas que cada época e circunstância política apresentam. [...] acreditamos que uma política do coletivo não é uma política de soluções duradouras dos problemas, mas uma experiência coletiva permanente de problematizações, identificações de perigos e escolhas ético-políticas (ESCÓSSIA, 2009, p. 692-693).

Tendo em vista tal colocação, lançar mão da noção de coletivo é evitar uma postura baseada no que Passetti (2003) denominou de nihilismo reativo acreditando que

“tudo está capturado”, é desviar de uma conduta que ao imputar juízo de valor, julga que a prática da participação não é mais válida ou é mesmo danosa, uma vez que já está capturada pelos mecanismos de controle. Levando-se em conta o plano coletivo de forças, produtor de realidades e sujeitos e o dado de que a sociedade de controle constitui-se por meio da noção do inacabado, os processos inventivos – que criam interferências, desestabilizações e que, por essa razão, engendram possibilidades de modos outros de existir, de produzir conhecimento, de avaliar, de participar – assim também se engendram.

Partindo-se desses apontamentos, pensar a prática da participação como método de produção da pesquisa avaliativa em saúde a partir da noção de coletivo, é pensá-la como uma prática de pesquisa que tem como escopo a ampliação do coeficiente de coletivização. É lançar-se num movimento em que se desfoca o olhar voltado para realidades fixas, deslocando-o na direção de planos moventes que engendram processos de composições e decomposições constantes, envolvendo conexões, inclusões e exclusões (ESCÓSSIA, 2012). É articular a prática da participação à produção coletiva do processo investigativo, a fim de que se possa experimentar a criação de um olhar avaliativo comum, heterogêneo e plural.

5.2 O efeito-espasmo de uma participação gaguejante

Ainda no tocante ao modo como estabelecíamos relação com a dimensão participativa da pesquisa multicêntrica, alguns participantes sinalizaram que as discussões sobre tal temática aconteciam em espaços restritos, que dificilmente faziam parte da programação oficial das oficinas nacionais ou reuniões virtuais, produzindo a sensação de uma *participação underground*³⁸, como assim designou Diego Drescher, pesquisador do comitê gaudério.

Só se fala no íntimo dos grupos da Alice (Renata Trepte, pesquisadora do comitê gaudério).

³⁸ Subterrâneo, em inglês.

Sim, eu vi um mal estar de que ah, isso [o tema da participação] seja assunto que é segredo da pesquisa participativa (Carolina Eidelwein, pesquisadora do comitê gaudério).

Possivelmente, a sensação *underground* vinha do fato de que a dimensão participativa fosse também vivenciada como um segredo, mais um segredo da pesquisa multicêntrica, do qual não fosse tão fácil falar por evocar, como vimos discutindo, diversos outros fatores, incômodos e instituições, devendo, por isso, permanecer no subterrâneo. Tal afirmação encontra respaldo no fato de que o modo como foram sendo constituídas as instâncias propícias à participação e a maneira como elas propiciaram o exercício participativo dos diferentes segmentos nos rumos da investigação multicêntrica não estavam circunscritas ao “porão”. A esse respeito, podemos elencar como tais instâncias não somente a invenção do GIP, mas também o boletim informativo; as reuniões virtuais entre os comitês; os grupos de e-mail; a utilização do dropbox; a composição de grupos-temáticos para análise dos dados produzidos.

Esses espaços configuraram-se como instâncias participativas, uma vez que neles os participantes puderam não só se apropriar, mas também dispor dos materiais produzidos a partir de um posicionamento mais protagonista, emitir seus pontos de vistas, incluir suas indagações, propor ações, expressar críticas etc. Desse modo, viabilizava-se não só o exercício da participação, como também o processo de transversalização da pesquisa multicêntrica, no qual a partir do aumento comunicacional entre os segmentos da pesquisa, as diversas atividades como, por exemplo, a produção, organização e análise de dados transcorreram contando com a interferência de diferentes atores da investigação multicêntrica.

Por outro lado, faz-se necessário pontuar que, com a deliberação de que a atuação do GIP, incluindo o acesso aos dados produzidos às suas integrantes, só poderiam ocorrer em momentos estratégicos, foi sendo produzida uma espécie de efeito-espasmo no modo como a participação vinha sendo experimentada. Ou seja, sentíamos que esta última não vinha ocorrendo num contínuo gradual, mas de modo irregular, como se ocorresse por rompantes de duração curta e intensa, seguidos de longos períodos de estagnação. O fato de que o GIP foi composto em agosto de 2012, reuniu-se pela primeira vez em janeiro de 2013 e participou de uma oficina nacional em abril de 2013 ilustra tal sensação.

Mas quando a gente vem e tem um espaço tão longo entre uma vinda e outra e a pesquisa andou, você chega aqui e você fica meio perdida assim ... Tipo, que que eu vou falar aqui, né? Quando é que eu posso falar? Será que o que eu falar vai... vai produzir alguma coisa? Porque eu não entendi como é que dali foi parar aqui, né? Tipo, saiu de um lugar... (Angela Melo, pesquisadora integrante do GIP).

[...] uma atuação mais participativa nossa, vamos dizer assim, que foi lá em Florianópolis, onde a gente se colocou mais, pra essa de agora, ficou um vácuo, entendeu? E daí quando tu vem de novo, tu diz assim: “tá, ali eu tava falando disso e agora eu já to falando de outra coisa que tá lá na frente e eu não peguei esse caminho”. Parece que cê se teletransportou de um lugar pro outro [risos] (idem).

[...] eu sentei e não sabia o que tava se falando e tinha que me situar, buscava, me remetia a algumas coisas lá de Florianópolis. Deixe eu ver se é disso mesmo... Porque uma participação que é pra ser em alguns momentos... Mas eu me questionava até que ponto eu vou tá conseguindo participar e agregar alguma coisa né?! (Gianine Sandri, pesquisadora integrante do GIP).

Sobre este aspecto, uma outra integrante do GIP, ao fazer menção às dificuldades expressas acima, ponderou que do modo como a instância participativa tinha sido criada e vinha funcionando, com atuações pontuais, sem que elas pudessem não só acompanhar, mas participar de alguns outros momentos do processo, a função do GIP estaria se restringido à validação. Acrescentou ainda que:

Quando o outro é convocado pontualmente, [...] não que não exista a participação, mas é diferente, é um outro momento, é diferente daquele que participa do processo desde o início. [...] O quanto se perde de riqueza se a participação fosse outra (Denise Mafalda, pesquisadora integrante do GIP).

Outro indício da participação por espasmos foi enunciado ao evocarmos o modo como criamos uma das instâncias participativas da pesquisa multicêntrica – o grupo de interesse.

[...] no momento, a gente pensou que faltava, pensou em como compor ele [GIP], e eu trago de volta isso, a gente só pensou como compor ele e nunca mais discuti sobre isso. Compôs e deu! Pronto, ufa! Deu, agora tem participação, tá

garantido! [risos] E nunca mais trouxe isso pra discussão, pra pensar tudo isso...
(Renata Trepte, pesquisadora do comitê gaudério).

Como a criação do GIP foi antecedida pelo incômodo gerado pela constatação de que a dimensão participativa não estava operando do modo preconizado, era como se depois da criação desta instância, os pesquisadores relaxassem e não mais sentissem a necessidade de discutir sobre aquela proposição, nos termos de sua definição, composição e modos de funcionamento.

Um espasmo é uma contra(c)ção involuntária de um músculo, grupo de músculos ou órgão. Em alguns casos pode ser seguido por uma sensação de alívio, conforto e prazer. Por extensão, um espasmo temporário é uma explosão de energia, atividade, emoção, estresse ou ansiedade³⁹.

Em contrapartida, diante dos pontos discutidos acerca da participação experimentada por espasmos, um dos participantes no grupo de enunciação, aponta:

[...] o que eu ia dizer é que eu discordava que a gente criou o GIP e nunca mais... [...] Porque isso foi uma coisa do processo da pesquisa, né? Essa demanda não saiu dos participantes, apoiadores, estranho falar isso, né? Surgiu de um outro lugar. Então, tem uma coisa do processo de pesquisa que criou essa instância pra dar conta disso e as interferências do GIP, acho que foram dando, foram propiciando que esse momento agora acontecesse, pra gente tá repensando. Então, eu acho que teve um repensar aos poucos e tá se tendo, assim... (Guilherme Flach, pesquisador do comitê gaudério).

Guilherme assinalava que a atuação do GIP, ainda que de maneira pontual, produziu efeitos. Isto porque, questões foram levantadas, alertando os participantes da investigação multicêntrica, para o modo como a dimensão participativa vinha operando. Além disso, viabilizou as análises dos aspectos acima mencionados, abrindo possibilidades de se interferir no processo da pesquisa ainda em curso.

5.3 Participação: um dispositivo gago

³⁹ Definição disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Espasmo>. Acesso realizado em 13 de janeiro de 2014.

Ao experimentarmos o vacilo gaguejante no exercício da participação, nos confrontamos com a desconstrução de algumas certezas no campo das pesquisas participativas, à medida que passamos a decompor todo o conjunto de ideias que se pretendiam “justas”, no intuito de com esse movimento extrair “justo” ideias⁴⁰.

Nessa direção, não só nossos corpos gaguejaram como também nossos pensamentos vacilaram e nesses movimentos embarcamos numa linha de fuga, nos deparamos com a polifonia dos enunciados e a multiplicidade de sentidos atribuídos não só à prática da participação como também aos modos de se produzir pesquisa participativa.

Nesses termos, ao submeter os dados produzidos num processo de análise coletiva, foi possível perceber como uma pesquisa com metodologia participativa questionou os modos de se fazer pesquisa (os já instituídos). Ou seja, a dimensão participativa indagou a instituição pesquisa à medida que a participação operou como um potente dispositivo que fez ver e falar aquilo que se encontrava sobreposto sob as camadas do instituído! Nesse sentido, tornaram-se visíveis e dizíveis as relações de poder; a verticalidade de um processo de pesquisa; os seus segredos. Estiveram em questão os modos como a pesquisa foi pensada, conduzida e executada, ou seja, colocou-se todo o processo de pesquisa em análise, possibilitando aberturas para a invenção de um modo outro de pesquisar.

Em suma, mesmo espasmódica, gaga ou *underground*, a prática da participação interrogou o modelo academicista, produzindo um movimento desinstitucionalizante da própria função de pesquisador ao nos colocar o desafio do enfrentamento em nós da dimensão pesquisador clássico, guardião da *expertise* dos processos investigativos e fiel aos cânones cientificistas de separação e de oposição hierárquica entre os atores de numa pesquisa.

Além disso, ainda que tenhamos a sensação de que, no contexto da pesquisa multicêntrica, a participação tenha sido exercida sob vários tropeços e gaguejos, a análise disso pôde ser feita, justamente, pelo fato de que se tratava de uma pesquisa com

⁴⁰ Deleuze (2010, p. 55) ao mencionar a bela fórmula de Godard, comenta que “ideias justas são sempre ideias conformes a significações dominantes ou a palavras de ordem estabelecidas, são sempre ideias que verificam algo, mesmo se este algo está por vir, mesmo se é o porvir da revolução. Enquanto que ‘justo ideias’ é próprio do devir presente, é a gagueira nas ideias; isso só pode se exprimir na forma de questões que de preferência fazem calar as respostas”.

metodologia participativa, na qual o exercício da participação por parte daqueles que estiveram envolvidos, interferiu em seu processo. Enfim, foi nessa busca gaga e espasmódica pela participação, nos tropeços cotidianos, que a metodologia participativa foi se construindo.

RECOMENDAÇÕES DE UMA PESQUISADORA-ATRIZ

Todo tropeço e gaguejo trazem consigo momentos de parada, vácuos de linguagem, pontos de escuridão. Foi por esses intervalos “silenciosos” que o diferente transitou. A partir deles foi possível tracejar novas composições cênicas; alterar nossas orientações e produzir outras configurações no pesquisar. Nesses tropeçar e gaguejar, conseguimos criar novas personagens, cenários, enredos, performances, enfim, *artistar* a pesquisa.

Assim, sinto-me, pretensiosamente, na condição de, antes de encerrar o espetáculo da pesquisa da pesquisa, deixar aqui algumas recomendações...

Para atuar num processo de pesquisa avaliativa cuja participação é o seu método de produção:

Livre-se de algumas antigas e consagradas convicções como a neutralidade dos pesquisadores e o anonimato dos pesquisados, bem como da oposição hierárquica entre estes e aqueles;

Supere o fascínio que exerce a figura do intelectual pesquisador concebido como o “iluminador de verdades”, o “portador de saberes-chave” que abrirá questões-problema. É provável que ao se assumir tal personagem, corra-se o risco de se desconsiderar as concepções e mesmo as análises produzidas por aqueles que se posicionam e compreendem, diferentemente, o mundo;

Desprenda-se do absoluto dispensando a cômoda condição de contar com um juiz universal, ou seja, abandone critérios avaliativos que sirvam para toda e qualquer situação, especialmente, os baseados em *a priori*s e em preceitos morais. Numa avaliação, é preciso que a emissão de juízos de valor tenha como alvo aquilo que favorece ou desfavorece a vida. E, para tanto, quanto mais juízes participando em diferentes posições, melhor;

Convide e conviva com profanadores;

Renuncie ao controle e segredos da pesquisa. E não hesite em dar ouvidos às dúvidas, incertezas, tensões, conflitos e aos múltiplos sentidos que um processo investigativo possa produzir. Enfim, mergulhe, intensamente, na experiência;

Mantenha o pensamento arejado pelo vendaval produzido pela diferença, sem perder de vista que esta última é, necessariamente, produção de um coletivo e não a representação das características particulares de cada indivíduo ou grupo;

Evite ferramentas truculentas como o fórceps;

Desconfie de que a participação, sempre desejável, assegura a produção coletiva do conhecimento. Participar é importante. Mas, não é decisivo e nem ocorre, necessariamente, do modo como pensamos que se daria. Faz-se necessário, portanto, interrogar as forças que produzem os discursos que se apropriam do que pensam, dizem e fazem os sujeitos, fazendo emergir onde, quando e como tais discursos são produzidos. Quando há a invenção de narrativas que conferem efeitos de visibilidade às forças e aos movimentos de produção de discursos hegemônicos, abre-se a possibilidade de questioná-los;

Não cometa a “indignidade de falar [e de escrever] pelos outros”;

Povoe o cotidiano das pesquisas (e por que não dizer da vida) de vozes que abram os nossos ouvidos para a infinidade de possibilidades de ser e estar no mundo. É preciso dar passagem a essas vozes para que elas, ao gerarem os seus efeitos de produção da diferença, viabilizem a alteração do que está imposto e disposto;

Atente-se aos movimentos espasmódicos e não tenha vergonha de tropeçar nem de gaguejar. São nas intermitências de estagnação, entre rompantes de intensa e curta duração; nas interrupções abruptas causadas por tropeços, e nos gaguejos das ideias, que são abertas possibilidades de criação. É por meio do vacilo provocado por esses movimentos, que passamos a suspeitar de tudo o que antes era certeza e nos colocamos acessíveis ao plano das multiplicidades e da invenção;

E, finalmente, não se deixe levar pelo tom, ironicamente, prescritivo dessas recomendações. Elas foram o produto singular dos encontros que se deram nessa experimentação. Sabe-se lá se vão servir numa outra. Aproveite a aparência de receita para lê-las “livre e distraidamente”, sentindo-se à vontade para adicionar outros

ingredientes, alterar a intensidade de alguns, descartar outros e o que mais, por ventura, lhe convir...

Enfim, experimente, deixe-se experimentar!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *Profanações*. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALVAREZ, A. P. E. et al. As oficinas como espaço do protagonismo dos sujeitos no processo de avaliação. In: CAMPOS, R. O. et al (Org.). *Pesquisa Avaliativa em saúde mental. Desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 300-318.

BARBIER, R. *A Pesquisa-ação na Instituição Educativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARROS, M. de., *Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal*, vol. 25, nº 2, maio/ago. p. 373-390, 2013.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 52-75.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Transversalizar. In: FONSECA, T. M. G., NASCIMENTO, M. L. e MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença. Um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 239-242.

_____. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 172-200.

BARROS, M. E. B.; ZAMBONI, J. Gaguejar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. e MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença. Um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 121-123.

BOCA DE CANTOR, P.; GALVÃO, L. (Compositores). *Swing de Campo Grande*. Em *Acabou chorare*. Rio de Janeiro, 1972.

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. 4ª edição. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Diário Oficial da União. Lei nº 8080/90. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e da outras providências. Brasília - DF, 19 de setembro de 1990.

BUJES, M. I. E. Descaminhos. In: COSTA, M. V. (org.). *Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p. 13-34.

CAMPOS, G.W.S. O anti-Taylor: sobre a invenção de um método para co-governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso. *Cadernos de Saúde Pública*, v.14, n.4, p. 863-870, 1998.

CARDOSO, I. A. R. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social; Rev. Sociol*, vol. 7(1-2), out. p. 53-66, 1995.

COIMBRA, C. M. B. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional. Uma empresa possível? *Revista do Departamento de Psicologia*. UFF, v. 7, nº 1, p. 59,80, 1995.

_____. "As marchas 'vem pra rua!': conversações sobre a interface entre Psicologia e Política na contemporaneidade". Palestra conferida no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, em 18 de novembro de 2013.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, E. M. M.; NASCIMENTO, M. L.; FONSECA, T. M. G. (orgs.). *Práticas Psi. Inventando a vida*. Niterói: EdUFF, 2007, p. 27-38.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. Avaliando a institucionalização da avaliação. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 11, nº 03, p. 705-711, 2006.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. (org.). *Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 105-131.

COSTA, M. V. (org.). *Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p. 13-34.

DAL'IGNA, M. C. Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 195-217.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Editora Vega – Passagens, 1996.

_____. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Vol. 1. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de A. G. Neto, A. L. de Oliveira, L. C. Leão e S. Rolnik. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

_____. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz, 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Ed. Da USP, 1973.

DESPRET, V. Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23, nº 1, p. 5-28, jan./abr. 2011.

ESCÓSSIA, L. Coletivizar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. e MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença. Um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 53-54.

_____. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. *Interface. Comunicação, saúde, educação*, vol. 13, supl. I, p. 689-694, 2009.

FERREIRA, A. A. L. A Psicanálise e a Psicologia nos ditos e escritos de Michel Foucault. In: GUARESCHI, N. M. de F., HÜNING, S. M., FERREIRA, A. A. L. et al. *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 31-80.

FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência e Saúde Coletiva*. Vol. 14, nº 03. p. 743-752. Rio de Janeiro, maio/junho, 2009.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2008.

_____. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. 20ª edição. Tradução de Maria Tereza da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010-a.

_____. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. 38ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010-b.

_____. *Microfísica do poder*. 22ª Edição. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para a avaliação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 6, nº 1, p. 165-181, 2001.

FURTADO, J.; CAMPOS, R. O. A participação de diferentes grupos de interesse na geração de conhecimentos sobre a rede de serviços avaliada. In: CAMPOS, R. O. et al

(Org.). *Pesquisa Avaliativa em saúde mental. Desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 231-248.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2000.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. *Avaliação de quarta geração*. Tradução de Berth Honorato. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

HARTZ, Z. Institutionalizing the evaluation of health programs and policies in France: cuisine internationale over fast food and sur mesure over ready-made. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, nº 2, abril/jun, Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 1999.

HESS, H. O movimento da obra de René Lourau (1933-2000). In: ALTOÉ, S (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 15-46.

HESS, H.; WEIGAND, G. A escrita implicada. In: *Reflexões e Debates*. Universidade Metodista de São Paulo, abril, 2006.

HECKERT, A. L. C.; NEVES, C. A. B. Modos de formar e modos de intervir: quando a formação se faz potência de produção de coletivo. In: Eduardo Passos. (Org.). *Cadernos HumanizaSUS - Volume 1: Formação e Intervenção - Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasília: MS, 2010, v. 1, p. 13-27.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 32-51.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal*, vol. 25, nº 2, maio/ago. p. 263-280, 2013.

LATOURETTE, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Afrontamento, 2007. p. 39-61.

LAZZAROTTO, G. D. R. Experimentar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. e MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença. Um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 101-103.

LOPES, G. P.; DIEHL, R. Intervir. In: FONSECA, T. M. G., NASCIMENTO, M. L. e MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença. Um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 137-139.

LOURAU, R. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

_____. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, S (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004a, p. 47-65.

_____. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004b, p. 66-86.

_____. Grupos e instituições. In: ALTOÉ, S (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004c, p. 176-185.

_____. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S (Org.). *Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004d, p. 186-198.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 22ª Edição. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

MELLO, V. C. de; BOTTEGA, C. G. A prática pedagógica no processo de formação da Política Nacional de Humanização (PNH). *Interface* (Botucatu), v. 13, supl. 1, p. 739-745, 2009.

MIRANDA, L. et al. Dos grupos focais aos grupos focais narrativos: uma descoberta no caminho da pesquisa. In: CAMPOS, R. O. et al (Org.). *Pesquisa Avaliativa em saúde mental. Desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 249-277.

MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Fractal Revista de Psicologia*. Vol. 20, nº 01, p. 19-26, janeiro/junho, 2008.

NARDI, H. C; SILVA, R. N. Ética e Subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, N. M. de F., HÜNING, S. M., FERREIRA, A. A. L. et al. *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 143-157.

PASCHE, D. F.; PASSOS, E. Cadernos Temáticos PNH: formação em humanização. In: Eduardo Passos. (Org.). *Cadernos HumanizaSUS - Volume 1: Formação e Intervenção - Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasília: MS, 2010, v. 1, p. 05-10.

PASSETTI, E. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSOS, E. Palestra proferida no II Encontro Estadual de Humanização, realizado em Porto Alegre/RS, em 17 de agosto de 2012.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 109-130.

PASSOS, E. et al. A dimensão instituinte da avaliação. In: CAMPOS, R. O. et al (Org.). *Pesquisa Avaliativa em saúde mental. Desenho participativo e efeitos da narrativa*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008-a. p. 209-228.

_____. Processo coletivo de construção de instrumentos de avaliação: aspectos teóricos e metodológicos sobre dispositivos e indicadores profissionais. In: CAMPOS, R. O. et al (Org.). *Pesquisa Avaliativa em saúde mental. Desenho participativo e efeitos da narrativa*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008-b. p. 375-397.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 16, nº 01, jan./abr. p. 71-79, 2000.

_____. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 150-171.

PAULON, M. S. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia e Sociedade*. Vol. 17, nº 03. Porto Alegre, set./dez., 2005, p. 18-25.

PAULON, M. S.; PASCHE, D.; RIGHI, L. Função Apoio: da mudança institucional à institucionalização da mudança. *Interface*. Comunicação, Saúde, Educação. Suplemento especial, Botucatu, 2014. (No prelo) (ISSN 1807-5762).

PAVAN, C.; GONÇALVES, L. L. M.; MATIAS, M. C. S.; PAULON, S. M. Documento Orientador da Política de Formação da PNH. In: Eduardo Passos. (Org.). *Cadernos HumanizaSUS - Volume 1: Formação e Intervenção - Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasília: MS, 2010, v. 1, p. 73-94.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. *Fractal*, vol. 25, nº 2, maio/ago. p. 323-338, 2013.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*. 23(4), p. 64-73, 2003.

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. *Ninguém é deleuziano*. Entrevista a Lira Neto e Silvio Gadelha, publicada com este título em O Povo, Caderno Sábado: 06. Fortaleza, 18/11/95; com o título “A inteligência vem sempre depois” em Zero Hora, Caderno de Cultura. Porto Alegre, 09/12/95; p.8; e com o título “O filósofo inclassificável” em A Tarde, Caderno Cultural: 02-03. Salvador, 09/12/95. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia e Sociedade*. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2014.

SILVA, L. M. V.; FORMIGLI, V. L. A. Avaliação em saúde: limites e perspectivas. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, nº 01, janeiro/março, Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 1994.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. Tradução de Max Altman, São Paulo: Editora 34, 2002.

VASCONCELOS, M. F. F.; MORSCHEL, A. O apoio institucional e a produção de redes: do desassossego dos mapas vigentes na Saúde Coletiva. *Interface* (Botucatu. Impresso), v. 13, p. 729-738, 2009.

VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

WEAVER, L.; COUSINS, J. B. Unpacking the participatory process. In: *Journal of MultiDisciplinarity Evaluation*. p. 19-40, 2004. Disponível em: http://survey.ate.wmich.edu/jmde/index.php/jmde_1/article/view/144/159.

YASUI, S. *Rupturas e Encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

ANEXO I

**MATRIZ EXPLICATIVA DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO
- CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA MULTICÊNTRICA -**

1. ESTRUTURA DOS CURSOS

| Caracterização | CURSOS | | |
|---------------------------------------|---|---|---|
| | RIO GRANDE DO SUL | SANTA CATARINA | SÃO PAULO |
| modalidade | Especialização | Aperfeiçoamento | Aperfeiçoamento |
| Metas | Formar 90 apoiadores institucionais capazes de intervir sobre problemas de gestão e processos de trabalho em saúde tomando por referência os aportes teóricos e metodológicos da PNH. | Formar, em parceria interinstitucional, 80 apoiadores institucionais capazes de intervir sobre problemas de gestão e processos de trabalho em saúde tomando por referência os aportes teóricos e metodológicos da PNH. | Formar 180 apoiadores institucionais capazes de intervir sobre problemas de gestão e processos de trabalho em saúde tomando por referência os aportes teóricos e metodológicos da PNH. |
| Parcerias | MS/SAS/PNH SESR/ESP UFRGS | MS/SAS/PNH EESP-SES/SC UFSC. | MS/SAS/PNH SES/SP USP/ Dpto. Medicina Preventiva |
| financiamento | MS/SAS/PNH (80%) SES/RS (20%) | MS/SAS/PNH (80%); SES/SC (20%). | MS/SAS/PNH (80%) SES-SP (20%) |
| Período de realização do curso | 08/2008 a 05/2009: Curso de Apoiadores | 12/2008: formação de formadores 05/2009 a 12/2009: Curso de Apoiadores | 10/2007 a 01/2008: formação dos formadores 02/2008 a 12/2008: Curso de Apoiadores |
| Público-alvo | Trabalhadores de nível superior da saúde, com inserção e atuação direta em serviços que participam do SUS distribuídos nas 7 macro-regiões sanitárias do Rio Grande do Sul. | Trabalhadores da Saúde, nível médio ou universitário, com inserção e atuação direta em serviços que participam do SUS em Santa Catarina, prioritariamente aqueles já inseridos em ações de implementação da PNH no seu local de trabalho. | Trabalhadores da saúde inseridos em atividades de gestão, planejamento de serviços de saúde e cuidado, tanto no âmbito municipal, como regional e estadual; usuários (MST) e conselheiros |
| Carga horária | 360 h | 230h | 314 h |

| | | | |
|-----------------|--|---|---|
| Docentes | Consultores PNH/MS; Docentes da UFRGS/UNIJUÌ/UFF e ESP/RS. | Consultores MS/PNH; Docentes UFSC; Formadores qualificados em curso específico para a função. | Consultores MS/PNH ; Formadores experiência em apoio institucional; b) Conhecimento da região em que atuam como profissionais de saúde; c) Conhecimento da PNH. OBS: Todos os formadores foram qualificados em uma primeira fase para o curso.. |
|-----------------|--|---|---|

ANEXO II

MATRIZ ANALÍTICA DA PESQUISA MULTICÊNTRICA.

| | | CATEGORIAS TEMÁTICAS | |
|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------------|--|
| | | | |
| DIMENSÕES ANALÍTICAS | PRODUÇÃO DE SI | 1. | Motivação para entrar/ estar no curso. |
| | | 2. | “Reencantamento” pelo SUS. |
| | | 3. | Mudanças na relação do sujeito com seu processo de trabalho. |
| | | 4. | Experimentação do protagonismo e da dimensão coletiva do trabalho em saúde. |
| | | 5. | Corresponsabilização do apoiador com sua trajetória de formação. |
| | | 6. | Experimentação da função apoio pelos apoiadores. |
| | PRODUÇÃO DE PRÁTICAS | 1. | Diretrizes/ dispositivos acionados. |
| | | 2. | Fatores condicionantes para o desenvolvimento da intervenção e sua sustentabilidade. |
| | | 3. | Processos de trabalho transformados. |
| | | 4. | Interferência nos modos de gestão. |
| | | 5. | Interferência nos modos de atenção. |
| | PRODUÇÃO DE REDES | 1. | Fatores condicionantes para o fomento de redes e sua sustentabilidade. |
| | | 2. | Articulação de ações interserviços. |
| | | 3. | Articulação com outros setores e políticas públicas. |
| | | 4. | Articulação junto a coletivos já existentes no SUS. |
| 5. | | Constituição de novos coletivos. | |

ANEXO III

INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DA PESQUISA MULTICÊNTRICA.

a) **Proposta de criação de uma nova instância participativa para o grupo de interesse “apoiadores” na Pesquisa Avaliativa dos Cursos PNH**

Durante nossa 2ª Oficina no RJ, ao discutíamos as instâncias da pesquisa e configurações pensadas para o Comitê Gestor e Comitês de Pesquisa, percebeu-se a falta de um espaço que garantisse uma adequada inclusão dos grupos de interesse, fundamentalmente do grupo de apoiadores. No debate acerca do processo de formação dos pesquisadores e participantes, preocupou-nos, por exemplo, como criar espaços de formação que permitisse uma “equivalente apropriação” da pesquisa por parte daqueles que não estejam no grupo operacional analisando dados semanalmente.

Ao final do debate da Oficina na Rede Unida, quando discutíamos com Eduardo Passos os momentos / espaços de participação dos apoiadores na pesquisa, levantou-se a hipótese de criação de uma instância análoga à associação de familiares e usuários de saúde mental de Campinas que se mostrou essencial na garantia desse espaço do diferente naquela pesquisa. Entretanto, frente ao caráter qualitativo, participativo, formativo, avaliativo e GRANDE (Righi, 2012!!) desta pesquisa nacional verificamos a dificuldade operacional de inclusão dos usuários, dispersos em 3 estados, mais de 100 municípios e não organizados em uma associação como ocorria em Campinas.

O Comitê Gaudério tendo isso em mente e com o apoio do texto **Participação, produção de conhecimento e pesquisa avaliativa – a inserção de diferentes atores em uma investigação em saúde mental** (Onocko e Furtado) pensou em criar uma nova instância com o propósito de abrir um maior espaço àqueles que definimos desde a 1ª Oficina como sendo nossos principais usuários no contexto da pesquisa avaliativa.

A estrutura da pesquisa passaria a ter, além dos 3 comitês estaduais que compõem o grupo nacional de pesquisa, duas novas instâncias assim caracterizadas :

1- CAP (Comitê Ampliado de Pesquisa CAP - antigo “Comitê Gestor” para nós ou “Comitê Científico” no texto de Furtado e Onocko): Ele é importante para a mobilização e motivação dos grupos de interesse (que reflete na execução dos grupos

focais – ver Onocko e Furtado, parte II, parágrafo 5). Reunião mensal, com composição dos grupos de interesse definidos na oficina de janeiro em SC (SES/coordenação curso, PNH/ coordenação curso, formadores, apoiadores, pesquisadores).

2- GIP (Grupo de Interesse da Pesquisa): espécie de “conselho de estranhamento”, formado por grupo de 3 apoiadores de cada estado, mais um formador de cada estado, com composição nacional que seriam chamados exclusivamente (a fim de preservar sua função) em momentos estratégicos da pesquisa a serem definidos no cronograma para exercer na radicalidade a função crítica e anteciparem diálogo dos efeitos da intervenção/resultados da pesquisa com a comunidade de não-pesquisadores. Será composto por eleição nos 3 eventos disparadores e orçamento (complementares) deverá prever viagens dos 12 a cada um dos “momentos pré-definidos como estratégicos” no cronograma da pesquisa.

Polêmica gerada pela frase de Edu acerca de meta da pesquisa ser “todos ao final serem pesquisadores, atravessou nossas discussões acerca dessas instâncias, porém ficamos ao final com um entendimento (gaudério, ao menos) de que este não seria um propósito para os componentes do GIP, visto que a manutenção de uma condição de diferença em nossas inserções no campo – da saúde e da pesquisa – é bem vinda a quaisquer dos grupos e para todos os objetivos da pesquisa.

Síntese destas 2 instâncias nos slides que preparamos para a reunião virtual.

Comitê Gaudério.

Porto Alegre, 22/05/2012.

ANEXO IV

E-mail enviado aos sujeitos-participantes em consulta à possibilidade de divulgação de seus nomes para fins de divulgação da presente pesquisa.

De: Alice Rezende

Enviada em: 28/01/2014 14:36

Assunto: Antes tarde do q nunca

Queridos colegas pesquisativos,

Estou no momento de escrita da dissertação acerca da dimensão participativa na pesquisa multicêntrica. E me dei conta de que não consultei vocês a respeito da possibilidade/desejos de divulgação dos seus nomes ao longo do texto. Afinal, produzimos ricas análises juntos nos grupos que realizei em abril em Floripa/13 e em setembro/13 em Porto Alegre. Seria interessante contemplar a autoria coletiva do que fora produzido nessa pesquisa. Por isso, estou enviando este email, especificamente, para aqueles que participaram dessas ocasiões.

Considero que tal “esquecimento” é feito de um TCLE sob a égide de um comitê de ética que não abre brechas para outros modos de pesquisar e, claro, um forte indício de uma pesquisadora sobreimplicada, que certamente já transformou esse deslize homérico em análise dentro do texto dissertativo.

Ainda que tardiamente, senti a necessidade de consultá-los. Sintam-se à vontade para decidir.

Beijos,

Alice Grasiela.

ANEXO V

Respostas dos sujeitos-participantes ao e-mail enviado em consulta à possibilidade de divulgação de seus nomes para fins de divulgação da presente pesquisa.

- Re: Antes tarde do q nunca

Carolina Eidelwein.

28/01/2014

Pode divulgar, Lili! Bjks e boas escritas!! ;)

- Re: Antes tarde do q nunca

Patricia Silva.

28/01/2014

Pode publicar, sem problemas! É uma honra participar deste trabalho!

Bjs Pat

- Re: Antes tarde do q nunca

Camila Noguez.

28/01/2014

vai lá, assino embaixo ;)

- RE: Antes tarde do q nunca

Tatiana Caetano.

28/01/2014

Claro Alice, de minha parte, está autorizadíssima. Abraços e ótima escrita

- RE: Antes tarde do q nunca

Guilherme FLACH.

28/01/2014

Mas claro Lilica!

Mas só se tiver uma foto bonita junto!!!! hahahaha!!!

Bjos!

- Re: Antes tarde do q nunca

Angela Melo.

28/01/2014

Tranquilão Alice!! Bjus e boa escrita!!

- RE: Antes tarde do q nunca

Renata Trepte.

28/01/2014

Aiiiiiii quero ver meu nome lá bem bonito! \o/

Claro que pode usar Alice!

Pode ser Rê, Rezita, Renatinha... Heheh

- RE: Antes tarde do q nunca

Melisse Eich.

28/01/2014

Oi Alice!

Por mim tudo bem,

Bjos

Melisse.

- RE: Antes tarde do q nunca

Mateus Pedro.

28/01/2014

Topo sim, Alice! :)

Valeu!! Bjos

Mateus Pedro.

- Re: Antes tarde do q nunca

Mariana Dermindo.

29/01/2014

Oi Alice... claro que você pode usar!!

Obrigada!! Beijos

- RE: Antes tarde do q nunca

Carine Nied.

29/01/2014

De minha parte tbm, autorizo a divulgação!

Bjos,

Carine

- Re: RE: Antes tarde do q nunca

Nayara Fornazieri.

29/01/2014

Oi, Alice!!!

Por mim, tá ok! Pode divulgar!!

Bjo grande e boa escrita!!!

Nayara Fornazieri

- Re: Antes tarde do q nunca

Ledronete Silvestre.

29/01/2014

Olá querida. Sem problemas. Bjs Le

- Re: RE: Antes tarde do q nunca

Andreia Garcia.

30/01/2014

Olá Alice,

É claro que está autorizadíssimo, se precisar por escrito mande o modelo que escaneio e mando pra vc.

Não podemos deixar passar seu importante comentário sobre os modos de pesquisa que não se alinham com as antigas exigências do mundo da produção científica, eu diria que temos pelo menos um parágrafo sobre isso para escrever em nosso relatório final da pesquisa nacional.

abç

andreia

- Re: Antes tarde do q nunca

Denize Mafalda.

31/01/2014

Oi Alice!

Ah seria bacana sim.

Nome: Denize Rejane da Silva Mafalda.

Se precisares de mais informação avisa.

Gostaria de ter acesso ao texto querida.

Abraço

- Re: RE: Antes tarde do q nunca

Gianine Sandri.

30/01/2014

Super permitido.

Beijos, Alice.